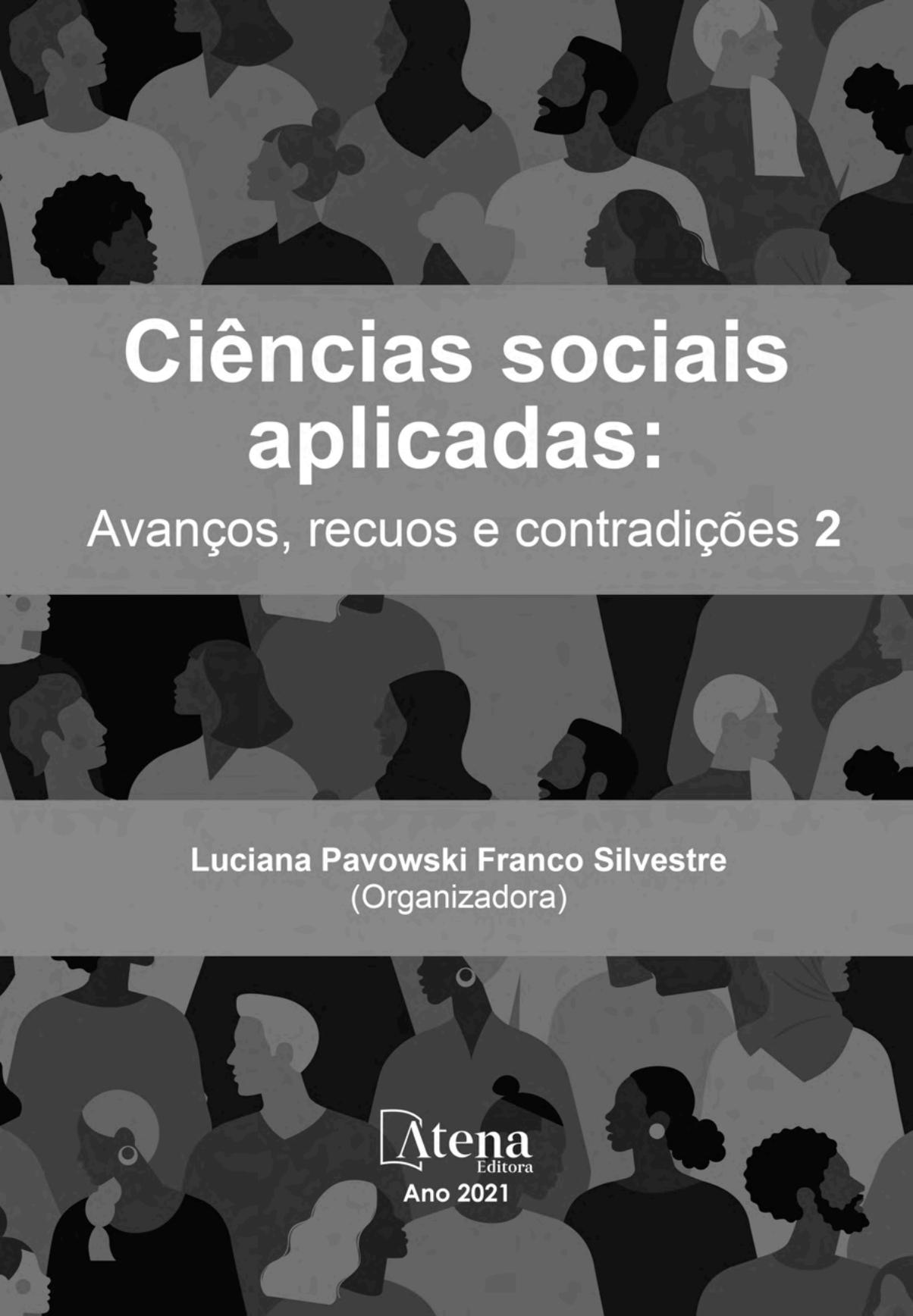


Ciências sociais aplicadas:

Avanços, recuos e contradições 2

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2021



Ciências sociais aplicadas:

Avanços, recuos e contradições 2

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: avanços, recuos e contradições 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-642-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.420211811>

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: avanços, recuos e contradições 2”.

São ao todo seis artigos, através dos quais possibilita-se aos leitores e leitoras o acesso a reflexões contemporâneas acerca das relações estabelecidas na vida em sociedade.

As pesquisas realizadas permitem a leitura de análises que pautam as relações de gênero, desastres naturais, impactos da pandemia e relações com as políticas públicas e garantia de direitos em uma perspectiva de cidadania.

As temáticas eleitas ao debate ao apontar avanços e recuos, permitem a identificação das contradições presentes, registrando-se os desafios ainda existentes e a relação destes com a formação social, em uma perspectiva histórica, portanto de processo e em constante alteração.

O que nos possibilita também considerar as possibilidades e necessidades de mantermos os movimentos e atitudes investigativas que façam leituras e registros dos momentos vivenciados, bem como possam contribuir para novos arranjos, diante do que a contradição mostra-se como um elemento central.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

IMAGENS E IMAGINÁRIOS DO CAMPO JURÍDICO NA WEB EM PERÍODO DE PANDEMIA

Alexsandrina Ramos de Carvalho Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4202118111>

CAPÍTULO 2..... 14

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ NA PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS À DESASTRES NATURAIS

Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

Marcelo Mariano da Rocha

Margarete Araújo Teles

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4202118112>

CAPÍTULO 3..... 30

APROXIMAÇÃO A ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA MULHER NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA ARGENTINA E NO PARAGUAI A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA

María Victoria Cano Colazo

Carmen Estela Colazo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4202118113>

CAPÍTULO 4..... 42

INTERVENÇÕES EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO PÓS OCUPAÇÃO DO MINHA CASA MINHA VIDA: EXPERIÊNCIA EM CAMPINAS

Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic

Laura Machado de Mello Bueno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4202118114>

CAPÍTULO 5..... 61

PRINCIPIO GENERAL DE RESERVA LEGAL Y LIMITACIONES A LOS DERECHOS FUNDAMENTALES APLICADOS A LA PRUEBA NO REGLADA EN EL PROCESO PENAL

Fernando Martín Bertone

Pedro Eugenio Despouy Santoro

María Florencia Gabrielli

Maximiliano Cornejo

Macarena Piermattei

Jessica Jorgelina Guzmán

Juan Manuel Federico

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4202118115>

CAPÍTULO 6..... 73

EDUCANDÁRIO EUNICE WEAVER: PERCURSOS DA ASSISTÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL

Antonio Cleonaldo Bento da Silva

Maria Irinilda da Silva Bezerra

Giane Lucélia Grotti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4202118116>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 86

ÍNDICE REMISSIVO..... 87

CAPÍTULO 1

IMAGENS E IMAGINÁRIOS DO CAMPO JURÍDICO NA WEB EM PERÍODO DE PANDEMIA

Data de aceite: 01/11/2021

Data de submissão: 08/10/2021

Alexsandrina Ramos de Carvalho Souza

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos
Sinos São Leopoldo/RS

[https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.
menu?f_cod=4825DCBF09C8FBD078
55DB27A0101BD5](https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=4825DCBF09C8FBD07855DB27A0101BD5)

RESUMO: A adoção de medidas de contenção e isolamento social decorrentes da pandemia da COVID-19 produziu grande impacto na forma de atuação do tradicional sistema judiciário, considerando que o Conselho Nacional de Justiça—CNJ adotou o trabalho remoto como modo de prestação jurisdicional. Essa nova forma de exercício da atividade jurídica trouxe tensionamentos ao imaginário jurídico com introduções de valores e comportamentos do mundo social para o jurídico digital. Diante deste quadro, buscamos observar as imagens que o campo jurídico passou a produzir na web durante o período de isolamento social provocado pela pandemia do COVID-19 e percebemos que elas apresentam sentidos diversos em relação à construção imagética do Direito na Comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Imagens; imaginários; campo jurídico; pandemia.

IMAGES AND IMAGINARIES OF THE LEGAL FIELD ON THE WEB IN PANDEMIC PERIOD

ABSTRACT: The adoption of measures of containment and social isolation resulting from the pandemic of COVID-19 had a great impact on the way the traditional judicial system operates, considering that the National Council of Justice—CNJ adopted remote work as a means of judicial provision. This new form of exercise of legal activity brought tensions to the legal imaginary with introductions of values and behaviors from the social world to the digital legal. In view of this situation, we sought to observe the images that the legal field began to produce on the web during the period of social isolation caused by the COVID-19 pandemic and we noticed that they present different meanings in relation to the imagery construction of law in communication.

KEYWORDS: Images; imaginary; legal field; pandemic.

1 | INTRODUÇÃO

Neste período de pandemia, novas modalidades de práticas humanas surgiram através da internet para diminuir o distanciamento social imposto para o combate ao coronavírus. Essa nova modalidade de interação humana tem sido utilizada como subterfúgio pelos tribunais para garantir o acesso à Justiça, principalmente, neste período de grave crise sanitária e econômica, enfrentada pelo Brasil, em razão da pandemia propagada pelo vírus

SARS-CoV-2, uma nova cepa do Coronavírus, originária, aparentemente, da cidade de Wuhan, província de Hubei, na China.

Sensível às peculiaridades exigidas neste momento de distanciamento social, em que o atendimento presencial foi suspenso nos fóruns e tribunais de justiça, o Judiciário adotou várias medidas para proporcionar o atendimento aos seus usuários e garantir a continuidade de seus trabalhos, tais como trabalho remoto de juízes e serventuários, aquisição de aparelhamento para trabalho remoto, estruturação de canais de comunicação telepresencial da sociedade com os órgãos judiciários e ampliação da digitalização de processos físicos.

As vivências anteriores foram adaptadas por novas práticas que ensejaram novas sensibilidades, novos modos de relacionar-se e uma nova cultura de audiências intermediadas pela internet, que romperam os limites das salas de audiência e chegaram até as salas de casa do jurisdicionado, possibilitando um olhar diferenciado e humanista à dinâmica do processo.

As características das redes despertam novas dinâmicas e possibilidades, que concomitantes com as práticas tradicionais do campo jurídico em que valoriza a interação pessoal, inserem novas formas de ação, novos processos e novos procedimentos menos burocráticos e, por isso, passam a afetar o funcionamento dessas práticas, bem como as variadas experimentações e invenções que se forjam em sua ambiência.

Diante deste quadro, passamos a observar as imagens que o campo jurídico passou a produzir na web durante o período de isolamento social provocado pela pandemia do COVID-19 e percebemos que elas apresentam sentidos diversos em relação à construção imagética do Direito na Comunicação. A partir de uma compreensão sobre processos midiáticos¹ e pensando o campo jurídico na perspectiva de uma tecnocultura audiovisual, buscamos a construção de um olhar sobre essas imagens que remixam imaginários oriundos do Direito, mas também, da web e a cultura popular.

Com o intuito de pensar o objeto e construir o problema de pesquisa, partimos do método intuitivo proposto por Henri Bergson (2005, p. 295), através “da filosofia que vê na duração o próprio tecido de que a realidade é feita”.

A experiência sempre propicia um misto de espaço e duração, restaurando as coisas em seu dado imediato. Para isso, é necessário dividir o misto, reencontrar a diferença da coisa, aquilo que a faz ser o que ela é.

Nessa perspectiva, podemos pensar a partir desta pesquisa, as imagens e imaginários do campo jurídico como uma virtualidade que se atualiza na web durante a pandemia. Diante disso, apresentamos o seguinte problema de pesquisa: quais as imagens e imaginários do campo jurídico dispersas na *web* durante a pandemia e o que elas dizem

1 Os processos midiáticos consideram que as sociedades contemporâneas concretizadas especialmente em espaços urbanos e estruturadas pelos processos e ambientes de comunicação, experimentam as interfaces entre diferentes linguagens, dinâmicas culturais e formas de organização social.

sobre o meio e suas maneiras de construir imagens compartilhando imaginários que vem de diversos campos, inclusive o jurídico, mas não só dele?

Para nos ajudar a responder este questionamento, coletamos imagens do campo jurídico que tencionavam o imaginário tradicional e chegavam às nossas redes sociais e, também, as provenientes de buscas realizadas na internet através do buscador *google*, durante o período de março a outubro de 2020. Após a coleta de várias imagens que representavam comportamentos não usuais ao mundo jurídico, selecionamos as duas imagens que mais circularam e causaram maior estranheza aos usuários.

Por outro lado, buscamos as reflexões de Bourdieu (1989, p. 209) sobre o que envolve o campo jurídico, ao afirmar que “pesquisar o Direito a partir da noção de campo jurídico indica uma tentativa de refletir sobre o meio social específico no qual ele se apresenta, sem preocupação de tentar situar essa discussão no debate científico prevalente, que, ao focalizar na análise, ora nos elementos formais, ora os instrumentais”, pode dificultar a compreensão do próprio Direito. Desta forma, nos é possível fazer novas leituras do Direito, principalmente em relação ao contexto das suas relações sociais.

2 | IMAGENS E IMAGINÁRIOS: ALGUNS CONCEITOS

As imagens são portadoras de discurso e significados, além de serem produtos culturais inseridos nos processos de comunicação. Diante disso, pensamos as imagens enquanto instrumentos de mediação entre o indivíduo e a produção imaginária que se constitui. Como lugares virtuais de afetação. Neste sentido, Bergson (1999) nos ensina que imagem é mais do que aquilo que o idealista denomina de representação, porém menos que o realista denomina de uma coisa, trata-se da existência situada a meio caminho entre a coisa e a representação.

Ao olhar as imagens técnicas do campo do Direito produzidas durante a pandemia, buscamos a ideia de Vilém Flusser, que afirma que quando uma imagem técnica é corretamente decifrada, é criado um mundo conceitual como sendo o seu universo de significado. Ao contemplar as imagens técnicas não vemos o mundo, mas apenas conceitos de mundo, a respeito da “automaticidade da impressão do mundo em relação à superfície da imagem” (FLUSSER, 1985, p. 10).

Flusser (1985, p. 07) explica que “o caráter mágico das imagens é essencial para compreensão das suas mensagens”. Elas servem de mediação entre homem e mundo. São códigos que traduzem eventos em situações, processos em cenas. Não que as imagens eternalizem eventos; elas substituem eventos por cenas. O poder mágico que é inerente à estruturação plana da imagem, domina a sua dialética interna, própria a toda mediação, e nela se manifesta de forma incomparável. O entendimento da representação imagética se dá pela identificação e reordenação de significado dos elementos das imagens.

Por outro lado, a relação da ficção com o real, o contemporâneo tecnológico e o

imaginário vêm proporcionando aproximações e novas visões estéticas em transição, que representam um campo fértil de estudo para as ciências da comunicação, mais precisamente para este estudo, considerando que o campo jurídico é formado por várias significações que envolvem conceitos morais, políticos e filosóficos.

No entender de Flusser (1985) as imagens da atualidade são representadas por imagens técnicas que são produzidas por aparelho. Elas são produtos indiretos de textos e por isso é conferido a elas “posição histórica e ontológica” contrária das imagens tradicionais.

Flusser (1985) esclarece que as imagens tradicionais imaginam o mundo, enquanto as imagens técnicas imaginam textos que criam imagens que imaginam o mundo. As imagens técnicas são complexas e são difíceis de ser decifradas. No entanto, as imagens técnicas são tão simbólicas quanto as imagens tradicionais e, por isso, precisam ser interpretadas. “O que vemos ao contemplar as imagens técnicas não é “o mundo”, mas determinados conceitos relativos ao mundo, a despeito da automaticidade da impressão do mundo na superfície da imagem”. (FLUSSER, 1985, p. 10).

Quando uma imagem técnica for corretamente decifrada é criado um mundo conceitual como sendo o seu universo de significado. Ao contemplar as imagens técnicas não vemos o mundo, mas apenas conceitos de mundos, a respeito da “automaticidade da impressão do mundo em relação a superfície da imagem” (FLUSSER, 1985, p. 10).

As imagens, então, são códigos que resultam de aparelhos técnicos programados. A imaginação é a capacidade de codificar o mundo em imagens e decodificá-las. E os imaginários? Kilpp (2002, p. 41) entende o “imaginário como mediações, que são também um conjunto de marcas das culturas (identidades coletivas), manifestas e visíveis nos discursos, na arte, nos produtos culturais..., ou que são por eles mediadas”.

É através do imaginário que retornamos às raízes de nossos mais íntimos sentidos, o que nos faz remeter aos sonhos, aos mitos, às fantasias (MAFFESOLI, 2001). Através do seu poder religante, as imagens, o imaginário e o simbólico permitem o estabelecimento da confiabilidade, conduzindo ao reconhecimento de nós mesmos a partir do reconhecimento do outro. As imagens fornecem vínculos entre as relações e os diversos elementos do mundo e do ambiente social.

Kilpp (2002) afirma que é impossível falar de cultura, de arte, ou comunicação sem falar em imaginário, eis que o imaginário só pode ser capturado quando mediado, ou seja, quando encontramos registro dele, quando ele se apresenta como narrativa ou imagem ou quando se apresenta em alguma forma discursiva.

Na mesma direção, Castoriadis (1995) afirma que no senso comum, ao falarmos de imaginário queremos falar de alguma coisa inventada por completo ou apenas um ‘deslizamento’ ou uma mudança de sentido, em que símbolos já existentes aparecem com outras significações que não são as suas significações. Entretanto, o imaginário faz uso do simbólico, não apenas para “exprimir-se”, mas para “existir-se”, para ir além do virtual.

Tanto o delírio mais exagerado como a mais secreta ou vaga fantasia são elaborados de “imagens” e estas “imagens” estão representando outra coisa, possuindo, portanto, uma função simbólica.

O imaginário social é a forma como as pessoas imaginam a própria existência, suas expectativas, como elas relacionam as coisas do mundo entre si e com os outros. O imaginário legitima certas práticas sociais na medida que se apresenta como pano de fundo da vida em comum, eis que não está restrito ao conhecimento elaborado pelas classes dominantes ou por minorias intelectuais. O imaginário social é mais real do que o “real”, sendo que cada sociedade constitui seu próprio real. O imaginário seria condição de existência da sociedade humana.

A imagem, para o estudo sobre o imaginário, é a maneira em que a consciência (re) apresenta objetos que não se manifestam diretamente à sensibilidade. Por outro lado, as instituições, especialmente o Direito, possuem uma instância simbólica permeada por uma forte tradição, recheada de rituais, símbolos e valores.

Para Castoriadis (1995), a vida social na complexidade das suas instituições, do seu complexo “tecido de relações”, da materialidade das suas técnicas e práticas diversas, das várias formas culturais, políticas, econômicas e, principalmente sociais, seria um produto de uma instituição imaginária. Para ele, a instituição trata-se de uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde há combinações em proporções e em relações variáveis, sendo um componente funcional e um componente imaginário.

O mundo social é constituído e articulado em função de um sistema de significações que são constituídas através do imaginário efetivo (ou imaginado). É através dessas significações que podemos compreender a “escolha” que cada sociedade faz de seu simbolismo, e, principalmente, do seu simbolismo institucional, como os fins aos quais ela subordina a “funcionalidade” (CASTORIADIS, 1995).

3 | O CAMPO JURÍDICO, SUAS PRÁTICAS E SEUS IMAGINÁRIOS

O campo jurídico é uma invenção histórica e uma construção cultural. Ele pode ser pensado como um virtual (BERGSON, 1999) que se atualiza de diversas formas. Nesse sentido, fazemos uma distinção do campo jurídico e as imagens do campo, por serem de naturezas diferentes. As imagens técnicas se atualizam em imagens de advogados e do campo jurídico. O campo jurídico se atualiza na prática de advogados, em juízes, nas faculdades de Direito, em linguagens próprias da área, em suas tradições e ritos. Tanto as atualizações das imagens do Direito quanto as do campo jurídico encerram um resto de virtual que pode atualizar-se de várias outras maneiras. Desta forma, podemos afirmar que o campo jurídico e o campo das imagens são da ordem da invenção e não respondem às realidades estáticas e definitivas.

Embora o objetivo deste estudo seja analisar como as imagens do campo jurídico

se atualizam na web durante a pandemia do COVID-19, faremos uma abordagem das práticas e dos imaginários do campo jurídico nos tribunais e no dia a dia, porque se elas são realidades de natureza diferente (imagens técnicas e práticas do mundo da vida) há imaginários minimamente compartilhados entre ambos.

Pois bem. O campo jurídico ao longo de sua história foi acompanhado de tradições, imagens, imaginários que se formariam ao longo dos anos e que reforçariam a sua autoridade.

A emanção de poder da Justiça está ligada a um processo de mistificação e de negociação de imaginários que ocorre através de um processo de controle do que é visto, ouvido e experimentado (ASMA, apud BRANCO, 2015). Para que o Direito mantenha a sua relação de poder, são necessários certos vetos de efetivação formados por grande apelo simbólico, marcados por um ideal de arquétipo da Justiça, uma tradição e rituais forjados por quem teve o poder ou autoridade de se revelar segundo os seus valores e que chega aos sentidos das pessoas e adentra ao imaginário coletivo.

Isso justifica a necessidade de representação imagética para produzirem noções de formalidade e poder através dos rituais no julgamento, a linguagem rebuscada, as vestes talares utilizadas pelos operadores do Direito durante o julgamento, os trajes formais usados no dia a dia e as arquiteturas dos tribunais pensadas para reforçar o poder do juiz, com salas de audiência com o juiz no centro e em posição superior a das partes.

O processo judicial também valoriza o papel do juiz como realizador da Justiça. Sua autoridade na condução e decisão do processo se funda em uma sabedoria de origem mágica que legitima as suas decisões, mesmo contrariando a vontade das partes. As tradições, rituais e o simbologismo associados à Justiça e o Direito interferem na forma como o campo jurídico se percebe e intercambia relações de poder, além de como a sociedade o imagina.

As vestes formais dos operadores do direito durante as audiências, plenário do Júri e julgamentos em tribunais representam um dos principais componentes do aparato simbólico da Justiça. O traje formal para o profissional do campo jurídico representa poder, segurança e credibilidade.

Neste sentido, Bourdieu (1998, p.14) nos esclarece que “a vestimenta é uma linguagem simbólica, um estratagema de que o homem sempre se serviu para tornar inteligível uma série de ideias como estado emocional, as ocasiões sociais, a ocupação ou o nível do portador”.

A veste que mais caracteriza o ritual jurídico de um julgamento é a toga² utilizada pelos juízes como símbolo de poder. Esta vestimenta inscreve-se num histórico de demarcação de um momento ritual, quase místico, que se aproxima muito da religião, fornecendo a quem a usa a legitimidade necessária para propiciar uma decisão justa.

2 O uso de toga durante os julgamentos tem origem em Roma. Trata-se de uma veste talar com comprimento até os pés, de cor negra.

E percebendo como fundamentável a obrigação de resguardar a “dignidade” e o “decoro da justiça”, é exigido do corpo funcional do Poder Judiciário e dos outros profissionais envolvidos no julgamento, como advogados e promotores de justiça, que se apresentem vestidos de maneira compatível com a importância e formalidade do ato. Por exemplo, durante o ritual do Plenário do Júri, é exigido que o advogado, promotor e serventuários da justiça utilizem a beca negra.

Além disso, as vestimentas utilizadas pelos advogados, no exercício profissional, são reguladas por lei, como por exemplo:

Art. 58 da Lei 8.506/96 – Estatuto da OAB:

Cabe ao Conselho Seccional da OAB:

[...]

XI – determinar, com exclusividade, critérios para o traje dos advogados, no exercício profissional. (BRASIL, 2016)

Nesta toada, o Supremo Tribunal Federal restringe o acesso ao plenário de pessoas que não estejam trajadas “adequadamente” com a dignidade e decoro do tribunal. Os homens devem trajar-se de terno e gravata e as mulheres devem portar-se com vestido ou saia e blazer ou calça social e blazer³. Os profissionais envolvidos no julgamento devem utilizar a beca.

Porém, o uso de vestes talares nos tribunais, as formalidades excessivas dos rituais de julgamento e as formalidades dos processos e ritos jurídicos, além dos pronomes de tratamento como doutor (forma de tratamento utilizada a qualquer pessoa do campo jurídico), excelência (ao juiz), entre outros elementos, criam uma barreira entre o mundo jurídico e a sociedade.

O ritual do julgamento é denso e sua compreensão necessita de um conhecimento, principalmente em relação à linguagem utilizada, que muitas vezes, é excessivamente formal com adoção de expressões em latim e emprego de termos em desuso.

Esses elementos reciclam também imaginários de outros campos sociais, campos que se reforçam uns aos outros, como o religioso (Deus como um grande juiz que tem o poder de condenar ou absolver), as próprias nomenclaturas como “supremo” parecem se contaminar também o campo religioso), o literário, o da mitologia e, é claro, o midiático. Essas instituições convivem de maneira tal que se tensionam e contaminam diariamente com imaginários compartilhados que não são estáticos.

4 | AS IMAGENS E IMAGINÁRIOS DO CAMPO JURÍDICO PRODUZIDOS EM PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL

O distanciamento e isolamento social provocados pela COVID-19 vêm provocando múltiplos impactos, sejam eles sociais, políticos, econômicos, ambientais e jurídicos, com

³ Ordem de Serviço 11/1999, art. 16. Publicada no Boletim de Serviço nº 562, em 01/07/1999.

consequências imprevisíveis. Dentre os efeitos produzidos pela pandemia na área jurídica podemos listar os atendimentos presenciais suspensos nos tribunais e escritórios de advocacia, processos paralisados, prazos suspensos, audiências e sessões de julgamento canceladas, providências cartoriais atrasadas.

Diante deste quadro, o Judiciário adotou várias medidas para proporcionar o atendimento aos seus usuários e garantir o acesso à justiça, dentre às principais medidas, foi adotado o trabalho em *home office* de juízes e serventuários, aquisição de aparelhamento para trabalho remoto, estruturação de canais de comunicação telepresencial da sociedade com os órgãos judiciários e ampliação da digitalização de processos físicos, mas principalmente, a adoção de audiências *online*.

Essa nova forma de exercício da atividade jurídica provocou tensionamentos ao imaginário jurídico com introdução de valores e comportamentos do mundo social para o jurídico digital.

O Direito é avesso a mudanças abruptas que ultrapassam o usualmente conhecido, esperado e aplicado, já que, segundo Luhman (2016), uma de suas funções é exatamente estabilizar expectativas. Muitas vezes, o procedimento processual é tão relevante quanto à matéria a ser discutida, podendo o processo ser totalmente anulado por não observância do rito processual⁴. O formalismo é proporcional à complexidade do tema, quanto mais relevantes os objetos, mais criteriosa e ampla deve ser a análise das provas ali apresentadas.

No entanto, buscamos mais uma vez a lição do Castoriadis (1995) que nos ensina que toda instituição tem capacidade de se reinventar, reconstruir ou mesmo desconstruir, não sendo um sistema fechado, como símbolos matemáticos.

Por outro lado, o tempo do processo, por sua vez, se já se apresentava de forma diversa do real, eis que por atravessamentos ocorridos na sociedade, “o tempo processual insinua-se como uma ação temporária que, dada a sua ordem e sua regularidade, compensa as lacunas do tempo profano que se ritualiza para se tornar processual” (GARAPON, 1997, p. 53).

Diante disso, adotando a metodologia da *flânerie*, foi possível captar um ritmo diferente nas práticas do campo jurídico na web durante o período de pandemia e reconhecer novas configurações que inicialmente não estão visíveis. Ao vagar sem rumo é possível se apropriar do espaço urbano da metrópole moderna colecionando registros e imagens técnicas que passam pouco a pouco a constituir a nossa memória. Ela pressupõe, portanto, a ideia de transitar por vias desconhecidas, fazendo do estranhamento um modo de reconhecimento próprio.

⁴ Essa observação é de ordem prática, embora o art. 188 e 277, ambos do Código de Processo Civil, tratam do princípio da instrumentalidade das formas, que prevê que ainda que o ato processual seja praticado de modo diverso daquele predeterminado pela lei, será convalidado pelo juiz caso atinja sua finalidade essencial, isto é, não cause prejuízo às partes. Embora a existência deste princípio, na prática, muitos processos são anulados desde a sua origem por não seguirem o procedimento previsto em lei.

Durante as minhas andanças pela web captei algumas imagens pelas que passarei a seguir:



Figura 01 - Advogado participa de audiência deitado na rede

Fonte: Migalhas (2020).

A imagem acima trata-se de *print* obtido de uma reprodução do YouTube de uma sessão da 4ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça da Bahia, realizada no dia 30 de julho de 2020, em que o advogado Marcus Albuquerque ficou deitado em uma rede enquanto participava do julgamento. O advogado não foi advertido pelos juízes que participavam do julgamento e, ao final, teve seu pedido procedente. Posteriormente, ao ser questionado por um jornalista sobre o ato inusitado, o advogado assim respondeu: “Estou em *home office*, meu Rei”. (JORNAL DA BAHIA, 2020).

Além de transparecer que o advogado estava tranquilo e descansando em casa, diante de quadros com fotos de família ao fundo, em nada nos remete à formalidade e ritualística de uma defesa em um processo. Por outro lado, a imagem não está bem enquadrada e nos remete às filmagens amadoras do YouTube. Além disso, a linguagem que foi utilizada pelo advogado ao justificar seu comportamento na audiência, não é uma linguagem formal, utilizada comumente pelos profissionais do campo jurídico.

Esta imagem circulou por inúmeros sites e plataformas digitais, além de várias redes sociais, provocando vários comentários de seus usuários. Ao lançar no Google as palavras-chaves “advogado deitado na rede” aparecem 421.000 publicações sobre o ocorrido.

Destaco aqui o comentário de Jackson Pereira no YouTube:

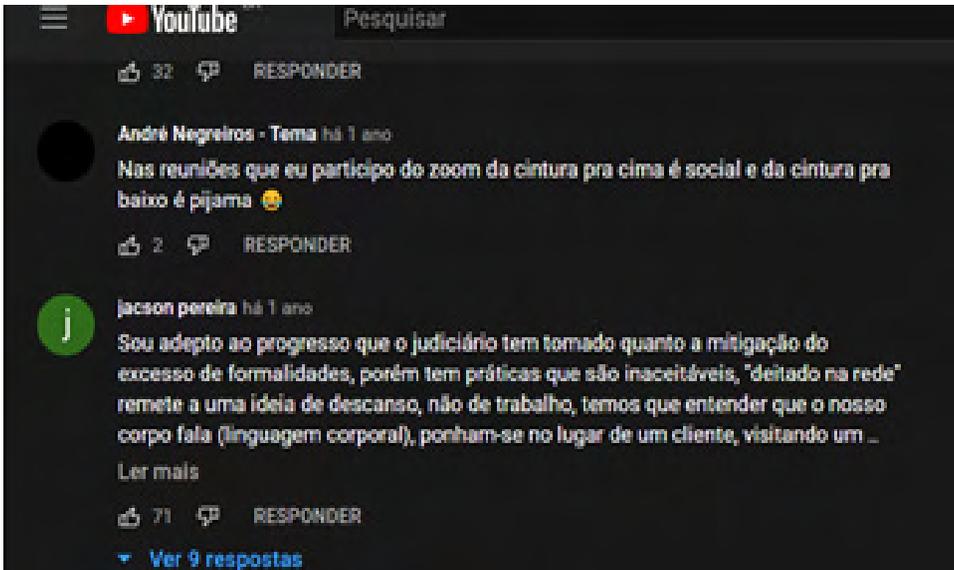


Figura 02 - Comentários extraídos do YouTube

Fonte: YouTube (2020).

As questões relacionadas ao Direito e à lei estão dentro e fora da institucionalidade do Direito, sempre com imaginários e práticas mais ou menos compartilhadas. As atualizações do jurídico fora do campo jurídico são importantíssimas para entender as imagens e imaginários que esse trabalho se propõe. Já que, muitas vezes, as imagens cartografadas não se referem especificamente a um advogado, um juiz, um profissional do Direito, mas referem-se, de alguma forma, aos conceitos que lhe são familiares como a lei, a justiça, o julgamento, a decisão em favor de uma ou outra parte.

Ao pensar o campo do Direito como um virtual, deve-se incluir nele as atualizações tão abordadas por DaMatta (1997) nos modos como a sociedade brasileira se organiza e se imagina no seu cotidiano. O “jeitinho” brasileiro que se manifesta, por exemplo, quando há uma mudança das condições usuais da prática de um campo e o deslocamento dessas condições, como vem acontecendo com todos os campos sociais em tempos de pandemia em que os dispositivos de conexão (plataformas de conferência, bate papo, mensagens, etc.) passam a ser o cenário central de todas as práticas.

Essa forma de interação e prática judicial permitiu uma aproximação do profano e do sagrado, que, nos dizeres de DaMatta (1986), “não há como misturar o espaço da rua com o da casa sem criar alguma forma de grave confusão ou até mesmo conflito”.

O Estado e a família são esferas sociais essencialmente diferentes, descontínuas e até opostas. No Estado vive o cidadão, indivíduo público, com deveres e direitos, submetidos às leis abstratas e impessoais. Na família, mora o indivíduo privado, a pessoa física, corpóreo e afetivo, concreto e pessoal. Quando há uma mistura de espaço e esferas

sociais ocorrem tensionamentos em nossa relação e atitude diante de uma lei universal, que deve ser aplicada para todos, porém “fomos criados numa casa onde, desde a mais tenra idade, há sempre um modo de satisfazer nossas vontades e desejos, mesmo que isso vá de encontro às normas do bom senso e da coletividade em geral”. (DAMATTA, 1986, p. 64).

Portanto, diante desse paradoxo, entre o indivíduo conduzido por leis universais e o sujeito das relações sociais, o brasileiro opta pelo jeitinho, pela malandragem, que passam a ser o modo de navegação social no Brasil para enfrentar contradições e paradoxos.

Os palácios de justiça antes pensados como forma de poder e meios de eternizar as tradições jurídicas, foram sucumbidos por uma nova forma de convivência através da conexão digital e o espaço dos tribunais se tornaram o espaço da internet. A casa do operador do Direito passa a ser local do judiciário, mas com todas as particularidades de um lar. O quarto ou a sala da casa, tão comum nas práticas de *youtubers* e influenciadores digitais, passa a ser também o lugar dos tribunais e atendimentos jurídicos.

Uma outra imagem me chamou atenção, nesse sentido:



Figura 03 - Ministro Marco Aurélio do STF participa de julgamento com camisa polo

Fonte: Direito News (2020).

A imagem acima trata-se da primeira sessão por videoconferência realizada pelo Supremo Tribunal Federal, em 26 de julho de 2020, em razão do isolamento social promovido pela pandemia. Nela aparece o Ministro Marco Aurélio trajando uma camisa polo branca, desabotoada, em estilo despojado, que traduz a sua postura na cadeira, de forma relaxada, ao invés da tradicional toga preta, vestimenta que traduz um dos principais símbolos de poder do juiz. Nota-se que os demais ministros estão trajados com a vestimenta.

A imagem trouxe tamanha estranheza, que a Ministra Rosa Weber, participava do

juízo juntamente com o Ministro Marco Aurélio, perguntou: “o senhor vai participar assim?” Ao justificar o ato, o ministro argumentou: “Julgo da residência, não do Tribunal”. O traje é o mesmo utilizado nos dias de confinamento, “passo os dias de camisa polo, calça jeans e tênis, é mais confortável”, pontuou.

De acordo com as lições de Mario Guimarães (1958), a toga, conforme a sua tradição e seu prestígio, é mais do que um distintivo, trata-se de um símbolo. É capaz de alertar, no juízo, a lembrança de seu sacerdócio. E incute no povo, pela solenidade, respeito maior aos atos judiciários.



Figura 04 - Liturgia é liturgia
Fonte: Política Atípica (2020).

A tecnocultura contemporânea permitiu aos usuários se apropriar e fazer o que bem entenderem (e a interface permitir) com as imagens desse momento. Há uma construção de um usuário que equipara a liturgia religiosa do Vaticano e a do Tribunal com a da figura do Papa Francisco, também caracterizado por romper com as normas mais tradicionais da Igreja. Nada lembra a figura do sagrado que está sendo driblada e satirizada.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia, além impactar a vida das pessoas, impôs uma reconfiguração do agir cotidiano e ressignificou várias camadas de sentido internalizadas pela prática social em referência às instituições jurídicas em que o atendimento presencial foi suspenso nos fóruns e tribunais de justiça.

Para garantir o direito ao acesso à justiça dos cidadãos, foram necessários novos modos de relacionar-se e uma nova cultura de audiências intermediadas pela internet, que romperam os limites dos palácios de justiça e chegaram até as salas das casas do jurisdicionados, possibilitando um olhar diferenciado e humanizado à dinâmica do processo.

O isolamento social impôs uma jornada de trabalho em regime de *home office* que se evidencia numa disposição corporal despojada já que o público e o privado se encontram de um modo inédito, a casa e a rua se misturam pegando o cidadão (dos mundos jurídicos e de tantos outros) desprevenido e confuso. A liturgia jurídica se embaralha como já vinha se embaralhando, mas, muito aceleradamente em favor do software e das práticas ponto com.

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BOURDIEU, Pierre. 1998. **O poder simbólico**. Tradução de: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.

BRANCO, Patricia. **Os tribunais como espaço de reconhecimento, funcionalidade e de acesso à justiça**. Editora Econômica Editorial, 2015.

BRASIL, Lei 8906/94. **Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil**. 10ª Edição. Ed. Saraiva, 2016.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Disponível em: [http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/DAMATTARobertoCarnavaismalandroseherois.p df](http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/DAMATTARobertoCarnavaismalandroseherois.pdf). Acesso em: 18 set. 2019.

_____. **O que faz o Brasil, Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. Disponível em: http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Da_Matta-O_que_faz_Brasil_Brasil.pdf. Acesso em: 18 set. 2019.

_____. **BRASIL, Sabem Com Quem Está Falando?** Um Ensaio Sobre A Distinção Entre Individuo e Pessoa no Brasil. In: MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 179-248.

FLUSSER, Vilem. **Filosofia da caixa preta**. São Paulo: Hucitec. 1985.

GARAPON, Antone. **Bem Julgar**. Ensaio sobre o ritual do Judiciário. Tradução de Pedro Filipe Henriques. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

GUIMARÃES, Mario. **O juiz e a função jurisdicional**. Editora Forense, Rio de Janeiro, 1958.

KILPP, Suzana. **Ethnicidades televisivas. Sentidos identitários na TV: moldurações homológicas e tensionamentos**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

LUHMANN, Niklas. **O direito da sociedade**. Tradução Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes Selo Martins, 2016.

MAFFESOLI, Michel. "O imaginário é uma realidade", in Revista FAMECOS. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2001.

CAPÍTULO 2

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ NA PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS À DESASTRES NATURAIS

Data de aceite: 01/11/2021

Data de submissão: 13/08/2021

Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

Universidade Federal do Paraná
Curitiba

<http://lattes.cnpq.br/6243216895990486>

Marcelo Mariano da Rocha

Universidade Federal do Paraná
Curitiba

<http://lattes.cnpq.br/2419475814328653>

Margarete Araújo Teles

Universidade Federal do Paraná
Curitiba

<http://lattes.cnpq.br/5147392026023084>

RESUMO: Este trabalho é um relato da pesquisa realizada na Região Turística Litoral do Paraná no ano de 2019, que partiu do pressuposto de que o nível no qual os territórios estão preparados para um desastre é o que determina o quanto vulnerável ou resiliente será um destino. O objetivo da pesquisa foi avaliar as ações do poder público no que se refere à prevenção e mitigação de riscos à desastres naturais na Região Turística Litoral do Paraná, bem como, examinar em que medida as políticas públicas estão relacionadas ao setor do turismo, notadamente as que levam em consideração a capacidade de resposta aos desastres naturais e a gestão de riscos no caso de ocorrerem novos eventos catastróficos na região. A pesquisa, do tipo exploratória e qualitativa, teve os procedimentos metodológicos

compostos da pesquisa bibliográfica sobre o tema, análise de documentos e relatórios técnicos sobre a região objeto do estudo, e a realização de entrevistas com agentes públicos e privados. Os resultados da pesquisa evidenciam algumas questões, como a adoção de um conjunto de estratégias pelo poder público, tanto na esfera estadual quanto municipal, em particular no que diz respeito à gestão de riscos de desastres naturais, com ações voltadas para a preparação, mitigação e alerta, na ocorrência de novos desastres naturais na Região Turística Litoral do Paraná. Todavia, no conjunto de ações e estratégias voltadas para a gestão de riscos à desastres naturais, tanto na esfera municipal como estadual, não foram identificados ações especificamente direcionadas para as atividades turísticas ofertadas pela região, como parte das políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Desastres naturais; Turismo; Políticas públicas; Gestão de riscos; Litoral do Paraná.

EVALUATION OF PUBLIC POLICIES IN THE COASTAL TOURIST REGION OF PARANÁ IN THE PREVENTION AND MITIGATION OF RISKS TO NATURAL DISASTERS

ABSTRACT: This work is an account of research carried out in the Coastal Tourism Region of Paraná in 2019, which assumed that the level at which territories are prepared for a disaster determines how vulnerable or resilient a destination will be. The objective of the research was to evaluate the actions of the government regarding the prevention and mitigation of risks

to natural disasters in the Coastal Tourism Region of Paraná, as well as to examine to what extent public policies are related to the tourism sector, especially the that take into account the capacity to respond to natural disasters and the management of risks in the event of new catastrophic events in the region. The research, exploratory and qualitative, had the methodological procedures composed of bibliographic research on the subject, analysis of documents and technical reports on the region object of study, and interviews with public and private agents. The survey results highlight some issues, such as the adoption of a set of strategies by the government, both at the state and municipal levels, in particular with regard to the management of natural disaster risks, with actions aimed at preparation, mitigation and warns of the occurrence of new natural disasters in the Coastal Tourism Region of Paraná. However, in the set of actions and strategies aimed at the management of risks to natural disasters, both at the municipal and state levels, no actions specifically aimed at tourist activities offered by the region, as part of public policies, were identified.

KEYWORDS: Natural Disasters; Tourism; Public Policies; Risk Management; Littoral of Paraná.

INTRODUÇÃO

Todos os anos, mais de 200 milhões de pessoas no mundo todo são afetadas por secas, inundações, ciclones, tsunamis, terremotos, incêndios florestais e outras catástrofes associadas aos desastres naturais. Neste contexto, a redução do risco à desastres, relacionado aos esforços para adaptação às mudanças climáticas e a melhoria das condições de vida da população mundial são, sem dúvida, um dos principais desafios globais de hoje (UNISDR, 2017).

Os eventos catastróficos mostram a alta vulnerabilidade, principalmente das zonas costeiras, e os potenciais impactos nas dimensões econômica, social e ambiental. Portanto, o desenvolvimento sustentável de destinos costeiros também depende de uma gestão eficaz dos riscos à desastres. O conceito de gestão de riscos constitui a base das políticas de planejamento territorial ao incorporar as etapas da prevenção, preparação, mitigação, resposta, recuperação e reabilitação dos destinos costeiros em ocorrências de desastres naturais.

Do ponto de vista da gestão pública em escala local, onde de fato as políticas públicas são materializadas, o desconhecimento de alguns fatores condicionantes – neste caso os riscos de desastres naturais – reflete-se na incapacidade dos gestores em avaliar com eficácia os impactos que podem ocorrer no destino turístico quando ele passa por uma grave situação de risco (MADITINOS & VASSILIADIS, 2008). Portanto, melhorar a gestão de riscos, bem como, fornecer ferramentas de planejamento eficazes na prevenção e mitigação dos danos provocados pelos desastres naturais, é uma visão de consenso à luz dos impactos nos destinos localizados nas zonas costeiras. Segundo Rodriguez-Toubes & Fraiz Brea (2012), quando há uma catástrofe natural em um destino turístico, ações operacionais devem ser adotadas de forma a obter uma rápida recuperação, evitando,

assim, que a imagem do destino sofra impactos negativos.

Desta forma, as estratégias desenvolvidas com a gestão de crises em um destino turístico devem ser suficientemente amplas e abrangentes (SILVEIRA, 2014). No que tange especificamente ao setor do turismo, a gestão de riscos depende do ordenamento territorial e das estruturas político-institucionais que deem conta de responder às questões dos diferentes atores que produzem o território turístico, ou seja, moradores locais, gestores públicos, promotores privados e turistas. Portanto, a gestão de riscos à desastres deve ser um componente essencial do plano de gestão integrada de qualquer destino. Com base nestas considerações é que este estudo foi realizado.

Neste contexto, este artigo da pesquisa realizada na Região Turística Litoral do Paraná no ano de 2019, teve como pressuposto de que o nível no qual os territórios estão preparados para um desastre é que determina o quanto vulnerável ou resiliente será um destino. O objetivo geral da pesquisa foi avaliar as ações que o poder público vem implementando no que se refere à mitigação dos impactos e à prevenção de desastres naturais, assim como, examinar em que medida as políticas públicas na Região Turística Litoral do Paraná estão correlacionadas ao setor do turismo, notadamente as ações que levem em conta a capacidade de resposta aos desastres naturais e a gestão de riscos, no caso de ocorrerem novos eventos na região.

A pesquisa foi do tipo exploratória e qualitativa, com procedimentos metodológicos compostos pela pesquisa bibliográfica sobre o tema, a análise de documentos e relatórios técnicos sobre a região objeto do estudo, e a realização de entrevistas com representantes do poder público nas esferas municipal (secretarias de prefeituras) e estadual (Defesa Civil do Paraná) e com representantes do setor privado ligados ao trade turístico local. As entrevistas foram realizadas para diagnosticar ações e estratégias adotadas pelo poder público, principalmente visando minimizar os impactos dos desastres naturais na economia local e seus efeitos no turismo, tendo como referência o desastre natural que atingiu a Região Turística Litoral do Paraná no mês de março de 2011.

Dentre as ações analisadas, está o mapeamento das áreas de risco nos municípios da região, assim como, outras ações que visam estabelecer protocolos de prevenção de desastres naturais na Região Turística Litoral do Paraná. Os resultados da pesquisa evidenciam algumas questões, como a adoção de um conjunto de estratégias pelo poder público, tanto na esfera estadual quanto municipal, em particular no que se refere à gestão de riscos de desastres naturais, com ações voltadas para a preparação, mitigação e alerta a ocorrência de novos desastres naturais na Região Turística Litoral do Paraná.

GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES NATURAIS EM DESTINOS TURÍSTICOS

A gestão de riscos à desastres é o processo sistemático com uso de diretrizes

administrativas, organizações e operações, e habilidades para implementar estratégias, políticas e melhor capacidade de enfrentamento para diminuir os impactos adversos dos riscos e a possibilidade de desastres. Visa evitar, diminuir ou transferir os efeitos adversos dos riscos através de atividades e medidas de prevenção, mitigação e preparação (UNISDR, 2017). Para Cardona (1996) a gestão de riscos de desastres inclui um amplo campo de atividades que devem ser gerenciadas de maneira adequada e eficiente, como a formulação e execução de programas, planos e projetos relacionados a desastres com relação à sua Prevenção; Mitigação; Preparação; Resposta; e Recuperação. Essas ações devem integrar esforços para que os eventos não venham causar danos maiores. Lavell (2003) define gestão de risco a desastres como sendo:

Um processo complexo e social cujo o objetivo final é a redução ou previsão e controle dos riscos permanente de desastres na sociedade, alinhada e integrada para o cumprimento das diretrizes de desenvolvimento humano, econômico, ambiental e territorial (LAVELL, 2003, p. 30).

A preocupação na implementação de estratégias que visam implementar ações no campo da gestão de riscos se intensificou a partir a partir da década de 1990, onde as iniciativas governamentais alinhadas com as Nações Unidas instituem a Década Internacional para Redução de Desastres Naturais. Diante dessa realidade, diversas áreas passaram a se preocupar com os danos econômicos provenientes dos desastres naturais, entre eles a atividade do turismo.

Neste contexto, a Organização Mundial do Turismo – OMT, lançou o documento intitulado “Manual sobre Redução de Desastres Naturais em Áreas Turísticas”, no qual apresenta um conjunto de estratégias de enfrentamento dos danos provocados pelos desastres naturais em destinos turísticos (OMT, 1998). O estudo busca demonstrar para planejadores de turismo, operadores turísticos, gerentes de *resorts* e outros envolvidos na atividade turística exatamente como os riscos de desastres naturais em áreas turísticas podem ser reduzidos e seus impactos mitigados.

O crescimento da vulnerabilidade de destinos turísticos – com ênfase para os destinos costeiros - vêm sendo discutido amplamente pela comunidade científica (CALGARO; LLOYD; HOWESA, 2013), (BECKEN et al., 2013), devido a fatores naturais e antrópicos, associados com as mudanças climáticas que podem promover sérios danos para as atividades de turismo. Para Maditinos e Vassiliadis (2008) a prevenção e gestão de desastres deve ser uma parte essencial do plano de gestão turística para qualquer destino. O conceito de gestão de riscos no turismo constitui a base das políticas do planejamento territorial ao incorporar as etapas da prevenção, preparação, mitigação, resposta, recuperação e reabilitação dos destinos, inclusive os costeiros em situações de riscos.

No que tange especificamente ao setor do turismo, a gestão de riscos depende do ordenamento territorial e das estruturas políticas-institucionais que deem conta de responder às questões dos diferentes atores que produzem o território turístico, ou seja,

moradores locais, gestores públicos, promotores privados e turistas. Em termos de gestão de riscos, a principal estratégia é criar resiliência aos desastres nos destinos turísticos, na forma de atividades de focam na gestão e redução de riscos – incluindo análises estruturais que investigam fatores operacionais e de serviço de todas as perspectivas de perigos – e a preparação em caso de novos eventos (BROWN et al., 2017).

Em suma, a gestão de riscos aos desastres deve ser um componente essencial do plano de gestão integrada de qualquer destino que apresente histórico e/ou recorrência de desastres naturais. As preocupações inerentes a gestão dos desastres naturais, em destinos turísticos, precisam ser canalizadas para buscar uma perspectiva de um turismo mais resiliente e seguro, em vista dos riscos naturais, fato que vem sendo discutido mediante aos esforços acadêmicos e institucionais que visem responder aos desafios da gestão de riscos. Portanto, a ocorrência de um desastre natural poderá trazer graves consequências, afetando destinos turísticos que possui forte dependência da atividade turística, expondo-o e colocando em perigo a vitalidade econômica em escala local e regional.

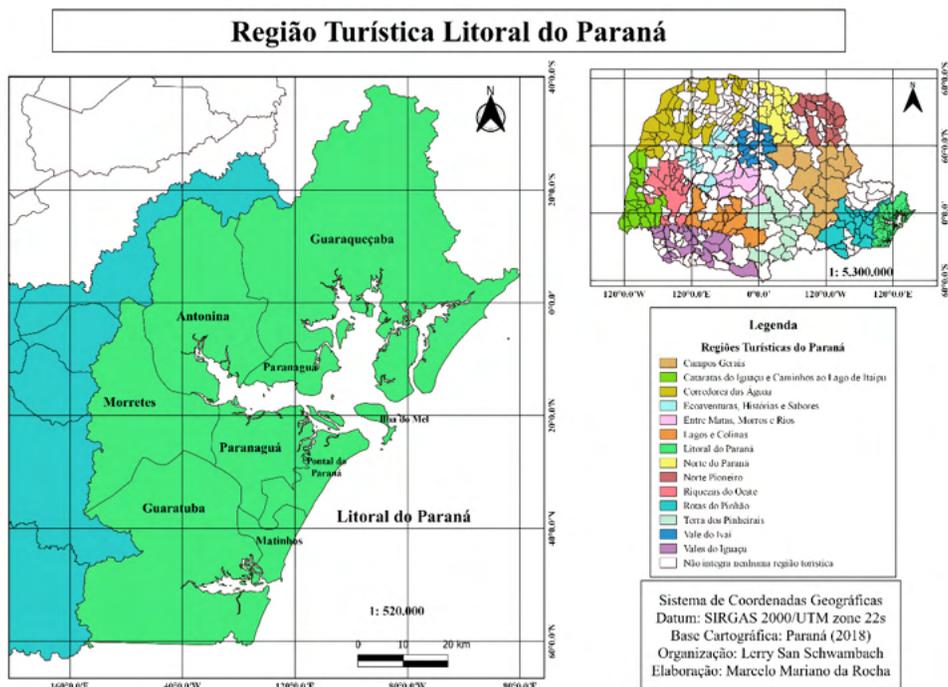
A REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ

A Região Turística Litoral do Paraná configura-se pela diversidade de atrativos culturais e naturais, que evidenciam seu potencial turístico e a caracterizam como polo indutor do desenvolvimento turístico no âmbito estadual. A sua proximidade com a capital do Paraná, Curitiba, caracteriza-se também como uma vantagem competitiva determinante para a configuração da demanda turística. Sua localização refere-se à atração dos fluxos de visitantes vindos, tanto da capital quanto do interior do Paraná e de outros estados do Brasil (PARANÁ, 2010).

O litoral paranaense é considerado um destino receptor em razão do grande fluxo visitantes que buscam a região para repouso e lazer e, cujas atividades estão vinculadas tanto aos recursos naturais quanto culturais. Segundo Paraná (2016), o litoral paranaense apresenta um conjunto de 73 atrativos turísticos de natureza diversa, que possibilitam o desenvolvimento de variados segmentos turísticos. Essa quantidade representa cerca de 19% dos atrativos turísticos do estado do Paraná, demonstrando que a região possui um enorme potencial para o crescimento do setor turístico. A região Turística Litoral do Paraná é composta por sete municípios, sendo eles: Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Paranaguá, Pontal do Paraná, Morretes e Antonina, como ilustrado no Mapa 1.

O espaço turístico do litoral paranaense é formado principalmente por elementos da paisagem natural, como as praias, baías, serras, rios e cachoeiras, e imensas áreas de floresta. Esses ambientes configuram uma paisagem rica na sua diversidade biológica, nos diferentes ecossistemas que a compõem, destacando-se que a região possui o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica do Brasil (PARANÁ, 2010). A diversidade ambiental característica da região, permite uma oferta ampliada em relação à diversos segmentos

turísticos, como o ecoturismo. Além disso, a riqueza cultural das tradições, mitos, crenças e costumes dos moradores da região, juntamente com o patrimônio arquitetônico, produzem um cenário convidativo para a visitação associada ao turismo cultural (PARANÁ, 2010).



Mapa 1. Região Turística Litoral do Paraná

Fonte: Os autores.

Os municípios da Região Turística Litoral do Paraná têm se destacado no contexto do crescimento do turismo regional, não somente em função dos seus atrativos, mas também da infraestrutura e oferta de serviços voltados para atender a demanda, notadamente do turismo de sol e praia. Em razão disso, foram inseridos no estudo de categorização dos destinos turísticos no Brasil, realizado pelo Ministério do Turismo, cujo objetivo foi avaliar os municípios inseridos nas regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro, instituído pelo Programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2016). Dentro do escopo dessa categorização, os municípios de Paranaguá, Matinhos, Guaratuba e Ponta do Paraná estão categorizados como categoria B. Por sua vez, o município de Morretes está categorizado como categoria C e, os municípios de Antonina e Guaraqueçaba como categoria D.

De acordo com Paraná (2010) na oferta produtos turísticos do litoral paranaense predominam as micro e pequenas empresas, que têm na atividade turística sua principal atividade. A grande maioria dos serviços na região, por consequência, é formada por

micro e pequenos negócios, com baixa capacidade de reprodução do capital. Os meios de hospedagem (hotéis e pousadas) e os serviços de alimentação (restaurantes, bares, lanchonetes, etc.), são as atividades preponderantes da cadeia produtiva do turismo na região. Neste ponto, cabe destacar a gastronomia como um forte atrativo dos fluxos turísticos para a região, além das belezas naturais e do patrimônio histórico-cultural. Em suma, no litoral do Paraná a atividade do turismo constitui um importante vetor para a vitalidade e para o fortalecimento da economia local, assim como, na geração de emprego e renda para a população residente.

DESASTRES NATURAIS NA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ

No que se refere aos desastres naturais, a Região Turística Litoral do Paraná apresenta um histórico que comprova sua vulnerabilidade geoambiental, ameaça representada principalmente por meio da ocorrência de eventos climáticos extremos, conforme apontam estudos (Lopes & Souza, 2012). Em março de 2011, houve um grande desastre natural na região, que provocou deslizamentos de terra, fluxo de lama/detritos e queda de rochas, causando inúmeros danos à infraestrutura, à população local e às atividades econômicas da região, atingindo também o setor de turismo.

Todos os municípios do Litoral do Paraná foram atingidos pelo evento climático extremo de março de 2011, caracterizado pela elevada quantidade de chuvas. Os municípios de Antonina, Morretes, Paranaguá e Guaratuba, foram os mais afetados. As chuvas causaram destruição da infraestrutura pública e privada, demandando esforços imediatos na recuperação por meio da utilização de recursos humanos e materiais, equipamentos e veículos por parte das organizações municipais, estaduais e federais de Defesa Civil e órgãos de apoio (PEDROSO; PINHEIRO, 2016).

No município de Paranaguá foram registrados deslizamentos nas encostas da Serra do Mar, destruição de casas, danos em rodovias, quedas de pontes e problemas que levaram à interrupção nos sistemas de energia elétrica e água potável, razões pelas quais foi necessário criar vias alternativas de acesso e encontrar mecanismos para restituir serviços públicos básicos. No município de Morretes, os principais danos resultaram de inundações provocadas pelos rios Nhundiaquara e Marumbi, que percorrem a região do litoral do Paraná, destruindo casas na área urbana e devastando trechos de florestas na área rural. No município de Antonina, a região central da área urbana foi a que mais sofreu mais problemas, devido aos deslizamentos de terras nas áreas de encostas e morros, causando destruição de casas e dos sistemas de energia elétrica e água potável. No município de Guaratuba, também foram registradas inundações que causaram danos à casas, estradas e pontes, com grandes problemas para a população no acesso aos serviços públicos e à comunicação (PEDROSO; PINHEIRO, 2016).

De acordo com os levantamentos feitos, dentre as atividades econômicas afetadas

pelo desastre de 2011 no litoral do Paraná, destacam-se as perdas sofridas no setor turístico e na atividade pesqueira, que chegou a ser suspensa por mais de quinze dias, assim como, as atividades de importação e exportação através dos portos de Paranaguá e Antonina, que também foram suspensas. De um modo geral, as várias atividades ligadas à economia dos municípios do litoral foram destruídas ou prejudicadas em função das fortes chuvas.

A tabela 1 apresenta os prejuízos financeiros devido ao desastre natural que atingiu a Região do Litoral do Paraná em março de 2011.

Setor	Total R\$	Dano (Afetação)				
Totais	210,853,625	158,565,922	52,287,702	79,757,353	131,096,272	100%
Infraestrutura	129,294,868	91,740,930	37,553,938	60,577,956	68,716,912	61,3%
Transporte	107,627,832	86,415,044	21,212,788	47,668,691	59,959,140	51%
Portos	15,616,438	0	15,616,438	7,808,219	7,808,219	7,4%
Água e Saneamento	4,151,493	3,743,634	407,859	4,151,493	0	2,0%
Energia	1,899,105	1,582,252	316,853	949,553	949,553	0,9%
Setores Sociais	51,560,930	50,261,992	1,298,938	7,561,630	43,999,300	24,5%
Habitacões	45,288,589	43,999,300	1,289,289	1,289,289	43,999,300	21,5%
Saúde	1,608,242	2,687,710	9,649	2,697,359	0	1,3%
Educação	1,608,242	1,608,242	0	1,608,242	0	0,8%
Cultura	1,966,740	1,966,740	0	1,966,740	0	0,9%
Setores de Produção	18,380,060	9,063,000	9,317,000	0	18,380,060	8,7%
Agricultura	9,063,000	9,063,000	0	0	9,063,000	4,3%
Pesca	5,666,660	0	5,666,660	0	5,666,660	2,7%
Turismo	3,650,400	0	3,650,400	0	3,650,400	1,7%
Meio Ambiente	11,617,766	7,500,000	4,177,766	11,617,766	0	5,5%
Áreas protegidas	11,617,766	7,500,000	4,177,766	11,617,766	0	5,5%

Tabela 1: Prejuízos Econômicos na Região Turística Litoral do Paraná

Fonte: Adaptado de Pinheiro e Pedrosa (2016)

Com relação ao setor do turismo, o mesmo obteve um prejuízo estimado em R\$

3.6 milhões de reais, como destacado no Gráfico 1, devido às fortes chuvas ocorridas nos municípios do litoral do Paraná. Neste contexto, o setor turístico foi bastante afetado, com prejuízos financeiros atingindo os diversos tipos de estabelecimentos da região como hotéis, restaurantes, lanchonetes, serviços turísticos, transporte local, dentre outros (PINHEIRO, PEDROSO, 2016).

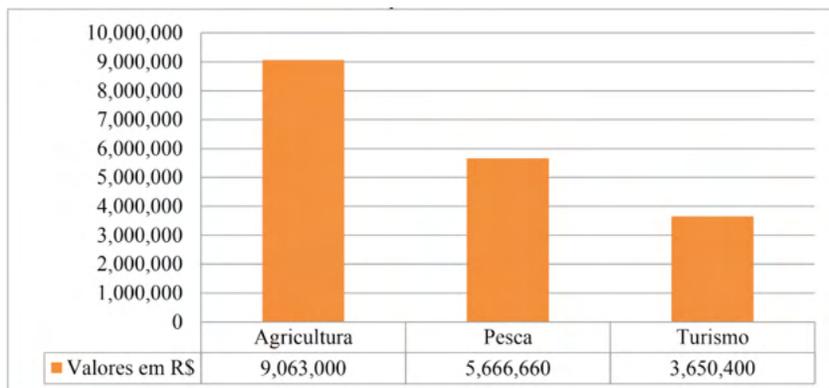


Gráfico 1. Danos e perdas Setores Econômicos

Fonte: Adaptado de Pinheiro e Pedroso (2016)

Portanto, o desastre que atingiu Região Turística Litoral do Paraná em março de 2011, provocou muita destruição e, principalmente, causou muitos danos para os municípios de Morretes, Antonina, Paranaguá e Guaratuba, nos diversos setores da economia local, entre eles o setor turismo. Na realidade, os municípios não estavam preparados para a quantidade de chuvas que caiu em algumas horas e, portanto, os danos atingiram todos os setores. No caso do turismo, as perdas financeiras foram geradas principalmente devido à queda de receita do setor, pois houve interrupção do fluxo de turistas para os destinos turísticos durante um determinado período após a ocorrência do evento catastrófico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desastre natural que afetou os municípios da Região Turística Litoral do Paraná em março de 2011 deixou profundas marcas devido a magnitude do evento. Diante disso, este estudo cujo foco foi a Região Turística Litoral do Paraná, constituiu um esforço para identificar e avaliar as políticas públicas e o seu papel na mitigação e prevenção dos riscos de desastres naturais e seus efeitos no setor do turismo. O estudo visou, também, contribuir para aprofundar a discussão da problemática relacionada aos desastres em outras regiões turísticas do Brasil, assim como, oferecer subsídios para novos estudos sobre o tema.

Os dados coletados a partir das entrevistas realizadas com os representantes do

setor público nas esferas municipal e estadual (secretarias municipais, Defesa Civil) e do trade turístico local (proprietários de estabelecimentos comerciais e serviços do turismo local), conduzem a contatação de que, apesar de não haver uma gestão integrada dos riscos de desastres naturais na Região Turística Litoral do Paraná, houveram importantes avanços políticas públicas desde o evento ocorrido na região em março de 2011.

Com base na análise de documentos e relatórios técnicos elaborados pelo poder público, bem como nos dados das entrevistas, foi possível constatar que as políticas públicas, tanto na esfera municipal como na esfera estadual, passaram a promover ações cujo foco é a gestão de desastres, visando principalmente atender as populações atingidas por meio da recuperação dos serviços básicos e da infraestrutura. Neste sentido, pode-se mencionar aqui as medidas tomadas no curto prazo, onde destacam-se o atendimento médico aos moradores locais após o desastre de março de 2011, e a recuperação da infraestrutura e de serviços básicos, como o abastecimento da energia elétrica e da água potável.

Também, após o evento de março de 2011, os órgãos públicos em nível municipal e estadual formularam diretrizes para serem implementadas nos médio e longo prazos, assim como instituíram ações com o objetivo de organizar a gestão e a prevenção contra novos desastres. Essas diretrizes e ações apontam para uma nova perspectiva na gestão e na governança no que se refere aos riscos de desastres naturais na região. Identificou-se um conjunto de ações e estratégias adotadas pelo poder público para os municípios da Região Turística Litoral do Paraná, a saber:

- Mapeamento de áreas de riscos realizado pela Mineropar no município de Morretes;
- Mapeamento de áreas SISMAAR - para sistema de monitoramento alerta e alarme;
- Instalação de equipamentos de medição pluviométrica em pontos estratégicos para monitoramento da precipitação;
- Criação do sistema para Plano de Contingência Online, em que os municípios possuem acesso regulado por login e senha. Na plataforma incluem informações sobre áreas de atenção, abrigos, recursos e ações operacionais (organização e responsabilidade na hora do desastre). Estas informações geram automaticamente um plano de contingência em formato preestabelecido;
- Criação de plataforma pelo Simepar, disponibilizada para a defesa civil, para monitoramento do litoral do Paraná, com possibilidade de acompanhar a evolução dos índices pluviométricos e viabilizar o envio de alertas;
- Desenvolvimento de atividades simuladas de atendimento, com mobilização das equipes, para alerta e saída das pessoas da área de risco (PARANÁ, 2017).

Todavia, foi constatado através das entrevistas com o trade turístico local

(proprietários de estabelecimentos comerciais e serviços de turismo local), que as ações acima elencadas apesar de buscar promover a gestão de riscos à desastres naturais, em especial no que se refere aos danos provenientes desses eventos, não apresentam integração com o setor do turismo e, tão pouco, com os turistas e com trade local, conforme apontam os dados analisados para os municípios de Morretes e Antonina. Ou seja, na implementação das ações que visam estabelecer mecanismos de gestão de riscos de desastres, a atividade turística não tem sido considerada, contrastando com a enorme relevância econômica que o turismo possui para os municípios, além de serem destinos para milhares de turistas vindos de diversas localidades do estado do Paraná, de outros estados do Brasil e, até mesmo do exterior.

Outro aspecto evidenciado a partir das entrevistas com o trade, e que foi consenso entre os entrevistados, é o fato de que após a ocorrência dos desastres naturais em março de 2011, o fluxo de turistas caiu vertiginosamente durante um determinado período. Isso é compreensível na medida que as vias de acesso aos municípios mais atingidos foram seriamente comprometidas com o deslizamento de terras, interrupção de fluxos de vias, interdição e queda de pontes devido ao alto índice de chuvas. Diversos estudos (GHADERI; MAT SOM; HENDERSON, 2015), (KERAVA, 2016), (BHATTARAI, 2017) destacam que a quantidade de visitantes pode cair vertiginosamente, limitando-se o acesso dos turistas aos atrativos (naturais e culturais) e da infraestrutura que compõem as Atividade Características do Turismo- ACTs, promovendo significativas quedas na arrecadação no destino, como evidenciado por Ghaderi; Mat Som; Henderson (2015), Kerava (2016), Bhattarai (2017).

Outra constatação, foi a ausência na Região Turística Litoral do Paraná de ações voltadas para prevenção e mitigação no caso de ocorrerem novos desastres naturais na região, demonstrando que o trade não possui conhecimento sobre as possíveis pautas relacionadas a prevenção aos riscos estabelecidos pelo poder público. Dentro disso, ressalta-se a ausência de estratégias que culminassem com a implementação das seguintes ações, tais como: (i) planos de protocolos de evacuação contemplando o trade e os turistas; (ii) orientação institucional; (iii) acesso a planos de contingência; (iv) prevenção e alerta (estabelecida por parte dos municípios a respeito de como lidar com um eventual desastre natural). Tais ausências dos elementos evidenciados acima, demonstra total despreparo e desconhecimento de estratégias de cunho preventivo e informativo oferecido pelo poder público tanto municipal, quanto estadual para o trade.

Destaca-se, também, que houve consenso nas respostas dos entrevistados ao afirmar que os municípios não vêm atuando na gestão de riscos no que se refere às atividades de turismo, mesmo os municípios possuindo alto grau de vulnerabilidade e exposição aos riscos, como evidenciado por diversos estudos na região, com destaque para Mineropar (2011), ANA (2014), Paraná (2017), Paraná (2018), Rocha; Acordes; Felipe (2019). Essa situação demonstra a falta de atenção do poder público, tanto municipal como estadual, para uma gestão integrada de riscos a desastres voltada, que incluía principalmente o

turismo, diante dos danos que o setor sofreu no desastre de março de 2011.

Outra questão de grande importância que a pesquisa evidenciou, se refere à falta de integração entre os órgãos envolvidos na gestão do turismo na escala regional e na gestão de riscos a desastres, a saber: (i) nos municípios de Morretes e Antonina, por exemplo, não há uma integração e consolidação de uma associação dos estabelecimentos ligados ao trade. Os dados obtidos a partir das entrevistas com proprietários de estabelecimento turísticos locais, apontam que eles têm conhecimento da existência das estratégias e ações relativas aos desastres, porém não participam porque não são chamados para participar no processo de planejamento e gestão. Neste sentido, a consolidação do Convention Bureau poderia se tornar uma excelente oportunidade para que estratégias e ações de promoção do turismo local pudessem proporcionar um maior desenvolvimento do setor, atraindo cada vez mais turistas, além de promover discussões a respeito de questões que envolvam a gestão de riscos nas atividades de turismo; (ii) a ausência da interligação entre os órgãos responsáveis pelo turismo (Secretária Municipal e Convention Bureau) e o órgão responsável pela gestão de riscos municipal (Defesa Civil Municipal). Esse panorama demonstra uma falta de conexão entre os atores elencados e impede a discussão sobre a implementação de estratégias que integrem a gestão de riscos. Além disso, essa desarticulação contribuiu para que em caso de ocorrência de novo desastres, os atores não saibam como proceder visando minimizar os possíveis danos, colocando em xeque o desenvolvimento do turismo e, conseqüentemente, a vitalidade econômica dos destinos.

Esse cenário demonstra a existência de uma desarticulação por parte de seus representantes, evidenciando um desconhecimento sobre a importância de se estabelecer um plano de contingência que englobe todos os atores – trade; turistas; poder público – visando a retomada das atividades do turismo em caso de um novo desastre natural. Outro aspecto também é a ausência de uma estratégia de ação oferecida para os turistas. Ou seja, até o momento não existe um conjunto de ações contemplando os turistas para que eles possam saber sobre como lidar com a ocorrência de um desastre natural. O preparo dos turistas é fundamental em qualquer destino turístico que possuem histórico e recorrência de desastres de naturais, pois uma crise pode afetar tanto as viagens de turistas estrangeiros como de visitantes domésticos, como destaca Rosselló, Becken, Santana-Gallego (2020).

Portanto, com base nas informações coletadas e analisadas sobre a Região Turística Litoral do Paraná no que se refere à prevenção e mitigação de riscos de desastres naturais, constata-se que as políticas públicas não estão alinhadas com a gestão de riscos com foco no turismo, posto que tais ações, pelo menos até o presente, vêm sendo promovidas focando na gestão de riscos a desastres naturais de modo amplo, sem incorporar ou promover estratégias e planos de ações diretamente voltadas para as atividades de turismo encontradas na região. Diante disso, destaca-se alguns aspectos apontadas na conclusão da pesquisa, a saber:

I- A necessidade da gestão de riscos à desastres naturais de forma integrada e

participativa;

II- A Região Turística Litoral do Paraná enfrenta vários obstáculos que atrasam os esforços dos vários atores do território na gestão de riscos à desastres naturais, particularmente em escala municipal. Entre os calcanhares de aquiles no caso de ocorrer novos eventos catastróficos na região, identificou-se:

- Falta de recursos financeiros e de recursos humanos;
- Dificuldades na implementação do plano de emergência por parte dos municípios;
- Confusão entre as competências na tomada de decisões, notadamente com relação à legislação ambiental e às políticas públicas;
- A identificação dos fatores associados aos riscos naturais que podem afetar o setor turístico;

III- Com relação ao setor de turismo na região pesquisada, dentre os principais resultados encontrados estão:

- Falta de informações para os turistas;
- Falta de preparação do trade local, a falta de coordenação das administrações públicas (Prefeituras, Defesa Civil) com o trade local;
- Falta de troca de informações entre o setor privado do turismo e as instituições públicas responsáveis pela gestão de riscos em nível municipal e estadual e, finalmente;
- Falta de um sistema de prevenção especialmente concebido para atender as demandas do setor turístico.

Em suma, os dados obtidos com a realização da pesquisa possibilitaram fazer um diagnóstico das políticas públicas voltadas para a gestão de riscos de desastres naturais na Região Turística do Litoral do Paraná. Pode-se afirmar que há uma ausência de ações voltadas especificamente para o setor do turismo, apesar de o mesmo ser de grande importância econômica para os municípios localizados na região. Apesar do avanço na implementação, por parte do poder público, de ações e estratégias na gestão de riscos de desastres naturais que visam prevenir e mitigar os impactos que podem resultar com a ocorrência de novos desastres na região, tais ações e estratégias não envolvem o setor do turismo, como foi constatado na pesquisa aqui relatada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa, ou seja, avaliar as ações do poder público no que se refere à prevenção e mitigação dos riscos dos desastres naturais, assim como, examinar em que medida as políticas públicas na Região Turística Litoral do Paraná estão relacionadas ao setor do turismo, foi alcançado. Os resultados da pesquisa permitem evidenciar algumas

questões, como a identificação de um conjunto de estratégias por parte do poder público, tanto na esfera estadual quanto municipal, em particular no que se refere à gestão de riscos de desastres naturais, com ações voltadas para a preparação, mitigação e alerta no caso de ocorrência de novos desastres naturais na Região Turística Litoral do Paraná. Todavia, no conjunto de ações e estratégias voltadas a gestão de riscos de desastres naturais, tanto na esfera municipal como estadual, não foram identificadas ações especificamente direcionadas para as atividades de turismo, como parte das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ANA. Agência Nacional de Águas (Brasil). **Atlas de Vulnerabilidade a Inundações**. Brasília: ANA, 2014.

BECKEN, S; MAHON, Roché; RENNIE, Hamish; SHAKEELA, Aishath. **The Tourism Disaster Vulnerability Framework: An Application to Tourism in Small Island Destinations**. *Natural Hazards*. v. 71, n. 1, p. 1-35, 2013.

BHATTARI, Asha. **Disaster Recovery in Tourism: Study on disaster caused by earthquake in Nepal**. Disponível em: <https://projekter.aau.dk/projekter/files/254298766/Disaster_Recovery_in_Tourism_Thesis_.pdf>. Acesso em: 08/05/ 2021

BRASIL. Ministério do Turismo. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília, DF, 2016.

BROWN, N. A; ROVINS, J. E; FELDMANN-JENSEN, S; ORCHISTON, C; JOHNSTON, D. **Exploring disaster resilience within the hotel sector: A systematic review of literature**. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, v. 22, p. 362-370, 2017.

CALGARO, Emma; LLOYD, Kate. **Sun, sea, sand and tsunamis: Examining disaster vulnerability in the tourism community of Khao Lak, Thailand**. *Singapore Journal of Tropical Geography*. v. 29. N. 3, p. 288 – 306, 2008.

CARDONA, O.D. **El manejo de riesgos y los preparativos para desastres: Compromiso institucional para mejorar la calidad de vida**. Colômbia. 1996. Disponível em: <<https://www.desenredando.org/public/libros/1996/dma/html/7cap9.htm>>. Acesso em: 05 janeiro. 2009.

GHADERI, Z; MAT SOM, A. P; HENDERSON, J. C. **When Disaster Strikes: The Thai Floods of 2011 and Tourism Industry Response and Resilience**. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, v. 20, n. 4, p. 399-415, 2015.

KERAVA, F. **The Impact of an Earthquake on the Tourism Sector in Nepal**. Laurea University of Applied Sciences. 2016. Disponível em:<<https://core.ac.uk/download/pdf/38140256.pdf>>. Acesso em: 20 maio de 2021

LOPES, F.C.A.; SOUZA, R.M. **Análise de um evento extremo e desastre natural nas cidades de Antonina/PR e Morretes/PR**. In: Congresso Brasileiro de Meteorologia, 17, 2012, Gramado. Anais do XVII CBMET, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Meteorologia, 2012. p. 01-05.

LAVELL, A. **La gestion de riesgo**: nociones y posiciones em torno al concepto y práctica. Guatemala: CEPREDENAC/ PNUD, 2003. Disponível em: <<http://www.disasterinfo.net/lideres/portugues/brasil%2006/Material%20previo/Allangestriesg.pdf>>. Acesso em: 02/02/2020.

MINEROPAR. **Cadastramento e avaliação de risco em movimentos gravitacionais de massa no município de Antonina**. Curitiba (PR), 2011.

MADITINOS, Z. VASSILIADIS, C. Crises and Disasters in Tourism Industry: Happen locally - Affect globally. MIBES E-BOOK. 2008, pp. 67-76.

PARANÁ. Secretária Estadual da Defesa Civil. **Relatório de Simulado de Abandono da Comunidade Floresta- Morretes-PR**. Curitiba (PR), 2017.

PARANÁ. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL**: Polo Turístico do Litoral Paranaense. Curitiba. 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/PARANA/PDTIS_LITORAL_PARANAENSE.pdf>. Acesso em 20/10/2019.

PARANÁ. **Paraná turístico 2026**: Pacto para um destino inteligente. 2016. Curitiba. Disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/institucional/PLANO_DE_TURISMO/ParanaTuristico2026documentocompleto__1.pdf>. Acesso em: 01/11/2019.

PARANÁ. **Plano de Bacia Hidrográfica**: Evento Crítico. Curitiba, 2018. Disponível em:<http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/LITORANEA/Plano_de_bacia/P06_Eventos_Criticos_Rev01.pdf>.

PEDROSO, Frederico Ferreira Fonseca; PINHEIRO, Eduardo Gomes. **Construindo um Estado Resiliente: o modelo paranaense para gestão do risco de desastres**. Curitiba: CEPED/FUNESPAR, 2016.

ROCHA, E.K; ACORDES, F.A; FELIPE, R.S. **Carta geotécnica síntese de adequabilidade a ocupação frente aos desastres naturais na porção leste da Serra do Mar (1:25.000)**. Curitiba: (CEDEC-PR), 2019.

ROSSELLÓ, J; BECKEN, S; SANTANA-GALLEGO, M. **The effects of natural disasters on international tourism**: A global analysis. *Tourism Management*, v. 79, p. 1-10, 2020.

SILVEIRA, M. A. T. **Geografia aplicada ao turismo**. Fundamentos teórico-práticos. Curitiba, Editora InterSaberes, 2014.

TOUBES, D. R.; BREA FRAIZ, J. A. **Desarrollo de una política de gestión de crises para desastres en el turismo**. *Tourism & Management Studies*, v. 8, n.1, p. 10-18, 2012.

UNESCO. **Coastal Management Approaches for Sea-level Related Hazards**: Case Studies and Good Practices. Intergovernmental Oceanographic Commission of UNESCO, Paris, 2012.

UNISDR. United Nations International Strategy for Disaster Reduction. **Participating Local Government**. 2017. Disponível em: <<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/home/ Cities>>. Acesso em: 08/06/2019.

WTO-World Tourism Organization. **Handbook on Natural Disaster Reduction in Tourist Areas**. Madri, 1998. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284402397>>. Acesso em: 10 maio 2020.

CALGARO, Emma; LLOYD, Kate. **Sun, sea, sand and tsunami**: Examining disaster vulnerability in the tourism community of Khao Lak, Thailand. *Singapore Journal of Tropical Geography*. v. 29. N. 3, p- 288 – 306, 2008.

CAPÍTULO 3

APROXIMAÇÃO A ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA MULHER NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA ARGENTINA E NO PARAGUAI A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA

Data de aceite: 01/11/2021

Data de submissão: 05/08/2021

María Victoria Cano Colazo

Instituto de Investigaciones Filosóficas (CONICET/SADAF). Universidad de Buenos Aires (UBA). Red Argentina de Género, Ciencia y Tecnología (RAGCyT). Red Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Género (RICTYG) Buenos Aires, Argentina

Carmen Estela Colazo

Universidad Nacional de Córdoba (UNC). Centro de Investigaciones Jurídicas (CIJ). Red Paraguaya de Género, Ciencia y Tecnología (REPAGCyT). Red Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Género (RICTYG) Córdoba, Argentina y Asunción, Paraguay

RESUMO: Este trabalho busca fazer uma abordagem, a partir de uma metodologia qualitativo-quantitativa, da situação da mulher no sistema científico e tecnológico da Argentina e do Paraguai. Entende que as mulheres foram excluídas do conhecimento científico e da educação formal até meados do século XX, pois nessas sociedades androcêntricas as mulheres eram consideradas seres destinados ao cuidado e confinadas à esfera privada, excluindo-as do espaço público. Essa ausência ou escassa presença da mulher no mundo da ciência tem sido considerada normal, mas nos últimos anos essa disfunção passou a ser reconhecida como preocupante, principalmente porque

nas sociedades atuais a ciência e a tecnologia desempenham um papel fundamental no plano social, cultural, econômico. Deste modo, se busca lançar luz no assunto, sistematizamos os dados quantitativos mais recentes sobre a situação da mulher nos sistemas científico-tecnológicos de ambos países. Por outro lado, realizamos entrevistas com mulheres para observar os processos de socialização, os estereótipos de gênero ainda dominantes nas carreiras científicas, na vida profissional e nos preconceitos científicos. Ao mesmo tempo, outro elemento importante em que nos concentramos é o equilíbrio da vida pessoal e profissional das entrevistadas.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência. Tecnologia. Gênero. Perspectiva feminista.

APPROACH TO THE ANALYSIS OF THE SITUATION OF WOMEN IN SCIENCE AND TECHNOLOGY IN ARGENTINA AND PARAGUAY FROM A FEMINIST PERSPECTIVE

ABSTRACT: This paper seeks to approach, from a qualitative-quantitative methodology, the situation of women in the scientific and technological systems of Argentina and Paraguay. Women were excluded from scientific knowledge and formal education well into the twentieth century. In these androcentric societies, women were considered beings destined to care and were confined to the private sphere, excluding them from the public space. This absence or scarce presence of women in the world of science has been considered normal, but in recent years this

dysfunction has begun to be recognized as a cause for concern, mainly because in today's societies science and technology play a fundamental role in social, cultural, economic and political structuring. To shed some light on this issue, we have systematized the most recent quantitative data on the status of women in the scientific-technological systems in both countries. On the other hand, we have conducted interviews with women to observe socialization processes, gender stereotypes still dominant in scientific careers, professional life, and scientific biases. At the same time, another important element on which we have focused is the balance between the personal and professional lives of the interviewees.

KEYWORDS: Science. Technology. Gender. Feminist perspective.

SITUACIÓN DE LAS MUJERES EN EL SISTEMA CIENTÍFICO Y TECNOLÓGICO DE ARGENTINA Y PARAGUAY

INTRODUCCIÓN

El presente trabajo busca realizar una aproximación desde una metodología cuali-cuantitativa, a la situación de las mujeres en el sistema científico y tecnológico de Argentina y Paraguay.

Las mujeres hemos sido excluidas del saber científico y de la educación formal hasta entrado el siglo XX (Díaz, 2012). Ello, porque, históricamente, se entendió que el conocimiento "objetivo" emanaba de la razón, y que ésta era propia de los hombres y "lo masculino"; ya que podían abstraerse de las emociones y sentimientos para conocer sin "subjetividad". Las mujeres - "lo femenino"- en cambio, fue entendido culturalmente como parte del "mundo de la naturaleza" - no de la cultura- y a ellas les fueron asignadas las emociones y los sentimientos como propios de su "sexo/género". Esta tradición epistemológica comprendió de manera separada el conocimiento y la razón de las emociones, y, además, atribuyó a la razón un estatus superior a lo emocional o sentimental. El sujeto del conocimiento ponderado, entonces, fue aquél capaz de establecer una relación teóricamente "neutra" con lo estudiado, ergo: "el hombre", lo que produjo un modelo de conocimiento patriarcal y androcéntrico. La referencia se centra en un sujeto que neutraliza sus emociones al momento de producir conocimiento y que puede ser reemplazado por cualquier otro, produciendo el mismo resultado. Así, debido que las emociones, los afectos y sentimientos han sido considerados por la filosofía como obstáculos para la obtención del conocimiento objetivo y confiable, se establecieron dicotomías - exhaustivas y excluyentes - jerarquizadas y sexualizadas - otorgándole a una un valor epistémico que en la otra no radica- y se justificó durante siglos el dejar de lado a sujetos, en particular a las mujeres, fuera de la educación superior, la construcción del saber científico, político u otro (Maffía, 2005). En estas sociedades androcéntricas, las mujeres fueron entendidas como seres destinados al cuidado y se las confinó al ámbito privado, negando históricamente su participación en el espacio público (Barrancos, 2012).

Apostar a una construcción intersubjetiva del conocimiento donde *"la mirada de*

los otros me constituye como sujeto”, es otorgar el valor epistémico de las emociones a la construcción del conocimiento, pero, para que esto suceda, la ciencia no debe poner limitaciones o restricciones como ha hecho en épocas anteriores, imposibilitando el ingreso de las mujeres y sujetos subalternizados, a la comunidad científica.

SITUACIÓN DE LAS MUJERES EN EL SISTEMA CIENTÍFICO Y TECNOLÓGICO EN ARGENTINA

Según varios/as autores/as, algunos de los principales motivos por los cuales se sostiene al presente la diferencia entre varones y mujeres en el ámbito científico es debido a las prácticas diferenciadas en los procesos de socialización desde las edades tempranas entre mujeres y varones; o sea, los estereotipos de género aún dominantes en las carreras científicas y la vida profesional, los cuales producen discriminación por cuestiones de género que determinan la distribución de los espacios de poder, estableciendo la relación que subyace entre los saberes que se conquistan y la naturaleza del poder que se ejerce. Otro elemento que se considera relevante es el equilibrio de la vida personal con la profesional, lo que comprende la decisión de ser madre, además de la distribución sexual del trabajo dentro de las parejas en la vida cotidiana.

Por otro lado, un factor más a tener en cuenta para estudiar las desigualdades en las carreras científicas entre varones y mujeres, es la productividad científica. La productividad de las mujeres es más baja que la de los varones (Mairesse y Pezzoni, 2015) pero cuando se analiza esta diferencia, las obligaciones familiares, el matrimonio y la maternidad no se tienen en cuenta. Sin embargo, otras investigaciones han llegado a la conclusión de que estas realidades no afectan en la productividad, y que esta diferencia no puede atribuirse a la maternidad y la pareja (Williams y Ceci, 2012). De todas maneras, es un indicador que requiere mayor investigación. En Argentina, en particular, no hay suficientes datos al respecto, por lo que es importante abordarlo y poder indagar la relación. Asimismo, determinar exploratoriamente el aporte de las mujeres a la producción científica.

Para el análisis cualitativo se realizaron entrevistas abiertas a un total de 50 mujeres y varones que integran el sector científico/ tecnológico, la mayoría pertenecen al sistema científico argentino, CONICET. Las entrevistas se pueden calificar en base a los ejes temáticos que hemos abordado, cuales son: 1- Historia de vidas, inicios; 2- Vida Profesional; 3- Obstáculos/sesgos; 4- Mensaje a las nuevas generaciones dirigido a niñas/os y adolescentes.

Esta segmentación se realizó debido a que, tal como hemos mencionado anteriormente, dentro de los objetivos propuestos está el reconocimiento de obstáculos a los que se enfrentan las mujeres que se dedican a la ciencia y a la tecnología, aunque cabe destacar que no es excluyente de estas profesiones.

Como se puede observar en las entrevistas, para la mayoría de las entrevistadas uno de los principales obstáculos a los que se han enfrentado es tener que superar ese

sesgo de género, verse obligadas a demostrar a la sociedad - y en muchos de estos casos en particular a la comunidad científica - que el ser mujer no es privativo para realizar ciertas tareas, ejercer ciertas profesiones y/o acceder al conocimiento en general y científico en particular.

También otro elemento relevante al abordar estas temáticas y, que, por ende, formó parte de las preguntas que hemos realizado como eje fundamental en las entrevistas, es el equilibrio de la vida personal con la profesional, lo que comprende la decisión de ser madre, además de la distribución sexual del trabajo, tareas de cuidado y domésticas, en la vida cotidiana.

A lo largo de las entrevistas, en aquellas que han conformado familia, pareja o quienes presentan una edad media donde tienen o han tenido personas a cargo - la mayoría de las entrevistadas - es interesante destacar que al indagar sobre cómo equilibran la vida personal con la vida profesional, encontramos que el punto de inflexión para muchas de ellas, o momento en el cual más han sentido las diferencias con sus colegas varones, ha sido el ingreso a la etapa reproductiva, en el cual han tenido que reestructurar sus vidas y dinámicas familiares para que el ejercicio profesional no sufra demasiados contratiempos.

Algo que también se reitera en las entrevistas es que en la actualidad en Argentina, las mujeres investigadoras superan numéricamente a los varones dentro de la Carrera de Investigador/a Científico/a (CIC) del CONICET, con un 52% (mujeres) y 48% (varones) respectivamente. En el caso de los/as becarios/as la proporción es más acentuada, 60% (mujeres) - 40% (varones), correspondientemente. A su vez, esto se repite en la cantidad de mujeres y varones que están estudiando carreras de pregrado, grado y posgrado, donde el 57% son mujeres y el 43% varones (Franchi, Palomino, Cano Colazo, Jeppesen y Kochen, 2016).

Sin embargo, cuando se analiza la relación entre mujeres y varones investigadores/as en las categorías más altas de la CIC – Principal y Superior - sigue habiendo un predominio masculino, con un discreto aumento de las mujeres en relación a lo observado hace una década. El mismo fenómeno se observa en los cargos de decisión en las diversas universidades del país, públicas y privadas, cómo en el sector de la ciencia y la tecnología. Aunque esto también sucede cuando se cuantifican a las mujeres que ocupan puestos de decisión en las diferentes esferas del Estado y en el ámbito privado.

La ausencia o escasa presencia de mujeres en el mundo de la ciencia y la tecnología se ha considerado “normal”, pero en los últimos años esta disfunción ha comenzado a considerarse preocupante, principalmente debido a que en las sociedades actuales la ciencia y la tecnología cumplen un rol fundamental en la estructuración social, cultural, económica y política de un país.

Cabe subrayar que, analizar la situación de las mujeres desde la perspectiva de género y no androcéntrica, no implica sólo cuantificar cuántas mujeres integran hoy el sistema, sino, además, develar las relaciones de poder entre varones y mujeres dentro del

mismo. Además, es importante puntualizar que las políticas que se lleven a cabo en el ámbito académico y científico deben estar coordinadas con el resto de políticas de equidad, para mejorar su impacto y su eficacia.

Es importante destacar que desde las categorías de análisis propuestas por las teorías feminista y las teorías de los géneros, se ha demostrado fehacientemente de qué manera el sistema sexo-género no sólo configura nuestra identidad, sino que también contribuye a la organización de las estructuras socioeconómicas, políticas, jurídicas, familiares, religiosas y sexuales (Ruiz Giménez, 2000). Si bien es cierto que los roles asignados tanto a lo masculino como a lo femenino difieren entre las distintas culturas, e incluso a lo largo del tiempo en cada una de las sociedades situadas, también nos consta que existen semejanzas entre las múltiples maneras de conformar y valorar lo masculino y lo femenino (Rivera Garretas, 1994). Incluso, como hemos mencionado anteriormente, se reconoce una tendencia a la naturalización de las diferencias asignadas a estas categorías considerando que son inherentes a las diferencias sexuales biológicas, sin embargo, se ha argumentado con mejor énfasis que en realidad se trata de creaciones culturales y simbólicas. La incorporación del enfoque de género, el hacer consciente las desigualdades que existen entre hombres y mujeres, permite la construcción de una sociedad más justa y equitativa.

Según Barberó y Martínez Benlloch (2004) es indispensable para que esto se concrete, trascender el género como categoría social de relación (y agregamos que también su construcción binaria), para lo que las masculinidades y las femineidades deberían distribuir equitativamente aquellas cuestiones de la vida cotidiana que les han sido asignadas culturalmente; así habremos entonces, trascendido la estructura patriarcal, cuando éstas transformaciones produzcan efectos en nuestras subjetividades.

La importancia de la agenda para la igualdad de género y la integración de la perspectiva de género en todos los objetivos de desarrollo (ODS), manifiesta la necesidad de cerrar las brechas de acceso y permanencia en ciencia y tecnología para las mujeres y las personas que integran el colectivo de la diversidad.

Por ello actualmente, en el sistema científico argentino, se están actualizando varias de las discusiones que se han desarrollado sobre esta temática. En el año 2019 se trató la incorporación de la perspectiva de género a la Ley Nacional 25.467 de Ciencia, Tecnología e Innovación, aunque no llegó a sancionarse. A su vez, en junio del 2020 en el Ministerio Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación (MINCyT), se creó el Programa Nacional para la Igualdad de Géneros y en la Agencia I+D+i se presentó el área de Política Transversal de Género y Diversidad Sexual.

También, con el cambio de gestión asumió la Dra. Ana Franchi, fundadora de la Red Argentina de Género, Ciencia y Tecnología (RAGCyT) como presidenta del CONICET, segunda mujer en ocupar este puesto en la institución en más de sesenta años de historia. Además, se creó el primer Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad, con el que se

firmó un convenio de cooperación interinstitucional. Asimismo, se gestó por iniciativa de investigadoras e investigadores especialistas en la temática de género, la Red Federal de Género y Diversidades dentro de CONICET.

Finalmente, en febrero del 2021, se sancionó la ley que establece el incremento progresivo y sostenido del Presupuesto Nacional destinado a la ciencia y la tecnología hasta alcanzar, en el año 2032, el 1% del PBI, donde también se incorpora como objetivo en el artículo 3º: *“propiciar la igualdad real y efectiva de la participación de las mujeres y la población LGTBI+ en todos los niveles y ámbitos del sistema científico-tecnológico”*.

Como podemos observar, son muchas las temáticas que se están incorporando con fuerza a la agenda pública relacionadas con ésta problemática, tales como: el acceso y permanencia de investigadoras a la Carrera del/la Investigador/a Científico/a (CIC, las licencias y/o prórrogas de beca por maternidad, redefinición de productividad frente a mujeres en tareas de cuidado, creación de centros de cuidado para las infancias para el sector de ciencia y tecnología, priorización de mujeres en la asignación de cargos, cuotas de participación en cuerpos colegiados de toma de decisiones, prioridad en la asignación de fondos y recursos para proyectos que incluyan perspectiva de género en su formulación y ejecución, indicadores de perspectiva de género e interseccional en el diseño y evaluación de proyectos de investigación; así también, acortar la brecha en las empresas de I+D y promover el empleo de mujeres científicas y tecnólogas, como el fortalecimiento de alianzas y redes entre mujeres académicas, por último aunque no menor, cómo ha impactado la pandemia sanitaria de la COVID-19 diferencialmente a las mujeres científicas y el aporte que han realizado al desarrollo de la ciencia en el país.

SISTEMA DE EDUCACIÓN SUPERIOR EN PARAGUAY DESDE UNA MIRADA DE GÉNERO

La base de toda proyección de las mujeres dentro del mundo científico y tecnológico es el acceso, permanencia y resultados en la educación superior. Este trabajo de investigación se centra en el análisis del sistema de educación superior del Paraguay desde una mirada de género; considerando que Paraguay fue el último país de Hispanoamérica que contó con una universidad, la Universidad Nacional de Asunción (UNA). Esta funcionó hasta el año 1960, en que se creó la Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”- el 22 de marzo de 1960- segunda universidad del país. Ambas son las casas de estudios que hasta la actualidad - una pública, y la otra privada y confesional católica - poseen el mayor prestigio nacional. La situación de las mujeres en las universidades del Paraguay nos dará una mejor perspectiva sobre la situación general de las mismas en una región donde este país fue uno de los más relegados en estándares educativos debido a la incidencia de una de las dictaduras más largas de América Latina, la del Gral. Alfredo Stroessner.

También el trabajo analiza el marco normativo que regula el derecho a la educación

superior en Paraguay, su sustento constitucional y legal, como, así también, los problemas que emergen debido a la inexistencia de una ley reglamentaria que regule la formación profesional de tercer nivel, que incluye la formación técnica y la formación docente hasta el tiempo de este estudio, año 2016.

Además, considera los órganos o instituciones que conforman el sistema de “Educación Superior” y las dificultades de decisión y competencias que existen entre ellos, describiendo con detalle el específico de Ciencia y Tecnología, con sus instituciones rectoras y programas más destacados, dejando claro que los datos de primera fuente encontrados no se presentan, en su mayoría, desagregados por sexos.

Se brindan, seguidamente, datos sobre la educación superior, acerca de sus estudiantes, profesorado, universidades públicas y privadas, áreas de conocimiento, graduaciones y otros desagregados por sexo (dentro de los encontrados) y donde se ha develado que:

Las universidades en el Paraguay conforman hoy una verdadera industria cultural que emplea a 19.566 docentes y factura alrededor de 265 millones de dólares por año. Se expanden en todo el territorio debido a la creciente descentralización existente y a la demanda educativa de nivel superior en un país con alta población joven, que busca insertarse en un mundo global a pesar de ciertas condiciones de pobreza y falta de tradición académica sustentada desde el estado, especialmente por el tiempo extenso de dictadura vivido (35 años), que asignó un bajo presupuesto para la educación en general, para la educación superior en particular, y, lo que es más grave, un cercenamiento de la libertad de pensamiento, expresión y cátedra que llevará mucho tiempo revertir.

Existe una mayor cantidad de universidades privadas, con fines de lucro, que públicas. Muchas de éstas son un verdadero negocio, lo que se evidencia en la cantidad de universidades que se han creado en corto tiempo para una población de menos de 7.000.000 de habitantes: 54. Muchas de estas son consideradas “universidades garaje”, porque se iniciaron en casas particulares y con deficitarias condiciones edilicias y académicas. Las más prestigiosas universidades: Nacional, del Este, y Católica, siguen siendo las más serias y preferidas. Entre las universidades Nacional y Católica se acumula y consolida el 33 % de la matriculación del país.

En el intervalo de tiempo que va del año 2000 al 2011, la matrícula se incrementó en un 180%, pasando de 70 mil a cerca de 200 mil estudiantes, y estas cifras van incrementándose hasta el año 2016.

Entre las universidades privadas y públicas, las primeras cuentan con el mayor número de estudiantes y ello presenta una tendencia creciente. Por cada estudiante que se matricula en una universidad pública hay dos (2,05) que lo hacen en una privada.

En el año 2000, los hombres matriculados eran el 52% de la población estudiantil, las mujeres el 48%. A partir del año 2003 comienza a crecer la matrícula femenina y se mantiene hasta nuestros días. Desde el 2007 hay mayor proporción de mujeres inscriptas,

54%, frente a 46% de los hombres. El punto máximo alcanzado por la población estudiantil masculina correspondió al año 2.000, el más bajo se registra en el año 2007, dentro del estudio del Ministerio de Educación y Cultura (MEC), año 2012. En el año 2011 vuelven a acercarse los porcentajes de ambas poblaciones: mujeres 51%, varones 49%. Esta tendencia es más variable en las universidades privadas. En el 2011 la matrícula masculina era 2% mayor que la femenina. No obstante estas oscilaciones, podemos decir que prácticamente la mitad de la matriculación universitaria está representada por las mujeres, lo que se equipara con el porcentaje poblacional, ya que las mujeres son la mitad de la población del país.

En relación al egreso de mujeres y hombres podemos decir que en los años 2000 al 2011 la tasa de egreso se ha incrementado en un 146%, y esta realidad se mantiene hasta nuestros días. La matrícula había ascendido en 180%. Había una diferencia del 34% entre ambos incrementos. En el año 2001 la diferencia entre el crecimiento de los/as matriculados/as y egresados/as había sido del 8%. Las universidades públicas presentaron mayor proporción de estudiantes egresados/as con relación a sus matriculados/as y en todos los casos, las mujeres han egresado más que los varones. La población femenina se sitúa por encima del 55% del total de egresados/as, la masculina por debajo del 45% del total de la población titulada. El egreso femenino es mayor en las universidades públicas que en las privadas. Estas tendencias siguen las regionales de inclusión y ampliación de la población femenina en los sistemas educativos, menor repitencia, mayores resultados, mayores promedios que los hombres, según datos de UNESCO.

El prototipo del/a docente en las universidades es el/la que tiene un título de grado y está contratado/a por horas de clase. De 19.566 docentes que enseñan en las universidades, el 70% tiene un título de grado. La mayor parte (79%) es docente por horas cátedra. No tenemos datos ciertos de la cantidad de docentes mujeres y hombres, debido a que los órganos del estado responsables de la educación, como dijéramos, lamentablemente, poco desagregan sus guarismos por sexos.

La capacitación docente presenta una preeminencia en Ciencias Sociales, que representa un 92% del total de la misma. Muy lejos de ella se ubican las Ciencias Médicas y de la Salud (6%). Por último se encuentran las Humanidades y las Ciencias Agrícolas (1%). No existen datos ciertos de capacitación en Ciencias Naturales, Ingeniería y Tecnología. Dentro de las Ciencias Sociales, la capacitación más frecuente se brinda en las Ciencias de la Educación: Didáctica Superior Universitaria; Metodología de la Investigación Científica; Evaluación educativa y Currículum. En segundo lugar figura como área temática "Economía y negocios" que desarrolla temas de administración. La actualización en Ciencias Agrarias tiene lugar únicamente en las universidades públicas. Idiomas y cursos de Ciencias Sociales de carácter interdisciplinario son ofrecidos solamente por Universidades privadas, aunque la universidad pública posee una buena oferta de maestrías en idiomas dentro del postgrado de la Universidad Nacional.

Se puede inferir que son más las mujeres que los varones que se capacitan en Educación, Didáctica Universitaria y estudios dentro de las Ciencias de la Salud, debido a que son carreras consideradas culturalmente “femeninas” e históricamente presentan una matriculación preeminente femenina.

La mayor cantidad de estudiantes becados/as acude a las universidades privadas, pero, la universidad pública tiene mayor proporción de becarios/as subvencionados/as. Las universidades privadas poseen, a su vez, mayor cantidad de población docente becada en el período del estudio referido.

En porcentaje, el 55% de las carreras ofrecidas están ubicadas en el área de Ciencias Sociales. Dentro de este área de las ciencias, hay crecimiento de las carreras de economía y negocios, ramas que más titulaciones otorgan (431); el segundo puesto lo ocupa la Ciencia de la Educación (154), que supera levemente a Derecho (148), la carrera que tradicionalmente representaba mayor demanda. Este perfil es habitual en sociedades no industrializadas, donde no hay una economía diversificada, que requieren una reingeniería universitaria pensando estratégicamente el desarrollo del país.

Existe una tendencia a la modernización del agro y en estudios sobre tecnologías aplicadas, que tiene relación con el contexto global, y el despliegue de las nuevas tecnologías en la sociedad actual.

La localización geográfica ha cambiado en los últimos años. Existían universidades en 75 de los 245 municipios del Paraguay en el año 2012. La ciudad capital, Asunción, era sede del 16% de las 196 sedes, casas matrices y sucursales de las universidades. Allí funcionaban 32 de las 52 universidades. Le seguían Ciudad del Este (10 universidades) y Encarnación (8 universidades). Hoy existen 54 universidades reconocidas por la Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior (ANEAES).

En promedio, los/as alumnos/as, estudian en promedio 4,3 años, bajo “titulaciones”, que se agrupan en tecnicaturas, maestrías, doctorados, Especializaciones (donde algunas son de grado y otras de posgrado). Lo hacen en 4,7 horas de clase diarias durante 8 meses para adquirir las competencias exigidas por la titulación promedio. No hay información suficiente desagregada por carreras. Se ofrecían títulos de 45 tecnicaturas, 1.348 grados, 63 maestrías, 21 doctorados y 99 especializaciones con diferentes especificaciones en el año 2012. La mayor parte de las tecnicaturas están en las Ciencias Sociales y en las Ciencias Médicas y de la Salud. En términos porcentuales de los títulos otorgados, 85,0% son títulos de grado; 2,8% son tecnicaturas, 4% son maestrías, 1,3% doctorados y 6,2% son especializaciones.

En el momento de la encuesta del año 2012, de 1.585 carreras, habían sido acreditadas aproximadamente treinta.

La ANEAES mantiene confidencialidad sobre sus evaluaciones, por lo cual, no se sabe – ni es investigable— aún en el 2019, cuántas IES fueron evaluadas o estarían en proceso de evaluación. Se estima que un centenar de carreras han sido evaluadas hasta el

año 2012, un número muy pequeño hasta ese año. Para que la acreditación tenga incidencia debe tener mayor cobertura, porque la falta de acreditación puede implicar una verdadera estafa para el alumnado, que se inscribe en carreras no acreditadas, que es importante que sean públicas para que puedan llegar a todas las personas aún las de escasos recursos. Actualmente el portal de datos públicos del gobierno permite mayor transparencia en la información del estado, lo que puede favorecer la publicidad de estos datos.

Es importante acotar los tiempos de evaluación de ANEAES y generar evaluaciones diferenciadas para agilizar procesos de acreditación. Asimismo, es importante incluir la perspectiva de género en las evaluaciones, lo que actualmente no existe, por el contrario, la sola expresión “género” está denostada y se tiende a evitar toda inclusión de género en la educación a nivel oficial.

La educación superior en Paraguay requiere elevar su nivel académico de acuerdo a los estándares de la región, debido a su atraso después de 35 años de dictadura. Es importante pensar en modelos universitarios diversificados, conectados a las realidades locales, que incluyan contenidos de acuerdo a los avances científicos sin prejuicios, preconceptos o estigmas propios de la falta de libertad de pensamiento y expresión acentuados por la dictadura o favorecido por la preeminencia de las iglesias dentro del sistema educativo antes que el despliegue del pensamiento científico libre, crítico, democrático, creativo, no dogmático ni fundamentalista, con interseccionalidades de sexo/género, raza, etnia, clase, u otras, para su desarrollo.

La inclusión de género, como componente de calidad educativa, debería ser tenida en cuenta de manera prioritaria, más aún dentro de una cultura altamente patriarcal, donde las religiones han hegemonizado históricamente la educación, tanto desde el ámbito privado, como dentro del mismo Ministerio de Educación, que por muchos años fue ministerio de “Educación y Culto” (e integró sacerdotes o religiosos/as en su Consejo de Educación) y recién en los últimos años se ha denominado “Educación y Cultura” y luego “Educación y Ciencias”. Las investigaciones deben realizarse en forma situada dentro del país, ya que, en realidad, no hay datos ciertos ni completos hasta el presente, menos aún desagregados por sexo/género, en el Paraguay.

CONCLUSIONES

Si bien históricamente las mujeres han sido excluidas de las Ciencias y la Tecnología, y los estudios acerca de las vidas de las investigadoras realizados en Argentina denotan esta dificultad, ellas se van abriendo caminos dentro de un mundo que está cambiando, donde las discriminaciones por razones de sexo/género se van sorteando gracias a la toma de conciencia sobre ella y la importancia de desplegar otras miradas dentro del mundo científico y tecnológico, que brindan los grupos subalternizados. Tanto para esta inclusión, como para su base, que es el acceso, permanencia y resultados de las mujeres

en la educación, y, especialmente en la educación superior, considerada en el estudio sobre Paraguay, las mujeres debieron enfrentar preconceptos, prejuicios culturales, tratos desconsiderados y hasta degradantes o violentos, pero ésto no las ha amedrentado y hoy representan a la mayoría de las universitarias que no sólo acceden a estudios superiores en las distintas ciencias y dentro del universo tecnológico, sino que son las que evidencian mayores resultados educativos superiores; más aún si tenemos en cuenta los obstáculos ancestrales que para llegar a ello deben superar. Todavía queda mucho camino para la igualdad, y para lograrla, es muy importante seguir estructurando políticas de conciliación entre la vida personal y profesional, con medidas que reviertan la discriminación por razones de sexo/género en la educación, especialmente dentro de la superior, las ciencias y las tecnologías.

REFERENCIAS

Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior (ANEAES). Informes de Gestión 2011-2016. Disponible en: <http://www.aneaes.gov.py/v2/informe-de-gestion>.

ARRIETA, Itziar Ruiz-Giménez. El feminismo y los estudios internacionales. *Revista de estudios políticos*, no 108, p. 325-360, 2000.

BARRANCOS, Dora. Mujeres en la sociedad argentina: Una historia de cinco siglos. Buenos Aires. Sudamericana, 2012.

Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología del Paraguay (CONACYT). Informes de Gestión 2011-2016. Disponible en: www.conacyt.gov.py.

Consejo Nacional de Educación Superior. Informe de Gestión sobre las actividades realizadas por el CONES, 2016. Disponible en: www.cones.gov.py.

Constitución Nacional de la República del Paraguay, 1992. Disponible en: <http://digesto.senado.gov.py/archivos/file/Constituci%C3%B3n%20de%20la%20Rep%C3%ABlica%20del%20Paraguay%20y%20Reglamento%20Interno%20HCS.pdf>

DÍAZ MARTÍNEZ, Capitolina. Las mujeres y la Ciencia: mujeres en ciencia y tecnología: asignatura propuesta por la facultad de ciencias para el máster universitario de estudios de género. *100cias@uned* 149-156, 2013.

FRANCHI, Ana; KOCHEN, Silvia; MAFFIA, Diana y GÓMEZ, Patricia. Evolución de la situación de las Mujeres en el sector de Ciencia y Tecnología en Argentina (1998-2013). *X Congreso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología y Género – Asunción*, 2014.

FRANCHI, Ana; PALOMINO, Mirta; CANO COLAZO, Ma. Victoria; CYNTHIA JEPPESEN, Cynthia y KOCHEN, Silvia. Desigualdades de género de las trayectorias científicas en CONICET. Informe elaborado para el Directorio, 2016. Disponible en: http://www.ragcyt.org.ar/descargas/5865_doc.pdf.

GARCÍA RIART, Jorge. Configuración institucional del sistema de educación superior paraguayo. Asunción, 2013. Disponible en: <https://xdoc.mx/preview/la-educacion-superior-5e6406932997f>.

MAFFÍA, Diana. Conocimiento y emoción. Madrid: Arbor, 181 (716), 515-521, 2015.

MAIRESSE, Jacques y PEZZONI, Michele. Does Gender Affect Scientific Productivity?. *Revue économique*, 66 (1), 65-113, 2015.

PERROTTA, Daniela Vanesa. El regionalismo de la educación superior en el MERCOSUR como vector de internacionalización: un acercamiento desde la política regional de acreditación. *Revista Latinoamericana de educación Comparada*, 5 (5), 2014.

RIVERA GARRETAS, María Milagros. Nombrar el mundo en femenino. Pensamientos de las mujeres y teoría feminista. Barcelona: ICARIA, 2014.

RODRÍGUEZ, José Carlos y VÁZQUEZ, Valeria. Las Universidades. Una aproximación al contexto, estructura y resultados. Informe del estudio basado en las encuestas realizadas por el Viceministerio de Educación Superior, 2013. Disponible en: <https://issuu.com/matilez/docs/universidades>.

UNESCO. Datos regionales 2009-2016. Disponible en: www.unesco.org

WILLIAMS, Wendy M. y CECI, Stephen J. When scientists choose motherhood: a single factor goes a long way in explaining the dearth of women in math-intensive fields. How can we address it?. *American scientist*, vol. 100, no 2, p. 138, 2012.

WINKLER, María Inés, et al. Ética y género en la obra de pioneros y pioneras de la psicología en Estados Unidos de Norteamérica y Chile. *Revista latinoamericana de psicología*, vol. 39, no 3, p. 523-535, 2007.

CAPÍTULO 4

INTERVENÇÕES EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO PÓS OCUPAÇÃO DO MINHA CASA MINHA VIDA: EXPERIÊNCIA EM CAMPINAS

Data de aceite: 01/11/2021

Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic

Doutoranda em Urbanismo na Pontifícia Universidade Católica de Campinas - Posurb

Laura Machado de Mello Bueno

Doutora em Arquitetura e Urbanista; Professora e Coordenadora da Pós Graduação de Arquitetura e Urbanismo na Pontifícia Universidade Católica de Campinas - Posurb

Trabalho apresentado no V ENANPAR – Salvador, em 2018, no eixo temático: PRODUÇÃO DO ESPAÇO, OCUPAÇÃO, GESTÃO E CIDADANIA. O artigo é resultado da pesquisa de doutorado de autoria de Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic defendida em 2020, que obteve apoio com bolsa da CAPES.

RESUMO: Desde 2011 foram entregues 8 empreendimentos financiados pelo Minha Casa Minha Vida em Campinas nos quais três desses são os que receberam maior número de famílias e conseqüentemente são os que apresentam problemas de dimensões mais complexas. O primeiro a ser entregue foi o Jardim Bassoli (2011 a 2013), em seguida o Residencial Sirius (2012 a 2014) e o mais recente, a Vila Abaeté (2014 a 2015). Os três residenciais estão sendo beneficiados por um programa criado pelo fundo sócio-ambiental da Caixa Econômica Federal, DIST - Desenvolvimento Integrado Sustentável de Territórios, que tem por finalidade desenvolvimento em quatro eixos estratégicos: Governança Territorial, Dinamização Econômica,

Produção Sociocultural e Gestão Ambiental. O programa DIST, que já está em sua segunda versão, contempla empreendimentos que apresentam problemas devido a uma série de questões que não foram levadas em consideração como a inserção urbana, integração do território, falta de acesso à cidade, falta de rendimentos, entre outros. Aprovado em 2016 através de edital de seleção do DIST II, o Instituto Elos, em parceria com a empresa Demacamp, propuseram o "DIST Campinas - Uma Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras". Em junho de 2016 essa parceria começou a desenvolver trabalhos nos residenciais, sendo que o primeiro semestre consistiu na elaboração de um diagnóstico urbanístico das comunidades na escala do bairro, analisando a inserção urbana, atendimento de serviços e equipamentos públicos, escolas, creches, sistema de transporte, entre outros. Em janeiro do ano de 2017, foram validadas junto aos moradores de cada condomínio, as informações coletadas através de fontes secundárias. Em um terceiro momento foram realizadas vivências em cada residencial com o objetivo de incentivar a comunidade a se unir e realizar atividades coletivamente. E serão as experiências de intervenções nos espaços públicos que serão enfatizadas nesse artigo: como atuar de forma participativa e colaborativa de modo que a comunidade se sinta parte do processo, apesar do ambiente neoliberal contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-ocupação do Minha Casa Minha Vida; intervenções em espaços públicos; DIST; integração no território.

INTERVENTIONS IN PUBLIC SPACES POST OCCUPATION OF MINHA CASA MINHA VIDA: EXPERIENCE IN CAMPINAS

ABSTRACT: Since 2011, 8 projects financed by Minha Casa Minha Vida in Campinas have been delivered, three of which have received the largest number of families and, consequently, are the ones with more complex problems. The first to be delivered was Jardim Bassoli (2011 to 2013), then Residencial Sirius (2012 to 2014) and the most recent, Vila Abaeté (2014 to 2015). The three residences are benefiting from a program created by Caixa Econômica Federal's socio-environmental fund, DIST – Sustainable Integrated Development of Territories, which aims to develop in four strategic axes: Territorial Governance, Economic Dynamization, Sociocultural Production and Environmental Management. The DIST program, which is now in its second version, includes projects that present problems due to a series of issues that were not taken into account, such as urban insertion, integration of the territory, lack of access to the city, lack of income, among others. Approved in 2016 through a selection notice for DIST II, Instituto Elos, in partnership with the company Demacamp, proposed the “DIST Campinas - A School of Transformation for Entrepreneurial Communities”. In June 2016, this partnership began to develop work in the residential units, and the first semester consisted of the elaboration of an urban diagnosis of the communities on a neighborhood scale, analyzing the urban insertion, service of public services and equipment, schools, day care centers, system of transportation, among others. In January 2017, the information collected through secondary sources was validated with the residents of each condominium. In a third moment, experiences were held in each residential with the aim of encouraging the community to unite and carry out activities collectively. And it will be the experiences of interventions in public spaces that will be emphasized in this article: how to act in a participatory and collaborative way so that the community feels part of the process, despite the contemporary neoliberal environment.

KEYWORDS: “Minha Casa Minha Vida” Program post-occupation, public spaces interventions, DIST, territorial integration.

INTRODUÇÃO

A urbanização do Brasil é um fenômeno recente se comparado ao que ocorreu em países europeus e asiáticos. Apresentou intenso processo, especialmente na segunda metade do século XX. A população urbana brasileira se distribui em três grandes contingentes semelhantes, na forma de metrópoles, cidades grandes e médias.

No Brasil, não se pode dizer que não há planejamento urbano nas cidades. Muito pelo contrário, temos leis e planos em abundância, mas como aponta Ferreira, é fácil constatar que o planejamento foi feito privilegiando alguns grupos sociais (FERREIRA, 2011). Os planos diretores¹ por sua vez, não orientam os investimentos públicos e privados para o bem estar social. A terra urbana é definida quase que exclusivamente como uma mercadoria e muito excepcionalmente é abordada segundo sua função social. Mesmo

¹ Toda cidade brasileira com mais de 20 mil habitantes tem a obrigatoriedade de Plano Diretor, revisado no mínimo, decenalmente.

com a aprovação do Estatuto da Cidade², em 2001, que pode ser considerado um grande avanço, ainda temos um longo caminho a percorrer. Como aponta Ribeiro:

Esse importante instrumento de regulação da vida urbana carece de regulamentação, apesar de prever medidas interessantes como os estudos de impacto de vizinhança e a participação popular na gestão da cidade, ainda não ganhou capilaridade na sociedade brasileira. (RIBEIRO, 2008, p. 300).

Esse processo advém de uma urbanização pautada por interesses privados em detrimento das necessidades de muitos, que acabam por ficar excluídos dos benefícios da "cidade formal". Tornam-se reféns de uma vida que busca a sobrevivência individual sem a oportunidade de desenvolver outras capacidades pessoais, quando se trata de alternativas para população de baixa ou sem renda. Criar possibilidades para que todos tenham a capacidade de atingir ao seu máximo potencial humano integra-se ao conceito de uma urbanização saudável, capaz de criar essa atmosfera, supridas as necessidades básicas, como alimento, vestuário, centros de educação e saúde de qualidade, acessibilidade, meios de transporte adequados e trabalho, para uma vida digna.

É evidente que há necessidade de se buscar novas soluções para o processo de desenvolvimento urbano, que leve em consideração os aspectos humanos e ambientais. Vivemos em um mundo onde os grandes centros urbanos são super povoados e globalmente interligados, com problemas ambientais, sociais, culturais e econômicos que não podem ser interpretados isoladamente. Nosso modo de vida deve ser repensado em relação ao impacto que causa no meio ambiente e na sociedade como um todo. Em meio a todos os desafios impostos pelo modelo que estamos reproduzindo como urbano podemos encontrar algumas oportunidades para realizar significativas mudanças. Estas, mais do que alternativas, mostram-se cada vez mais necessárias. Iniciativas alternativas ao sistema necessariamente devem ter a participação popular para que sejam de fato transformadoras.

O direito à cidade no Brasil: política habitacional recente

A Constituição de 1988 define o regime político democrático representativo e participativo, bem como a subordinação do direito da propriedade a sua função social. O Estatuto das Cidades - Lei 10.257/2001, ao regulamentar esses preceitos, já havia estipulado, entre suas diretrizes gerais, a necessidade de garantir o "direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para às presentes e as futuras gerações" (Artigo 2, Lei 10.257/2001).

Harvey (1980) aponta que a valorização exacerbada da propriedade imobiliária tem subtraído o direito à cidade e empurrado as pessoas de classe mais baixa para a periferia. Como resultado desse processo, aqueles que trabalham em áreas centrais, ou com mais infraestrutura, não têm condições de viver nessas áreas. O elevado valor da terra incide

2 Lei que estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade.

sobre o custo final da moradia, tornando-a ainda mais inacessível a essas famílias, as quais acabam encontrando uma solução para seu problema habitacional no mercado informal.

Poderíamos dizer então, que, uma cidade mais sustentável, é uma cidade onde a população participa, decide e planeja sua cidade junto com as autoridades locais, tendo em conta suas capacidades e recursos; que possui um administrador público competente e responsável que garante uma urbanização sustentável com a participação de todos os grupos populares; onde sua população vive em residências adequadas e bairros providos de infraestrutura adequada (abastecimento de água, saneamento básico, eletricidade, drenagem e ruas/estradas em boas condições e serviços de transporte público adequado) e serviços básicos, além de acesso à cidade legal sem grandes dificuldades. O que presenciamos atualmente é uma reprodução de um modelo de construção de moradia social totalmente anti-democrático que segrega e exclui a classe mais popular da sociedade.

Para influir nestas políticas, a gestão democrática da cidade deveria prever e estimular a participação de atores sociais nas decisões relativas à gestão e ao planejamento da cidade - tais como nos planos diretores de desenvolvimento urbano, em conselhos, em reuniões de Orçamento Participativo, etc. Porém o que ocorre é uma participação "pró-forma" de pessoas que não participam de fato nas decisões, apenas estão passivas ao processo já decidido que é imposto pelas autoridades locais.

Particularmente o financiamento público das políticas de infraestrutura e de habitação tem forte dependência de recursos federais no Brasil. Assim, vem sendo implementados leis federais e planos nacionais - Saneamento (2007), Resíduos Sólidos (2010), Habitação Social (2005 e 2009). As leis e planos nacionais procuram promover uma cultura de planejamento na ação pública, preconizando a exigência de planos locais - estaduais e municipais para aprovação de recursos financeiros de âmbito federal.

André Singer (2012) denomina a política deste período "reformismo fraco", no qual poucos grandes investimentos públicos aquecem o capital industrial e o comércio, e poucos embates são travados com o capital financeiro. A política de governo por coalizão com diversos partidos políticos, torna desnecessária a mobilização social para aprovação no Congresso Nacional da pauta de interesse governamental. Os movimentos populares e sindicais desmobilizam-se e a despolitização popular no contexto ideológico neoliberal viceja. A ampliação do mercado de trabalho e do acesso ao subsídio e ao crédito educativo são interpretados pela população como conquistas pessoais decorrentes do esforço individual, familiar ou apoio da comunidade.

David Harvey ressalta que a identidade, a cidadania e os ideais de pertencimento urbano são cada vez mais difíceis de sustentar, devido ao ataque constante fundamentado nos ideais neoliberais. (HARVEY, 2011). Por outro lado, a estrutura federativa do país, consagrada também na Constituição, reconhece o município como ente federativo autônomo com atribuição na política de desenvolvimento urbano, expansão urbana, propriedade ociosa, (através do Plano Diretor) e assuntos de interesse local, o que embasa

a necessidade de processos participativos mais próximos aos locais de moradia e vida cotidiana dos cidadãos e atores sociais.

A questão habitacional no Brasil hoje enfrenta desafios maiores e de diferentes naturezas do que há alguns anos atrás. A partir da criação do Ministério das Cidades, em 2003, foram estruturadas políticas e programas voltados para a moradia, como o Programa de Aceleração do Crescimento - obras sociais (PAC-obras sociais) voltado para obras de saneamento e de urbanização de favelas, bem como construção de unidades para remover famílias com moradia precárias ou em locais com risco de enchente ou deslizamento. Com o surgimento do PMCMV o PAC foi extinto, deixando a cargo dos municípios e iniciativa privada a construção de novas moradias e não mais investindo em intervenções em assentamentos precários a fim de melhorar o existente.

A fragilidade administrativa e operacional de muitas prefeituras e as exigências técnicas, administrativas e financeiras para aprovação dos contratos e pagamentos criaram gargalos nos órgãos federais, em especial, na Caixa Econômica Federal que, com o fim do Banco Nacional e Habitação em 1986, passou a ser o agente financeiro dos grandes programas de habitação e saneamento do país.

A partir de 2008, o mundo entra num contexto de grave crise econômica internacional desencadeada pela crise dos títulos podres do sistema bancário de diversos países. A crise financeira mundial proporcionou uma conjuntura interna de maior proatividade entre o setor empresarial e o governo federal. Assim, setores do empresariado da Construção Civil apresentaram uma proposta de novo Programa, "Minha Casa Minha Vida" ao governo federal, como uma estratégia de reduzir ou atrasar o impacto social e econômico de uma possível recessão mundial. O Programa foi aprovado na Lei federal nº 11.977/09. A proposta elaborada pelas grandes empreiteiras tinha como objetivo macroeconômico manter a economia aquecida. Além disto, tinha grande apelo social devido ao crônico problema habitacional brasileiro. Conforme as faixas de renda foram definidos subsídios que beneficiavam diretamente o beneficiado, descontando-se do preço da unidade. Apresentou grande número de obras, sendo um dos programas mais populares do governo federal.

Faixas de renda do Programa	Unidades contratadas (fase 2)	Unidades concluídas (fases 1 e 2)
faixa 1 até 1600 reais	532948	601900
faixa 2 1600 a 3275	669811	465949
faixa 3 3275 a 5000reais	142363	45945
TOTAL	1345120	1113794

Figura 1: Número de unidades produzidas no Programa MCMV - Brasil

Fonte: DIAS e CASTELO (2013)

É digno de nota que, apesar da crise mundial, no Brasil temos um quadro crescente de criação de empregos naquele período. A construção civil foi responsável por 1,58 milhões de empregos durante 2007 e por 2,69 milhões em 2011. (GONÇALVES e CASTELO, 2013)

O Programa Minha Casa Minha Vida, apresenta características operacionais bem diferentes dos programas anteriores. Nele, a empresa construtora é a principal agente de operacionalização da produção habitacional: ela é responsável pela entrega do produto pronto, que é adquirido pela Caixa Econômica Federal, que recebe as prestações dos compradores. Assim, a empresa define a localização e aquisição do terreno, o tipo de empreendimento (loteamento ou condomínio), o projeto urbano e habitacional. À Prefeitura Municipal cabe aprovar o empreendimento, conforme legislação própria e, após as obras, dar o habite-se.

A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, que buscou diminuir o déficit habitacional, permitiu a muitas pessoas, que antes moravam em assentamentos precários ou de aluguel e não tinham perspectivas de compra ou financiamento de casa própria, ter uma moradia. Se por um lado esse programa ofereceu oportunidades para muitas famílias de um habitar, por outro lado esse novo modelo de reprodução habitacional pecou em aspectos fundamentais quando deixa de levar em consideração aspectos básicos, como por exemplo, a não atenção a inserção urbana dessas habitações, a existência de equipamentos básicos, serviços, a relação entre o tamanho da unidade e a família. Estudos recentes abordam os problemas relacionados à localização dos empreendimentos, ao modelo urbanístico e arquitetônico e à de falta de identidade dos moradores com o lugar, um verdadeiro retrocesso no que tange à inovação na inserção da classe trabalhadora nos centros urbanos.

Desenvolvimento Integrado Sustentável de Territórios - DIST

Em busca de conferir sustentabilidade aos empreendimentos produzidos pelo programa e tendo como oportunidade a existência de recursos do Fundo Socio Ambiental para o financiamento destas ações, a CAIXA Econômica Federal, através do fundo-sócio ambiental, lançou o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Territórios (DIST), para realizar ações que promovam o desenvolvimento e a sustentabilidade das comunidades nos conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida.

O programa DIST busca integrar, levar políticas públicas e promover o desenvolvimento da comunidade para alcançar sua independência, apoiando medidas para educação, geração de renda e gestão ambiental.

O DIST funciona por meio de parcerias firmadas pela CAIXA com entidades públicas e privadas - uma ONG, empresa ou mesmo a prefeitura - que estejam envolvidas com as comunidades atendidas. Primeiramente, a CAIXA seleciona uma empresa ou organização envolvida com a comunidade e convida para fazer o trabalho de atuar junto àqueles moradores. (trecho retirado do site da caixa³)

³ www.caixa.gov.br . acesso em 2018.

Os projetos têm 24 meses, prevendo treinamentos de pessoas da comunidade para exercerem a função de liderança, esclarecimentos aos moradores sobre, por exemplo, como viver em um condomínio, noções de gestão ambiental, como a separação do lixo e utilização racional da água. Esses trabalhos são complementados com programas de qualificação profissional.

O PMCMV e o DIST em Campinas

Entre 2011 e 2015 foram entregues três grandes empreendimentos do MCMV destinados a população de baixa ou sem renda em Campinas. O Jardim Bassoli, com 2380 unidades habitacionais, o Residencial Sirius, com 2620, e o Residencial Vila Abaeté, com 1888.

Reforçando a já histórica segregação socioespacial, dois desses conjuntos estão localizados na região sudoeste, conhecida com região do Campo Grande, onde já há a maior concentração de população de baixa renda e carência de diversos serviços públicos⁴. O Abaeté localiza-se próximo ao aeroporto Viracopos, no sul da cidade e faz divisa com a área rural do município.

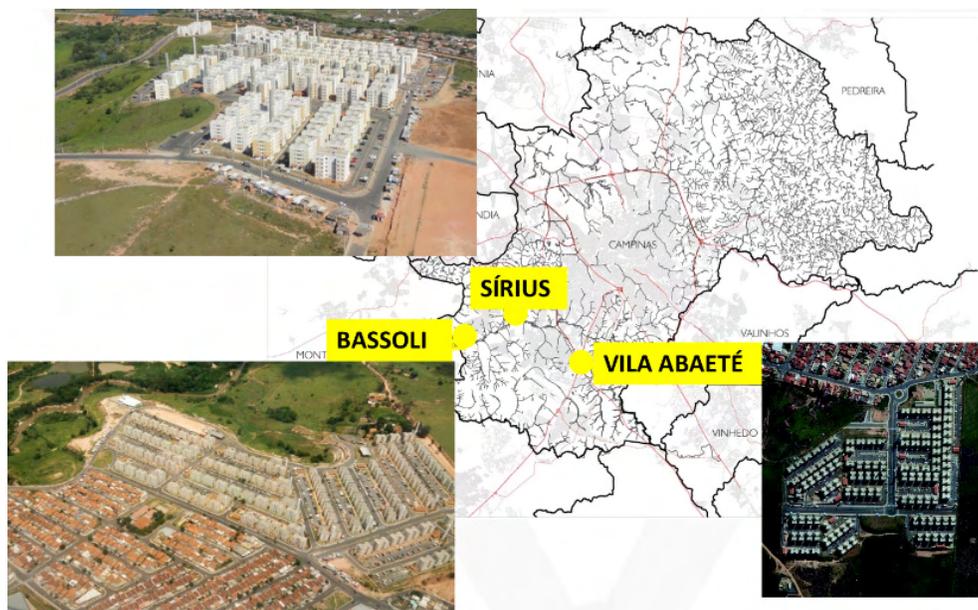


Figura 2: mapa com a localização dos empreendimentos

Fonte: Base da Prefeitura Municipal de Campinas elaborado pela Demacamp. 2017

Devido aos desafios supracitados, como falta de preparação das mudanças, a

⁴ Segundo dados do Plano Municipal de Campinas, elaborado em 2011, a Macrozona 05, onde está inserida a Região do Campo Grande possui 78 assentamentos precários, incluindo favelas, ocupações e loteamentos irregulares o que corresponde a 33,3% do total dos assentamentos precários na cidade.

dificuldade de senso de pertencimento dos moradores em relação ao entorno, a falta de equipamentos e serviços entre outros problemas, os três conjuntos foram selecionados para receberem o DIST em seus territórios. A primeira edição do programa, o DIST I, foi realizada a partir de 2014 pelo consórcio DEMACAMP⁵- Instituto Pólis⁶ no Jardim Bassoli (primeiro empreendimento entregue e habitado na cidade). O DIST II está sendo realizado nos três residenciais, pelo consórcio DEMACAMP- Instituto Elos⁷. O presente artigo traz a experiência da vivência Oásis como metodologia para intervenções nos territórios em uma primeira etapa do DIST II nos Residenciais Sirius, Vila Abaeté e Jardim Bassoli.

Reconhece-se como fatores comuns a todos os condomínios uma considerável heterogeneidade entre os moradores, tanto em termos de renda, escolaridade e inserção no mundo do trabalho, e a baixa organização em associações e movimentos sociais, bem como a falta de experiência neste tipo de moradia (vertical e sob administração coletiva, condominial).

DIST II - "Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras": parceria Elos- Demacamp

Em 2016 foi aberta nova seleção pública, sendo aprovado o segundo projeto o "DIST II Campinas - Uma Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras", proposto pelo Instituto Elos em parceria com a Demacamp, com o objetivo de atuar nos outros dois grandes empreendimentos do MCMV: Residencial Sirius e Vila Abaeté.

A estratégia implementada propôs inovar a ação junto às comunidades partindo da articulação entre duas grandes vertentes de ação: a realização de uma leitura técnica do território e sua conexão com a cidade, através da análise rigorosa e detalhada de aspectos urbanísticos, econômicos, ambientais e sociais, associada a um trabalho de mobilização social que tem como estratégia para unir pessoas o reconhecimento e valorização dos talentos e sonhos das comunidades.

A Demacamp realizou o diagnóstico urbanístico, como parte inicial do programa. Feito o diagnóstico, foi realizada a mobilização social junto à comunidade, sob a responsabilidade do Instituto Elos. A grande inovação trazida por essa nova parceria foi a atuação nesses bairros utilizando a Filosofia Elos⁸ como "espinha dorsal" do projeto.

Filosofia Elos para Transformação

A "Escola de Transformação para comunidades empreendedoras" foi desenhada dentro da "Filosofia Elos", que busca criar um cenário de abundância, reconhecer os talentos e recursos disponíveis locais para transformar sonhos coletivos em realidade.

5 A Demacamp é uma empresa de Campinas que desenvolve projetos na área de Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo desde 1999.

6 "O Instituto Pólis é uma ONG (Organização Não Governamental) de atuação nacional e internacional. Fundado em 1987, o Pólis atua na construção de cidades justas, sustentáveis e democráticas, por meio de pesquisas, assessoria e formação que resultem em mais políticas públicas e no avanço do desenvolvimento local." (<http://polis.org.br/>)

7 O Instituto Elos é organização de Santos com 16 anos de experiência em formação e mobilização comunitária. (<http://institutoelos.org>) acesso em 2017.

8 Criada pelo Instituto Elos.

"A semente da transformação brota nas relações e no compartilhamento de sonhos, que fluem por meio do reconhecimento da abundância e da valorização do poder de cada um aqui e agora, e se manifestam em ações conjuntas que nutrem de beleza, alegria e prazer a realização do melhor mundo para todos." (trecho retirado do manual do participante - Instituto Elos)

Tirando o foco das carências do bairro, e buscando um olhar apreciativo, a Filosofia Elos carrega em sua essência a busca do aprimoramento pessoal para realização de sonhos coletivos por meio do entusiasmo, movimento, diversidade, interconexão, abundância e materialização: entendendo que todo ser humano tem em si a predisposição para o bem, e que a atitude de oferecer o seu melhor e colocar-se em movimento, pode propagar e desencadear uma força capaz de transformar o mundo. Outra crença da filosofia é a de que na diversidade encontramos sonhos comuns e decidimos agir juntos, em comunhão, tendo a capacidade de realizar o que aparenta ser impossível, entendendo que fazemos parte de um mesmo universo e estamos todos conectados, o que muito se aproxima da teoria de Capra (1996), que compartilha em seu livro "A teia da vida". Sobre os recursos, são abundantes e estão disponíveis em toda parte, entendendo recursos para além dos materiais, sobretudo os talentos das pessoas.

Na Filosofia Elos transformar o espaço externo, inspira e alimenta a transformação do interno: a materialização estimula e relembra que podemos realizar nossos sonhos.

Além das crenças, a Filosofia Elos constrói um caminho para realização do sonho de um grupo de pessoas, orientada em sete disciplinas: o olhar, o afeto, o sonho, o cuidado, o milagre, a celebração e a re-evolução, que serão explicados melhor ao longo do texto.

Os Residenciais: Jardim Bassoli, Sirius, e Vila Abaeté

O Residencial Jardim Bassoli, mais antigo e mais distante do centro urbano, foi entregue entre 2011 e 2013, possui 2.380 unidades habitacionais, em 119 apartamentos distribuídos em 19 condomínios com prédios de quatro andares (mais o térreo). Estima-se que cerca de 8.500 pessoas vivem no Jardim Bassoli. Todas as famílias que se mudaram para esse empreendimento são provenientes de assentamentos precários em áreas de risco. Apesar de ter sido inaugurada uma nave-mãe (equipamento com creche e escola de infantil integrados de Campinas) depois da vinda dos moradores do Bassoli, em termos de equipamentos públicos, o bairro é bastante deficitário.

O Residencial Sirius, entregue entre 2012 e 2014, tem o maior número de famílias, possui 2.620 unidades habitacionais em 131 edifícios de térreo mais quatro pavimentos, distribuídos em 15 condomínios. Segundo relatório da Companhia de Habitação Popular de Campinas - COHAB Campinas, a população do conjunto soma aproximadamente 10.500 pessoas. Em relação aos serviços públicos para a população não foi construído nenhum equipamento público para o atendimento específico da demanda do conjunto, sendo que a única área institucional do conjunto continua sem utilização. Portanto, os equipamentos de educação, saúde, assistência social, esporte e cultura utilizados pelos moradores

localizam-se em outros bairros mais distantes.

O Residencial Vila Abaeté, o mais recente dos três, foi entregue entre 2014 e 2015, é composto por 1888 moradias distribuídas em 12 condomínios, possui uma população estimada de 7552 habitantes. É também o que possui menos famílias advindas de remoção - apenas 6 - em comparação com os outros empreendimentos. O perfil dos moradores é diferenciado, é um bairro que, ainda que afastado, é mais conectado com o centro, com transporte frequente que leva direto ao centro da cidade. Uma característica marcante é a quantidade de hortas implantadas pelos próprios moradores e o cuidado com as áreas condominiais, com jardins e parquinhos infantis. O empreendimento situa-se contíguo à mais importante região de produção agrícola da cidade, denominada Pedra Branca que produz frutas para exportação.

As áreas públicas de ambos os loteamentos ainda estão parcialmente sem equipamentos implantados, tanto as do sistema de lazer quanto as institucionais. Os moradores dos residenciais tem dificuldade no acesso a creches e equipamentos de saúde, educação, esporte e lazer.

A falta de serviços e equipamentos públicos aliada à baixa qualidade projetual e construtiva dos empreendimentos e a sua inserção na malha urbana, fazem com que a população tenha ainda mais dificuldade de se adaptar à nova moradia. Toda mudança gera um impacto, e no caso da mudança de moradia, o impacto é bastante significativo na vida dos envolvidos, uma vez que estão em locais diferentes e sem vínculo, nem com o espaço e muito menos com a vizinhança. Isso faz com que não haja um senso de comunidade e identidade das pessoas com o lugar. Essa não identidade, muitas vezes acarreta em não cuidado com os espaços coletivos, que já são deficientes, e isso acaba por ocasionar em um problema social maior.

Faltam áreas destinadas para o comércio nesses residenciais, o que incita a proliferação de estabelecimentos informais no entorno dos bairros, como vemos na figura a seguir do Residencial Sirius.



Figura 3: Foto do Residencial Sirius. Aparecimento de comércio informal em forma de barracos.

Fonte: Jonathas Magalhães, 2013.

METODOLOGIA

Esse artigo baseia-se na metodologia da observação participante, na qual houve uma participação ativa no processo junto à "Equipe da Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras" com uma colaboração nas atividades e, ao mesmo tempo a observação colaborativa e crítica de toda a dinâmica do processo: fazendo com que houvesse um protagonismo para além da simples observação, partindo de um pressuposto de que ao participar de uma realidade o pesquisador torna-se também participante.

A metodologia adotada para as intervenções nas comunidades pela ETCE nas vivências foi o jogo Oásis⁹. Desenvolvido pelo Instituto Elos, é um jogo que envolve e convida os participantes a conhecerem as belezas e talentos através de um olhar apreciativo e assim, junto à comunidade, realizar ações concretas para o bairro, de forma participativa, divertida e, de preferência, sem ou de custo baixo. No caso desse projeto, havia um pequeno recurso destinado às vivências, para compra de material básico e suporte. A vivência é baseada em sete disciplinas e ao longo dela os participantes vivenciam todas

9 O Jogo Oasis é uma ferramenta de apoio à mobilização cidadã para a realização de sonhos coletivos. Composto por jogadores e comunidade, o jogo considera uma definição ampla de comunidade que envolve diversos atores, como moradores, ONGs, governo local, lideranças e empresas. Concebido para ser de uso livre e praticado de forma totalmente cooperativa, para que todos, juntos, realizem algo em comum, o Oasis propõe regras que permitem a vitória de todos, sem exceção. (<http://institutoelos.org/jogo-oasis/>) acesso em 2017.

elas. São elas: o olhar, o afeto, o sonho, o cuidado, o milagre, a celebração e a re-evolução.

A partir do diagnóstico urbanístico elaborado pela DEMACAMP e as visitas de campo, foi possível fazer a análise urbanística dos empreendimentos, percebendo a relação de algumas questões de falta e efetividade das políticas públicas que estão diretamente ligadas a problemas sociais, como, por exemplo, a falta de equipamentos públicos e áreas de lazer. Entendemos que os problemas causados nas comunidades como violência e a presença de tráfico de drogas no local, esteja diretamente ligada a essas carências supracitadas.

A estratégia de ação foi feita em forma de cursos da Escola de Transformação para Comunidades Empreendedoras no âmbito do DIST II - Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território, nos três empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Campinas.

O processo de mobilização foi feito com base na Vivência Oásis: cada vivência acontece em um processo de oito dias em um bairro, em atividades que acontecem em sua maioria no período integral, intercalando exercícios práticos, vivências, teorias, rodas reflexivas, com momentos de interação direta com a comunidade e "mão na massa".

A vivência Oásis como metodologia de mobilização

A Vivência Oásis, é aberta a todos aqueles que querem participar e se engajar para auxiliar no processo de transformação da comunidade, morador da comunidade ou não. A ideia é que os participantes experimentem uma maneira dinâmica e viva de engajar comunidades na implementação de soluções colaborativas, de modo que possam aplicar novas práticas em seu trabalho e vida pessoal. Outro objetivo é o de introduzir aos participantes a "Filosofia Elos" e o "Jogo Oásis", como oportunidade de cultivar comunidades e impulsionar processos de desenvolvimento local.

Nas formações são utilizadas uma série de ferramentas didáticas próprias ou apropriadas - de uso livre, que são as chamadas de tecnologias sociais ou sementes. Algumas delas são os jogos cooperativos, *open space*, *world café*, mutirão, danças circulares e rede distribuidora.

Importante estratégia da ETCE é o engajamento e

"a mobilização de pessoas de uma rede de influência da comunidade para qual será oferecida a participação nas principais atividades formativas e eventos como forma engajar parceiros, que devido as experiências e histórias compartilhadas com os moradores, constroem vínculos afetivos e assumem para si a causa de transformação dessas comunidades". (INSTITUTO ELOS e DEMACAMP, 2017)

RESULTADOS

Foram realizadas duas vivências Oásis em cada residencial, sendo que a segunda

foi parcialmente realizada¹⁰ e, de acordo com as possibilidades de cada local, foram decididos juntos com os moradores o que seria feito em cada residencial.

No Residencial Sirius e na Vila Abaeté, as vivências aconteceram no mesmo final de semana, a primeira em fevereiro de 2017, e a segunda em janeiro de 2018. Nesse segunda edição da vivência, as intervenções ocorreram simultaneamente nas três comunidades. Foram realizados alguns encontros periódicos para organização e mobilização das pessoas e dos materiais, e em duas semanas os moradores junto com outros participantes buscaram materiais e recursos para realizar, em um final de semana o mutirão.

A primeira intervenção em ambas as comunidades foi realizada de forma mais "tímida" em locais públicos porém ações de caráter não permanente, pelo Projeto não ter tido apoio formal da Prefeitura municipal. Já no ano de 2018, depois de muito custo, muito trabalho e muitas negociações, foi possível realizar ações mais ousadas e que promoveram mudanças mais efetivas nos territórios.

No Jardim Bassoli foram feitas intervenções em tres áreas - sistemas de lazer. Em duas dessas áreas já havia quadra poliesportiva. A terceira estava completamente abandonada com muito lixo, entulho e braquiária.

Na primeira vivência na Vila Abaeté foram idealizados diversos "sonhos", dos quais alguns foram possíveis de realizar nas vivências. Nem todos os sonhos puderam ser contemplados, porém foram encaminhados para que no futuro possam tornar-se realidade. Na primeira vivência foi realizado um grande plantio de árvores, nos canteiros centrais, além de mobiliário de madeira. No Residencial Sirius, foi melhorado um espaço comunitário, através de pintura no local, colocação de sombrite, construção de brinquedos para as crianças, plantio de algumas árvores e mobiliário de madeira. No Jardim Bassoli, foram melhorados alguns brinquedos do parquinho das crianças, colocados alguns equipamentos de academia para jovens, instaladas de mesas de jogo de dama com bancos de concreto, pintura da quadra, plantio de árvores, entre outras atividades.

Algo interessante que foi observado foi que, durante as atividades internas de jogos etc, a participação dos moradores era bem menor do que as atividades externas de mutirões, onde as pessoas colocavam efetivamente a "mão-na-massa". Nas atividades externas, quando as pessoas viam as outras trabalhando (muitas delas das janelas de seus apartamentos, ou mesmo quando de passagem), se juntavam para ajudar a "pegar no pesado" e fazer acontecer o "sonho", mesmo que não tenham tido participado de todo o processo.

No contexto da Escola de Transformação foram convidados moradores de todos os condomínios de todos os empreendimentos, além de outras pessoas de Campinas para construir e estruturar relações afetivas através do olhar apreciativo e exaltação dos talentos, belezas e recursos já presentes e essenciais na materialização de sonhos coletivos.

¹⁰ Foram realizadas até o momento apenas algumas etapas do processo, pelo projeto estar em andamento. Em algumas atividades a vivência teve que ser adaptada.

Entre eles, colaboradores de instituições públicas e organizações sociais, moradores dos residenciais, profissionais interessados em conhecer a metodologia e estudantes de arquitetura. Nos encontros abertos, houve participação de, em média 200 pessoas em cada residencial.

Nos primeiros mutirões, no Residencial Sírius, houve criação de um espaço comunitário para os moradores, construção de mobiliário de madeira móvel, biblioteca, brinquedoteca, pintura, construção de brinquedos e jogos além do paisagismo e plantio de mudas de arbustos e ervas aromáticas. Na Vila Abaeté foi realizado o paisagismo do bairro com corte de grama, limpeza dos canteiros, plantio de mudas arbustivas e palmeiras e construção de bancos de madeira para a futura praça da entrada do bairro.



Figura 4: fotos das intervenções realizadas nos residenciais

Fonte: arquivo ELOS – DEMACAMP. 2017

Nas vivências realizadas em janeiro de 2018, como já mencionado, os resultados foram muito mais significativos em termos de intervenções no bairro e na vida dos moradores. Depois de longas negociações e o auxílio de uma intervenção do Ministério Público, foi possível ter o recebimento das três praças - uma em cada bairro - pelo Departamento de Parques e Jardins, responsável pela manutenção das mesmas após a realização. A Prefeitura fez a limpeza de dois bairros, Jardim Bassoli e Vila Abaeté, não fez no Sírius por não considerar prioridade.

Depois de todas as articulações, o que na metodologia é chamado de "milagre", foram dois dias intensos de trabalho nas comunidades, e durante a semana que antecedeu os mutirões também. Nas fotos a seguir podemos ver alguns dos resultados antes, durante e pós mutirão.



Figura 5: foto da área de lazer no Jardim Bassoli antes da intervenção.

Fonte: acervo ELOS-DEMACAMP, 2018.





Figuras 6 e 7: fotos da praça do Residencial Sírius antes da intervenção e durante o mutirão.
Fonte: arquivo ELOS-DEMACAMP, 2018.





Figuras 8 e 9: fotos da praça da Vila Abaeté durante o mutirão.

Fonte: arquivo ELOS-DEMACAMP, 2018.

Como um direito, todos devem ter acesso a moradia digna, entendendo que "moradia é uma mercadoria especial [...] ela demanda terra urbanizada" (MARICATO, 2011: p.119). Segundo Maricato, terra urbana é aquela:

[...] servida por infraestrutura e serviços (rede de água, rede de esgotos, rede de drenagem, transporte, coleta de lixo, iluminação pública, além dos equipamentos de educação, saúde, etc). Ou seja, a produção da moradia exige um pedaço de cidade e não de terra nua (MARICATO, 2011: p.119).

Equipar a terra com serviços e um sistema viário integrado é fundamental, além do melhoramento das moradias existentes, com investimentos públicos. Promover a habitação é também promover a urbanização, transformando núcleos habitacionais integrados à malha urbana, dotados de saneamento e infraestrutura básica, com a melhoria do padrão das moradias.

CONCLUSÕES

Enquanto o Poder Público se omite em promover políticas públicas que para o atendimento de uma moradia de fato digna a essa população, o tempo passa e a vida não espera. Trabalhos com esse caráter deveriam ser realizados pelo Poder Público como uma ação continuada, e até mesmo tornar-se uma política pública, sendo esta uma realidade de vida de milhões de brasileiros nesses territórios. Olhando para a essência do DIST,

percebemos que esta é mais uma estratégia do modelo neoliberal em que vivemos: a privatização das políticas públicas. Isso significa que a ineficiência do Poder Público em realizar de forma adequada o seu trabalho técnico social faz com que os recursos tenham que ser transferidos para ONGs e entidades privadas. A falta de abrangência e qualidade do Serviço Social faz com que a assistência social seja direcionada para essas populações, em espaços residuais projetados para contê-las.

Esse trabalho, ainda que se mostre como um benefício para essa população, pois traz uma nova perspectiva de auto conhecimento e auto estima, é passivo de muitas críticas: estar "enquadrado" em um programa de iniciativa da Caixa Econômica Federal, onde agentes externos atuam nos territórios, é a primeira delas. Atividades para desenvolvimento de auto-estima, conscientização dos direitos sociais, confundem-se com o "empreendedorismo", levando a mensagem subliminar que a responsabilidade pelos problemas dessas populações é delas mesmas, e não social. No caso estudado, o fato da CEF financiar esse projeto, apesar da permanência da negação por parte da Prefeitura, de implantar os equipamentos de educação e saúde prometidos desde 2012, demonstra que há uma mensagem subjacente de tirar qualquer esperança de que o Estado trate com prioridade do bem estar social para atender a essa população. Cabe aos próprios moradores "se virar".

Empiricamente percebemos que quando se dá apoio às pessoas e elas se sentem parte do processo, abre-se uma possibilidade de criação de identidade, de reconhecimento e capacidade de transformação. A Agenda DIST busca incentivar e apoiar mudanças, propõe auxiliar a participação e engajamento dos moradores para conseguirem reivindicar os seus direitos enquanto cidadãos. No que tange ao engajamento político, percebemos uma lacuna no processo de conectar os moradores com movimentos populares ativos na cidade.

Ainda assim, mesmo que breve - dois anos de atuação no território - e em fase de finalização, podemos perceber a diferença nos bairros em que a Escola de Transformação atuou. Algumas outras iniciativas foram realizadas durante esse processo, porém o que foi enfatizado nesse artigo foram as intervenções nos territórios.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não seria possível sem o fundamental apoio da DEMACAMP e do Instituto Elos, além do apoio da CAPES: PROSUP.

REFERÊNCIAS

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: Editora Cultrix, São Paulo. 1996,

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, **Diagnóstico Urbanístico dos Empreendimentos do Minha Casa Minha Vida**. Campinas. 2016/7.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, **GUIA DE REFERÊNCIA: Implementação de Projetos DIST**, 2016

DIAS. E. C. E CASTELO A. M. '**O Minha Casa Minha Vida quatro anos depois**', *Conjuntura da Construção* SindusCon-SP e Fundação Getúlio Vargas- FGV. março 2013.

ESTATUTO DA CIDADE, **Artigo 2**, Lei 10.257/2001.

FERREIRA, J. S. W. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano**. São Paulo: FUPAM, 2012.

GONÇALVES. R. e .CASTELO. A. M. '**A dinâmica setorial no período 2007-2011**', *Conjuntura da Construção*. SindusCon-SP e Fundação Getúlio Vargas- FGV, Setembro 2013.

MARICATO, E. (2011) O impasse da política urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC. 1980.

_____. **Le Capitalisme contre le droit à la ville: Néolibéralisme, urbanisation, résistances**. Éditions Amsterdam, Paris. 2011.

OKRETIC, Gabrielle Astier de Villatte Wheatley. **Áreas públicas em conjuntos habitacionais recentes: ações para fortalecer a auto-estima e concretizar o pertencimento ao lugar com o protagonismo dos moradores**. Tese – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Impactos das mudanças climáticas em cidades no Brasil**. Parcerias Estratégicas, Brasília, n.27. 2008.

SINGER. A. **Os sentidos do lulismo: Reforma Gradual, Pacto Conservador**. Companhia das Letras, São Paulo. 2012.

SPECK. B. W. CERVI. E.U. **Dinheiro, Tempo e Memória Eleitoral: Os Mecanismos que Levam ao Voto nas Eleições para Prefeito em 2012** Dados vol.59 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2016 (disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201671>)

INSTITUTO ELOS, **Manual do Participante**: Vivência Oásis. S/ data.

PRINCIPIO GENERAL DE RESERVA LEGAL Y LIMITACIONES A LOS DERECHOS FUNDAMENTALES APLICADOS A LA PRUEBA NO REGLADA EN EL PROCESO PENAL

Data de aceite: 01/11/2021

Fernando Martín Bertone

Universidad Nacional de Córdoba

Pedro Eugenio Despouy Santoro

Universidad Nacional de Córdoba

María Florencia Gabrielli

Universidad Nacional de Córdoba

Maximiliano Cornejo

Universidad Nacional de Córdoba

Macarena Piermattei

Universidad Nacional de Córdoba

Jessica Jorgelina Guzmán

Universidad Nacional de Córdoba

Juan Manuel Federico

Universidad Nacional de Córdoba

DERECHOS FUNDAMENTALES Y NULIDADES EN EL PROCESO PENAL

RESUMEN: El Principio General de Reserva de Ley (Ppio. de Legalidad), obliga al Estado a legislar toda *injerencia* en los derechos fundamentales de las personas. Esta norma Constitucional abarca todos los casos en los que el Estado, en especial el Ministerio Público Fiscal, al ejercer la persecución criminal pública se inmiscuye con intensidad en derechos individuales fundamentales de sujetos sospechosos de haber cometido delitos, e incluso de terceras personas que si bien pueden estar relacionadas con ellos, no tienen responsabilidad penal. Por ello, en este

trabajo, nos proponemos analizar la praxis judicial con herramientas cuantitativas y cualitativas; para describir diferentes criterios en las decisiones judiciales respecto a nulidades probatorias cuando se afecten derechos fundamentales por la injerencia estatal. Las resoluciones fueron recolectadas en Tribunales de la provincia de Córdoba tanto en la jurisdicción provincial como federal y abarcan desde marzo de 2015 a marzo de 2017 y luego analizadas estadísticamente. Para saber si dichas resoluciones afectaron derechos fundamentales, se tuvieron en cuenta criterios tales como el grado de injerencia estatal, regulación de la prueba, relación prueba-delito, importancia, alcance y género de la prueba, entre otros. Como resultado, se obtuvo una valoración objetiva, descriptiva y cifrada que nos permitió elaborar una conclusión final contrastando aquella valoración con las hipótesis originales de este trabajo. Nuestro marco teórico encuentra su fundamento en la tesis elaborada por Gabriel Pérez Barbera “*Dogmatica de los derechos fundamentales*”.

PALABRAS CLAVES: Derechos Fundamentales –Injerencia estatal-Proceso Penal–Prueba no reglada-Nulidad-valoración-descripción.

FUNDAMENTAL RIGHTS AND NULLITY IN CRIMINAL PROCEEDING

ABSTRACT: The General Principle of Legal Provision (Principle of Legality) obligues the State to legislate any interference on individual fundamental rights. This constitutional mandate covers all cases over which the State exercises criminal prosecution. Particularly, the Office of Public Prosecutor when exercising public criminal

prosecution intervenes strongly on individuals fundamental rights of those suspected of criminal acts including third parties who although linked to suspects may not have any criminal liability. In this sense to avoid arbitrary state interference a previous law is required within a context of purpose, immediacy, legality and mandatory application of the law justifying each individual case. The resolutions were collected from Córdoba Province Courts of Law both provincial and federal jurisdictions from March 2015 to March 2017. In order to know if these resolutions affected fundamental rights, criteria such as the degree of state interference, regulation of the evidence, relationship between evidence and crime, importance, scope and gender of the evidence, among others, were taken into account. As a result, an objective, descriptive and encrypted assessment was obtained that allowed us to draw up a final conclusion contrasting that assessment with the original hypotheses of this work. The theoretical framework is based on the thesis prepared by Gabriel Pérez Barbera “Dogmatics of fundamental rights”.

KEYWORDS: Fundamental Rights – State Interference – Criminal Proceeding – Evidence Not Regulated by Law – Nullity – description – assesment.

1 | INTRODUCCIÓN

En este trabajo nos proponemos analizar la praxis judicial con herramientas cuantitativas y cualitativas; para describir diferentes criterios en las decisiones judiciales respecto a nulidades probatorias cuando se afectan derechos fundamentales por la injerencia estatal. Las resoluciones corresponden a Tribunales de la provincia de Córdoba, tanto de la jurisdicción provincial como federal y abarcan desde marzo de 2015 a marzo de 2017, analizadas luego estadísticamente. Para saber si dichas resoluciones afectaron derechos fundamentales, se tuvieron en cuenta criterios tales como el grado de injerencia estatal, regulación de la prueba, relación prueba-delito, importancia, alcance y género de la prueba, entre otros. Como resultado, se obtuvo una valoración objetiva, descriptiva y cifrada que nos permitió elaborar una conclusión final contrastando aquella valoración con las hipótesis originales de este trabajo.

En este trabajo, se tomaron en cuenta aproximaciones teóricas que versan sobre la cuestión analizada. Como marco teórico estudiamos la tesis del profesor Pérez Barberá contenida en su artículo académico titulado “Dogmática de los *derechos fundamentales*” en *Tratado de los Derechos Constitucionales*, Ed. Abeledo-Perrot, Buenos Aires, 2014.

2 | APROXIMACIONES TEÓRICAS

A partir del Derecho Penal liberal, el Estado procede a enmarcar los presupuestos de su intervención punitiva atendiendo a las garantías constitucionales.

La definición taxativa, establecida legalmente, de cuáles son los comportamientos que configuran un delito y las sanciones que se deben aplicar, responden al principio de legalidad penal y a la garantía de un debido proceso, hasta la ejecución de la pena.

Las garantías constitucionales son límites a la (legítima) violencia propia del

poder punitivo estatal. Lo que se busca en un Estado de derecho es un balance entre la intervención punitiva y dichas garantías, es decir, un equilibrio entre el interés en eliminar la violencia social y el interés en disminuir la propia “violencia” del sistema penal, lo cual no es fácil, ya que se presenta un inevitable factor de tensión entre ambas, que se reflejan en la teoría del delito y en la teoría de la pena.

En nuestro ordenamiento jurídico, conforme el sistema de división de poderes, “corresponde al Congreso de la Nación dictar el Código Penal y en ejercicio de esas atribuciones determinar discrecionalmente las penas. Dicha potestad se encuentra limitada por las normas constitucionales que conforman el bloque que garantiza la interdicción de la arbitrariedad o irrazonabilidad también para la discrecionalidad”¹.

A luz de estas disposiciones, “no cabe duda que la protección brindada a la intimidad o privacidad de las personas contra injerencias arbitrarias es de carácter amplio, y cualquier norma procesal reglamentaria de las garantías debe ser interpretada en este sentido. La intrusión Estatal en esta esfera, llevada a cabo fuera de las excepciones legalmente previstas, será ilegítima, como lo será todo elemento probatorio obtenido en consecuencia”².

En este contexto, tiene esencial preponderancia el “principio de legalidad” (*nullum crimen sine lege*) consagrado en el artículo 18 de la CN; considerándolo no sólo en este sentido en cuanto al sistema de derecho penal, sino también en una interpretación más amplia, tradicionalmente inferido de la primera oración del artículo 14, de la segunda parte del artículo 19 y del artículo 28 de la Constitución Nacional. Todas estas normas establecen que ciertas actividades estatales, especialmente aquellas que importan una “injerencia” en los derechos fundamentales de las personas, para ser válidas deben estar previamente regladas y autorizadas por ley, y por una determinada clase de ley (por lo pronto una ley que no resulte irrazonable)³.

Robert Alexy (2002) considera que los derechos fundamentales establecen lo constitucionalmente necesario (los mandatos) y lo constitucionalmente imposible (las prohibiciones), y a la vez deparan al legislador el amplio terreno de lo constitucionalmente posible (lo permitido). Las prohibiciones derivan de la faceta de vinculación negativa de los derechos fundamentales; la ley penal no puede intervenir en exceso en la libertad personal ni en los demás derechos del individuo; los mandatos se caracterizan por ser aquellos que ordenan los derechos de protección, es decir, que los bienes más preciados del individuo sean protegidos por el legislador de manera más eficaz y suficiente contra las injerencias del Estado y de los particulares. Finalmente, lo permitido es aquello que tiene cabida dentro de los márgenes de acción del legislador; aquello que no está decidido ni prefigurado por la Carta Magna, el espacio que se abre a la política criminal y punitiva.

1 TSJ Cba., S. N° 148, 20/06/2008, “Toledo, Juan Carlos p.s.a. portación de arma de uso civil –Recurso de Inconstitucionalidad”.

2 De Aragón, Ernesto R., ob. cit., pág. 5.

3 Pérez Barberá, Gabriel, “Dogmática de los Derechos Fundamentales” en *Tratado de los Derechos Constitucionales*, Ed. Abeledo-Perrot, Buenos Aires, 2014, pág. 330.

En Argentina, a partir de la reforma Constitucional de 1994, con la incorporación de Tratados Internacionales de Derechos Humanos, se introduce el término “bloque de constitucionalidad”. Es decir, el rango constitucional de este principio general de legalidad o de reserva de ley es indiscutible en nuestro país y, como “reserva de Parlamento”, está expresamente consagrado en el artículo 30 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos (CADH), que textualmente reza: *“Las restricciones permitidas, de acuerdo con esta Convención, al goce y ejercicio de los derechos y libertades reconocidas en la misma, no pueden ser aplicadas sino conforme a leyes que se dictaren por razones de interés general y con el propósito para el cual han sido establecidas”*.

En nuestro ordenamiento, y tal como se infiere de los párrafos precedentes, el principio general de legalidad o de reserva de ley está claramente establecido en la segunda parte del artículo 19 CN, en tanto establece: *“Ningún habitante de la Nación será obligado a hacer lo que no manda la ley, ni privado de lo que ella no prohíbe”*.

No obstante, “[l]os Pactos y tratados incorporados [en nuestro sistema interno] conservan el ideario de nuestra C.N. en el sentido de que no pierden de vista que el fin del proceso penal estriba en el logro del descubrimiento de la verdad objetiva, pues, sólo así es posible el afianzamiento del valor justicia”⁴.

La norma convencional deja en claro cuál es exactamente el tema que aquí se aborda como central: la necesidad de que al menos determinadas injerencias estatales sobre derechos fundamentales de los individuos -en la prueba de un delito- estén autorizadas por ley formal previa, la que a su vez debe satisfacer determinados requisitos en lo que se refiere a su contenido.

A partir de lo expuesto, en lugar de “principio de legalidad” preferimos utilizar la expresión “principio general de reserva de ley”, que a su vez es entendido como “reserva de parlamento” y se aplica, por tanto, a todos aquellos supuestos en los que el Estado (en especial en ejercicio del Poder Ejecutivo, pero también del Poder Judicial) pretende inmiscuirse en un derecho individual de carácter fundamental. Ningún derecho fundamental es absoluto; por el contrario, se admiten restricciones que serán admisibles sólo si están previamente autorizadas por ley formal.

Sin perjuicio de ello, y utilizando como comparación el sistema procesal penal alemán, el principio de reserva de ley, tiene cierta tradición en dicho ordenamiento jurídico ya que, si hay algo que paradigmáticamente sucede en un proceso penal, es la continua injerencia del Estado en derechos fundamentales, en especial en los del imputado.

Nuestro sistema constitucional le reconoce al imputado derechos que emanan de su condición de persona, la que se valoriza en su dignidad. Como contrapartida se destaca que existen limitaciones y restricciones de los derechos porque éstos no son absolutos, “pues están condicionados por los derechos de los demás y por las justas exigencias del bienestar general y del desenvolvimiento democrático”. Y así, “[estas] restricciones deben

⁴ TSJ Sala Penal, S. N° 64, 05/07/2001, “Toledo Hugo Celso - p.s.a. robo, homicidio, etc. - Recurso de casación”.

guardar estrecha relación con las razones que la autorizan y no podrán alterarlos en su esencia, debiendo ser proporcionales al valor que se pretende resguardar, con sujeción a la Constitución y demás normas supranacionales”⁵.

Cuando el Estado restringe un derecho fundamental a través de un acto jurídico formalizado de manera expresa, directa e inmediata existe una “injerencia estatal” y, por lo tanto, una restricción a los derechos considerados como fundamentales.

Resulta necesario entonces referirnos primeramente a dicho mandato de proporcionalidad (o de razonabilidad, conforme a la terminología más usual en la Argentina) que deben respetar las leyes restrictivas de derechos fundamentales. En el Derecho Penal material (ámbito donde tienen lugar las más graves injerencias estatales en derechos fundamentales) por lo general no se le presta demasiada atención al mandato de proporcionalidad, por lo menos no en el sentido en el que el principio es utilizado en el Derecho Constitucional y en el Derecho Procesal Penal. En estas materias, a dicho mandato se lo emplea como un límite para lograr evitar restricciones excesivas a los derechos fundamentales.

Teresa Aguado Correa (2014) afirma que hay dos razones por las cuales el principio de proporcionalidad en el ámbito del derecho penal posee un significado menos restringido que en aquéllas otras áreas: por un lado, “porque de la relación de las normas penales se puede deducir que el fin que a través de ellas se persigue es único: protección de los bienes jurídicos frente a lesiones o puestas en peligros, a través de la amenaza penal”⁶; por el otro, porque este fin será alcanzado a través del medio de la desaprobación ético-social del comportamiento delictivo.

En este último sentido, la autora recalca que el Tribunal Constitucional Alemán ha sostenido que el principio de proporcionalidad adquiere un papel relevante cuando se trata de examinar un precepto penal, puesto que la mayor sanción de la que dispone el Estado es el reproche ético-social sobre un determinado comportamiento del ciudadano.

En la Argentina, el mandato de proporcionalidad se infiere, conforme a jurisprudencia constante de la Corte Suprema de la Nación, del artículo 28 de la Carta Magna, en tanto establece que: “*los principios, garantías y derechos reconocidos en los anteriores artículos no podrán ser alterados por las leyes que reglamenten su ejercicio*”.

Al respecto, la propia Corte Suprema brinda una definición de razonabilidad de la ley al decir: “(...) Esta Corte ha establecido que las leyes son susceptibles de cuestionamiento constitucional ‘cuando resultan irrazonables, o sea, cuando los medios que arbitran no se adecuan a los fines cuya realización procuran o cuando consagren una manifiesta iniquidad’ (Fallos: 299:428,430, Considerando 5°).

El principio de proporcionalidad tiene entonces una gran importancia práctica

5 Lucero, Inés, “Las dilaciones indebidas y el abuso de derechos en el proceso penal a la luz de la normativa supranacional” en *“Procesal Penal y Constitución”*, Ed. Advocatus, Córdoba, 2016, pág. 142.

6 Aguado Correa, Teresa, “El principio de proporcionalidad en Derecho Penal. Especial consideración de los delitos de peligro abstracto”, en *El principio de proporcionalidad Penal*, Ed. Ad-Hoc, Buenos Aires, 2014, pág. 33.

para resolver casos de conflictos entre derechos fundamentales y leyes que pretenden restringirlos.

Puede decirse, en general, que el fin de una ley restrictiva de un derecho fundamental será legítimo cuando coincida con alguna de las finalidades que, sea en forma de facultades o de mandatos, expresos o tácitos, la Constitución establece que pueden o deben perseguir los poderes públicos en aras del interés general. Ejemplos de finalidades expresas de la CN en ese sentido son las denominadas “cláusulas del progreso” consagradas en los incs. 18 y 19 del artículo 75. Así, v.gr., una ley que otorgue subvenciones especiales a una empresa establecida en una determinada región del país y que con ello restrinja el derecho de propiedad de sus competidoras, o su derecho a la libre competencia (art. 42, CN), tendrá una finalidad legítima si lo que persigue es “promover políticas diferenciadas que tiendan a equilibrar el desigual desarrollo relativo de provincias y regiones” (art. 75, inc. 19, 2 párr., CN).

Los manuales y Tratados de Derecho Constitucional en la legislación comparada (en específico, en el sistema jurídico alemán) dedican amplio espacio al tratamiento del principio de proporcionalidad. Este principio constituye el principal argumento para solucionar los casos en los que se ponen en cuestión la conformidad de una ley o de una medida estatal restrictiva de derechos fundamentales.

En Alemania se emplea una auténtica dogmática para interpretar y aplicar esas normas constitucionales: todo análisis que tenga por objeto resolver un caso en ese contexto se lleva a cabo a través de categorías dogmáticas fijas.

Cada categoría aborda ámbitos de problemas diferentes, analíticamente en forma sucesiva y en términos de condiciones necesarias: si alguna de esas categorías no se realiza, queda cancelada la posibilidad de aplicar la norma constitucional de que se trate, sin que sea necesario examinar la categoría posterior.

En Argentina nunca se elaboró ni se utilizó una dogmática de los derechos fundamentales: ni en la doctrina ni en la jurisprudencia. Por esta razón, la doctrina y jurisprudencia alemana es enriquecedora para establecer o adoptar criterios de interpretación y resolución de casos concretos de injerencia estatal en el proceso penal sobre prueba *no reglada* cuya producción -a veces- puede afectar derechos fundamentales de las personas implicadas.

La jurisprudencia del Tribunal Constitucional Federal alemán utiliza en sus fallos este método dogmático. En cambio, en nuestra Corte Suprema de Justicia, cada caso es resuelto según argumentaciones que no están clasificadas de antemano como pertenecientes a una categoría determinada, y por lo tanto no están sujetas a un orden argumentativo fijo.

Las categorías fijas que existen en esta dogmática específica y cuyo fin es guiar el análisis para la solución de casos de injerencia del Estado sobre prueba *no reglada* en el proceso penal, son las siguientes: *idoneidad, necesidad y adecuación o no excesividad*.

En efecto, se exige el mandato de *proporcionalidad* en un doble sentido. Por un lado,

lograr un “derecho”; por el otro, conseguir la aplicación proporcional de ese derecho. La doctrina y jurisprudencia alemana sostiene que el “examen de proporcionalidad” consiste en especificar (es decir, integran dicho concepto) cuál es la finalidad de la restricción legal y examinar si esa finalidad es legítima. Posteriormente, se analiza la idoneidad, la indispensabilidad y la adecuación (o prohibición de exceso o proporcionalidad en sentido estricto) de dicha restricción legal. Este “examen de proporcionalidad” se realiza en ese orden, ya que cada categoría presume lógicamente la afirmación de la anterior, como en toda dogmática jurídica.

El primer escalón de análisis consiste en “identificar” el fin de una ley restrictiva de un derecho fundamental. Los métodos de interpretación más comunes en la jurisprudencia (incluida la analizada en este trabajo) son el *exegético* y el *sistemático* (interpretación objetiva); en combinación con el significado actual de la formulación normativa (interpretación evolutiva).

Se agrega a ello la interpretación *psicológica* del legislador (finalista). De esta manera, se intenta determinar el fin de una ley restrictiva de un derecho fundamental que por regla ha de ser, en la generalidad de los casos, la protección de un determinado bien colectivo o de un interés general. Tal como establece el artículo 32 de la CADH “Los derechos de cada persona están *limitados por los derechos de los demás, por la seguridad de todos y por las justas exigencias* del bien común en una sociedad de democrática”. El interés general concretamente protegido deberá ser identificado de conformidad con el texto de la ley. Por ejemplo, en una ley penal el propósito en cuestión consiste en proteger aquello que la dogmática conceptualiza como “bien jurídico protegido”, es decir, como “valores espirituales del orden social” (Jescheck-Weigend) sobre los que descansa la seguridad, el bienestar y la dignidad de la comunidad.

En definitiva, vemos que la dogmática penal del bien jurídico se integra a la dogmática constitucional de la proporcionalidad en cuanto al modo en que se le brindará tutela penal a determinado bien jurídico de acuerdo al fin de protección de la norma.

A su vez, habría que complementar esto con la idea de Rosatti (2016) considerando que: “La finalidad de cada norma o cláusula específica susceptible de ser interpretada debe conectarse con la finalidad genérica del ordenamiento jurídico, dentro del cual aquella cobra un sentido más pleno”⁷.

Acreditado el extremo anterior, corresponde continuar con el examen de *legitimidad*. Éste consiste en verificar la conformidad de ese fin con el orden constitucional y en particular, con la directiva establecida en el artículo 32 de la CADH, debiendo atender a intereses generales. Por ejemplo, los derechos de los demás, la seguridad de todos, el bien común, etc. Sólo serán legítimas (las leyes restrictivas de derechos fundamentales) cuando se admitan en una sociedad democrática.

⁷ Rosatti, Horacio, “*El Código Civil y Comercial desde el Derecho Constitucional*”, Ed. Rubinzal-Culzoni, 2016, Buenos Aires, pág. 201.

En definitiva, para que la finalidad sea legítima necesita la protección de un interés general o un bien colectivo, y además realizarse de un modo tal que sea compatible con los valores democráticos.

Con respecto a la *idoneidad* de la restricción de un derecho fundamental establecido por ley formal, se analiza su carácter abstracto, es decir, “la posibilidad abstracta de la consecución de un fin”. En esta categoría, se trata de valorar el fin perseguido por el legislador en abstracto y en forma general, respecto de una medida específica para un caso concreto. De esta manera, se vuelve dificultoso que el Poder Judicial pueda cuestionar lo que el legislador ha considerado idóneo como restricción.

Bernal Pulido (2014) afirma que deben cumplirse dos exigencias: “la legitimidad constitucional del objetivo y la idoneidad de la medida examinada”. Con respecto a la primera exigencia, “para que una medida penal no sea legítima, debe ser claro que no busque proteger ningún derecho fundamental ni otro bien jurídico relevante”. Por la segunda exigencia, “para que dicha medida no carezca de idoneidad, debe tener algún tipo de relación fáctica con el objetivo que se propone; es decir, debe contribuir de alguna manera a la protección de otro derecho o de otro bien jurídico relevante”⁸.

Una vez examinada la idoneidad objetiva de la restricción, debe analizarse su *indispensabilidad*. Esto implica determinar si la misma finalidad restrictiva podría ser obtenida a través de un medio menos gravoso para el derecho fundamental que ampara al ciudadano, siempre que ese medio más benigno no importe una carga o sea excesivo para la administración o para la sociedad en general. Por otra parte, el empleo del medio más benigno no tiene que obligar a dejar de lado el fin original de la norma, es decir, el criterio de indispensabilidad.

También, es relevante considerar que el medio alternativo debe surgir de aquellos que aparecen como factibles en concreto para el poder estatal involucrado (v. gr., lo que es posible para la Administración Nacional puede no serlo para la Administración Provincial). Se hace una comparación de la medida adoptada con los medios alternativos disponibles. En esta comparación se analiza la idoneidad equivalente o mayor del medio alternativo y el menor grado en que este intervenga (injerencia) en el derecho fundamental.

Todo esto trae aparejado “la prohibición de restringir vanamente la libertad, es decir, la prohibición de utilizar una medida restrictiva intensa en caso de que exista un medio alternativo por lo menos igualmente idóneo para proteger el bien jurídico relevante y que a la vez sea más benigno con el derecho restringido”⁹.

Continuando con las categorías analizadas, debemos referirnos a la *adecuación o prohibición de exceso* en la restricción, comúnmente denominada “prohibición de tutela excesiva/proporcionalidad en sentido estricto”. El contenido de esta categoría se relaciona

8 Bernal Pulido, Carlos, “Proporcionalidad, derechos fundamentales y ley penal” en *El principio de Proporcionalidad Penal*, Ed. Ad-Hoc, Buenos Aires, 2014, pág.110.

9 Bernal Pulido, ob. cit., pág. 111.

con determinar si la restricción impuesta por el poder público a un derecho fundamental de libertad, guarda relación de adecuación entre la intensidad de la restricción y la importancia o peso que, en el caso concreto, tiene el derecho restringido. De tal manera, se realiza una ponderación entre los extremos mencionados (v. gr., la procedencia de un derecho fundamental como el honor que colisiona con el derecho a la información pública).

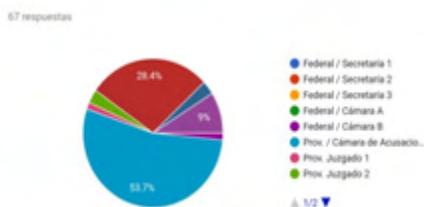
3 | CONCLUSIONES

La doctrina advierte que: “[e]n los últimos tiempos han ido apareciendo en la legislación argentina los llamados ‘medios de prueba extraordinarios’, los cuales, identificados por la necesidad de reforzar la investigación de hechos delictivos también extraordinarios (no solo por su inusitada gravedad sino también por los serios problemas que presenta para su investigación), encierran el grave riesgo de legitimar la ilegitimidad en la averiguación penal, como medio de darle más eficacia respecto de aquellos ilícitos”¹⁰.

Por lo tanto, para admitir la injerencia estatal sobre todo tipo de pruebas en el proceso penal y frente a cualquier delito, resulta necesario realizar un “examen de proporcionalidad” en base a la idoneidad, indispensabilidad y adecuación al *fin* de esa prueba producida que -a veces- puede estar en pugna con derechos fundamentales del justiciable y de terceras personas, particularmente cuando se trata de prueba “no reglada”.

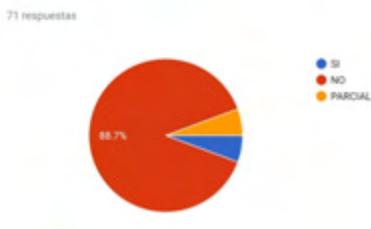
4 | ANÁLISIS DE DATOS EN GRÁFICOS ESTADÍSTICOS

a.-) Procedencia:

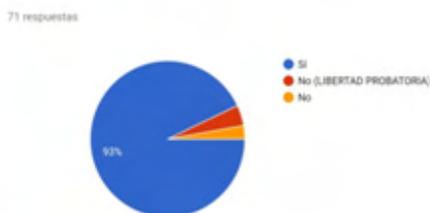


¹⁰ Caferatta Nores, José I.- Hairabedián, Maximiliano, *La prueba en el proceso penal, con especial referencia a los Códigos Procesales Penales de la Nación y de la Provincia de Córdoba*, Ed. Abeledo-Perrot, Buenos Aires, 2011, pág. 227.

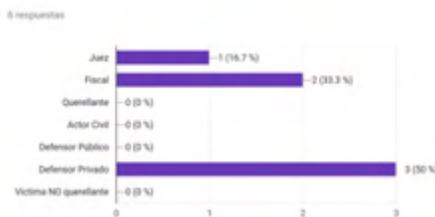
b.-) ¿Prosperan los planteos de nulidad contra resoluciones que vulneran derechos fundamentales?:



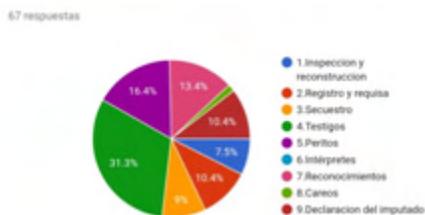
c.-) ¿Se encuentra reglada la prueba impugnada por vía de nulidad?:



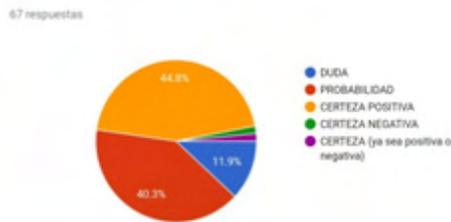
d.-) ¿Quiénes invocan el principio de libertad probatoria en las resoluciones analizadas?:



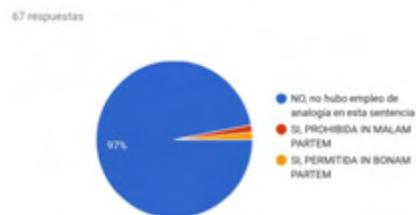
e.-) ¿A qué género corresponde la prueba materia de nulidad?:



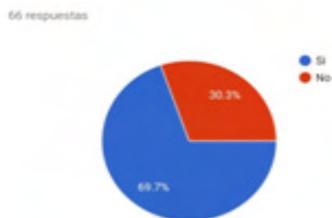
f.-) ¿Qué grado de convicción proporcionan las pruebas impugnadas por nulidad?:



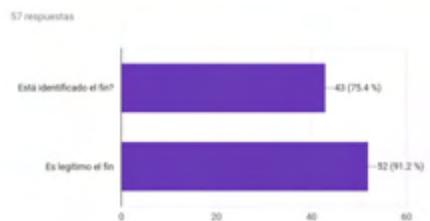
g.-) ¿Hubo analogía al resolverse los planteos de nulidad?:



h.-) ¿Está explícito el fin del medio probatorio impugnado por nulidad en el marco general de las sentencias analizadas?:



i.-) ¿Hubo proporcionalidad para validar la prueba impugnada por nulidad en las resoluciones analizadas?:



REFERENCIAS

Aguado Correa, Teresa, “**El principio de proporcionalidad en Derecho Penal. Especial consideración de los delitos de peligro abstracto**”, en *El principio de proporcionalidad Penal*, Ed. Ad-Hoc, Buenos Aires, 2014.

Bernal Pulido, Carlos, “**Proporcionalidad, derechos fundamentales y ley penal**” en *El principio de Proporcionalidad Penal*, Ed. Ad-Hoc, Buenos Aires, 2014.

Caferatta Nores, José I.- Hairabedián, Maximiliano, “**La prueba en el proceso penal, con especial referencia a los Códigos Procesales Penales de la Nación y de la Provincia de Córdoba**”, Ed. Abeledo-Perrot, Buenos Aires, 2011.

De Aragón, Ernesto R., “**Garantías Constitucionales en el Proceso Penal. Adquisición de la prueba y delimitación del derecho a la intimidad**”, disponible en: http://www.actualidadjuridica.com.ar/olrdoctrina_viewlist.php?cmd=resetall.

Pérez Barberá, Gabriel, “**Dogmática de los Derechos Fundamentales**” en *Tratado de los Derechos Constitucionales*, Ed. Abeledo-Perrot, Buenos Aires, 2014.

Rosatti, Horacio, “**El Código Civil y Comercial desde el Derecho Constitucional**”, Ed. Rubinzal-Culzoni, Buenos Aires. 2016.

EDUCANDÁRIO EUNICE WEAVER: PERCURSOS DA ASSISTÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL

Data de aceite: 01/11/2021

Data de submissão: 22/09/2021

Antonio Cleonaldo Bento da Silva

Universidade Federal do Acre
Cruzeiro do Sul/Acre
<http://lattes.cnpq.br/0449708501319489>

Maria Irinilda da Silva Bezerra

Universidade Federal do Acre, Centro de
Educação e Letras
Cruzeiro do Sul/Acre
<https://orcid.org/0000-0002-2572-414>

Giane Lucélia Grotti

Universidade Federal do Acre, Centro de
Educação, Letras e Artes
Rio Branco/Acre
<https://orcid.org/0000-0002-1743-5276>

RESUMO: As primeiras casas de acolhimento surgiram na Europa no período da Idade Média, chamada Roda dos Expostos. Era um local que abrigava crianças abandonadas, como uma forma de manter o anonimato do expositor. No Brasil, a Roda dos Expostos foi uma das instituições que mais tempo durou, sendo extinta definitivamente, apenas na década de 1950. Dentre as diversas casas assistencialistas que surgiram no decorrer da história do país, o Educandário foi escolhido como objeto desta pesquisa, que contempla a periodização de 1952 a 1997. Nesse sentido, o estudo tem como objetivo analisar o processo histórico de construção do educandário de Cruzeiro do

Sul Eunice Weaver. Este estudo adotou uma abordagem qualitativa de cunho descritivo e utilizou como procedimento o levantamento bibliográfico, o estudo de campo e a pesquisa documental. O estudo de campo ocorreu por meio da aplicação da entrevista semiestruturada. Para embasar a pesquisa utilizamos como aporte teórico, autores como: Grotti; Bezerra (2019), Marcilio (2006), Rizzini; Rizzini (2004). Esses autores muito contribuíram para mostrar o papel desenvolvido pelas casas de assistência no Brasil e de que maneira estas instituições mudaram a vida de muitas crianças por ela atendidas. Os resultados da pesquisa apontam que a história do Educandário de Cruzeiro do Sul Eunice Weaver é rica em detalhes e muito contribuiu para o desenvolvimento da vida de muitas crianças e para o progresso da sociedade cruzeirense, sendo um lugar assistencialista de destaque para a comunidade.

PALAVRAS - CHAVE: Educandário. Assistencialismo. Cruzeiro do Sul.

EUNICE WEAVER'S EDUCANDARY: COURSES OF THE WELFARE ON THE CITY OF CRUZEIRO DO SUL

ABSTRACT: The first shelters appeared in Europe in the Middle Ages, called Roda dos Expostos. It was a place that housed abandoned children, as a way to maintain the anonymity of the exhibitor. In Brazil, the Roda dos Expostos was one of the institutions that lasted the longest, being definitively extinct only in the 1950s. Among the various welfare houses that emerged throughout the country's history, Educandário was chosen as the object of this research contemplates the

periodization from 1952 to 1997. In this sense, the study aims to analyze the historical process of construction of the Eunice Weaver's Educandary in Cruzeiro do Sul. This study adopted a qualitative descriptive approach and used bibliographic survey, field study and documentary research as a procedure. The field study was done through the application of semi-structured interviews. To support the research, we used, as theoretical support, authors such as: Grotti; Bezerra (2019), Marcilio (2006), Rizzini; Rizzini (2004). These authors have contributed a lot to show the role played by welfare houses in Brazil and how these institutions have changed the lives of many children they care for. The research results show that the history of Eunice Weaver's Educandary in Cruzeiro do Sul is rich in details and has contributed to the development of many children's lives and to the progress of Cruzeiro society, being a prominent place of assistance for the community.

KEYWORDS: Educandary; Welfare; Cruzeiro do Sul.

1 | INTRODUÇÃO

As primeiras casas de acolhimentos surgiram na Europa na Idade Média, a chamada Roda dos Expostos. Estas instituições foram criadas, sobretudo como uma forma de manter o anonimato do expositor e tinha como objetivo acolher bebês e crianças pobres abandonadas por seus familiares. Essas crianças eram deixadas nas portas das igrejas, nas florestas, nos bosques e lixos. Assim procedendo, a maioria das crianças morria de frio, fome ou até mesmo vitimadas por animais, antes de serem encontradas e recolhidas (MARCILIO, 2006).

No Brasil, a Roda dos Expostos foi uma das instituições que mais tempo durou, sobrevivendo a três regimes políticos. Segundo Marcilio, (2006, p. 51), “criada na Colônia, perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se durante a República e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950.” Sendo assim, o Brasil foi o último país a acabar com o sistema da roda dos enjeitados.

Dentre as diversas entidades fundadas para o acolhimento de pessoas em situações de vulnerabilidade, desde bebês até idosos, o Educandário foi a instituição escolhida para protagonizar este trabalho. O Educandário de um modo geral é caracterizado como uma instituição filantrópica, voltada ao atendimento assistencial e educacional de grupos em vulnerabilidade. É uma instituição que acolhe crianças, adolescentes e jovens deixados às margens da sociedade - abandonados por familiares, vindas de lares desajustados, entre diversos outros problemas sofridos pelos mesmos - para assim, proporcionar-lhes educação e um lugar para morar.

Neste trabalho, tratamos do Educandário Eunice Weaver situado no município de Cruzeiro do Sul-Acre. Inicialmente era dedicado a cuidar e educar filhos de indivíduos portadores de hanseníase e atualmente oferece atendimento educacional a crianças da comunidade cruzeirense em que as famílias estão em vulnerabilidade econômica e social. Para entendermos a importância da criação do Educandário no município de Cruzeiro do

Sul, precisamos antes compreender o contexto de sua fundação e a quem estava voltado.

A hanseníase ou lepra “é uma doença crônica, infectocontagiosa, cujo agente etiológico é o *Mycobacterium leprae* [...] a doença acomete principalmente os nervos superficiais da pele e troncos nervosos periféricos”, Brasil (2017, p.06), causando, na maioria das vezes, deformidades em várias partes do corpo, deixando as pessoas com sequelas definitivas.

Diante do exposto, era comum que os filhos das pessoas portadoras da hanseníase ficassem desamparados, sem lugar para morar. Com isso, começaram a surgir lugares de acolhimento para estas pessoas, que na maioria das vezes, eram crianças, adolescentes e jovens. Os educandários surgiram com esta finalidade, acolher crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, abandonados ou impossibilitados de serem cuidados por seus familiares.

Nossa pesquisa teve como objetivo geral analisar o processo histórico de construção do educandário de Cruzeiro do Sul Eunice Weaver, uma instituição filantrópica que desempenhou um relevante papel social no município, no que diz respeito ao acolhimento, inicialmente dos filhos dos hansenianos, órfãos e crianças vindas de lares desestabilizados. Nesse aspecto, partimos da seguinte problemática: Como surgiu o Educandário de Cruzeiro do Sul? A escolha por esse tema se deu porque até o momento não existe uma pesquisa científica relacionada ao assunto. Portanto, entendemos que é de grande relevância escrever sobre um patrimônio tão importante da nossa cidade, como é o educandário de Cruzeiro do Sul Eunice Weaver.

Este estudo partiu de uma abordagem qualitativa de cunho descritivo e utilizou como técnicas de coletas de dado o levantamento bibliográfico, a pesquisa de campo e a pesquisa documental.

No que diz respeito ao levantamento bibliográfico foram lidos, pesquisados e conhecidos diversos trabalhos relacionados ao tema. A pesquisa de campo aconteceu por meio da aplicação de entrevista semiestruturada. Nossa opção pela entrevista semiestruturada seu deu pelo fato desta técnica de coleta de dados proporcionar a liberdade ao entrevistador de guiar a entrevista para atender os seus interesse. Fizeram parte dos sujeitos de nossa pesquisa duas ex-internas, apelidadas como DM e DH que contaram um pouco da história que vivenciaram no Educandário nos respectivos anos em que estiveram internadas na instituição. Pedimos que nos contassem como foram morar no educandário, qual a sua forma de ingresso e permanência, como era a rotina do educandário e suas experiências na instituição. As entrevistas foram realizadas de forma presencial com a autorização do entrevistado. O procedimento foi gravado para posterior transcrição, seguida de análise. A análise ocorreu a partir dos autores adotados no referencial teórico.

Quanto à pesquisa documental teve como fonte principal os documentos do Educandário de Cruzeiro do Sul, livros de registros e relatórios, onde coletamos dados e posteriormente analisamos. Após o desenvolvimento da pesquisa documental com a

seleção dos documentos pertinentes, passamos para a segunda etapa que foi a análise dos dados. Finalmente chegamos a terceira e última etapa, a interpretação e análise. Na análise documental consideramos todo o material que contribuiu para a nossa pesquisa, selecionando os documentos originais que enriqueceram nosso trabalho e nos ajudaram a chegar a resultados profícuos.

Para embasar esta pesquisa utilizamos como aporte teórico: Grotti; Bezerra (2019), Marcilio (2006), Rizzini; Rizzini (2004). Esses autores muito contribuíram para mostrar a importância e o papel desenvolvido pelas casas assistência no Brasil e como essas casas mudaram a vida de muitas pessoas através do acolhimento e assistência. Nesse caminho, a seguir apresentamos o referencial teórico utilizado nesse estudo, no sentido de aprofundar a história das casas de acolhimento no Brasil.

2 | HISTÓRIA DAS CASAS DE ACOLHIMENTO ASSISTENCIALISTA NO BRASIL

Inspirado nos princípios da caridade cristã, o assistencialismo é dado por instituições religiosas, políticas ou civis, entre outras. É uma prática social com o objetivo de minimizar um problema sofrido por determinados indivíduos na sociedade (BOSCHI, 1984). Pessoas com necessidades de assistência de outrem não é algo que veio a acontecer atualmente, esses carecimentos sempre existiram na história da humanidade, mas vem se ampliando com o grande aumento populacional e com a pobreza generalizada pelo mundo.

As primeiras casas de acolhimentos surgiram na Europa Medieval e foram idealizadas através de um sistema chamado Roda dos Expostos, que acolhiam crianças abandonadas nas florestas, portas de igrejas, nas ruas, e demais lugares, normalmente ermos. A roda foi um meio encontrado para manter o anonimato do expositor e assim fazer com que ele levasse a criança para este recinto, ao invés de abandoná-los nas florestas ou nas ruas (MARCILIO, 2006). Assim sendo, impedia que milhares de crianças morressem de fome, frio ou até mesmo fossem vitimadas por animais nas florestas.

No Brasil, a Igreja adotou o mesmo modelo usado na Europa medieval, a Roda dos Expostos. Este sistema teve uma vida longa e sobreviveu a três regimes da história, sendo extinto apenas na década de 1950. Logo, o Brasil foi o último país a abolir as rodas. Ainda de acordo com Marcilio, (2006),

[...] essa instituição cumpriu um importante papel. Quase por século e meio a roda de expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil. É bem verdade que, na época colonial, as municipalidades deveriam, por imposição das Ordenações do Reino, amparar toda criança abandonada em seu território. No entanto, esta assistência, quando existiu, não criou nenhuma entidade especial para acolher os pequenos desamparados (p.51).

Como destacamos, o abandono de crianças, idosos e pessoas incapazes de sobreviver sozinhos não é algo da atualidade, isto vem acontecendo há séculos e em

diferentes regiões do mundo. No Brasil não foi diferente, também ocorreu o abandono de crianças. Com a chegada dos jesuítas no século XVI, a atenção dada às crianças “foi gradativamente sendo instituída por meio de um atendimento educacional que visava submeter à infância indígena aos padrões religiosos católicos” (GROTTI; BEZERRA, 2019, p. 26).

De acordo com Venâncio (2007, apud Grotti; Bezerra, 2019, p. 26) “por volta de 1550, os jesuítas dão início, no Novo Mundo a uma ação pioneira junto às crianças indígenas, criando Colégios de Órfãos para receber curumins sem família”. Os jesuítas não acolhiam somente os órfãos indígenas. Com a chegada dos escravos no Brasil, os filhos destes também eram abandonados e, por isso, foram acolhidos em lugares chamados “Casas dos Muchachos”. Nestes locais eram ensinados de acordo com os princípios católicos. Sobre esta questão Grotti e Bezerra, (2019), afirmam que:

As casas de acolhimento, na realidade, eram importantes instrumentos de conversão dos jovens indígenas à fé católica, uma vez que residindo naquele espaço, assimilavam mais facilmente os valores e dogmas católicos através da convivência cotidiana com os religiosos. [...] foram, inclusive, trazidos de Portugal alguns órfãos para que convivessem com as crianças e jovens indígenas, de modo a facilitar a assimilação dos valores lusitanos e cristãos. Ações dessa natureza permaneceram presentes em todos os períodos da história brasileira nos quais as crianças e adolescentes órfãos foram vistos como um perigo para a sociedade nacional e, como tal, tornaram-se objetos das mais diversas ações, que foram do abandono até às diferentes formas de assistência social (p. 26-27).

Baseado nisso, entende-se que o atendimento às crianças abandonadas no Brasil iniciou com a igreja católica, através dos padres Jesuítas desde o período colonial, visando converter, como já dito, os povos indígenas à fé católica. Sobre esta história das instituições de acolhimento das crianças no Brasil Grotti e Bezerra, (2019), acrescentam que:

Durante o período Colonial, a assistência às crianças abandonadas fora realizada pela Igreja e pelo Estado. Tanto um quanto outro tão somente cumpriram determinadas formalidades legais e jurídicas. O que havia, na realidade, era uma movimentação da sociedade civil em torno de prestar algum auxílio no sentido caritativo. Essa acepção caritativa foi a primeira forma de atendimento prestado às crianças expostas (p. 27).

Estas assistências que as crianças recebiam eram tanto da Igreja quanto do Estado que buscavam cumprir as exigências legais quanto a este tipo de serviço. Quanto a sociedade civil sensibilizada com as situações das crianças, tentava de alguma forma oferecer ajuda, para que as dificuldades fossem minimizadas. Com isso, era realizado com essas crianças um atendimento de cunho caritativo.

O atendimento caritativo acontecia desde a Idade Média na Europa sendo que “[...] a assistência caritativa distinguia o pobre como um eleito de Deus, a quem a Igreja e seus clérigos incentivavam o exercício da caridade”. E “ajudar o pobre seria um dever para o rico, um modo de se redimir da vida abastada [...]” Em relação aos pobres, sua condição

de pobreza, “seria uma bênção recebida da parte de Deus [...]”. (GROTTI; BEZERRA, 2019, p. 28). Com isso, os ricos acreditavam que na medida em que ajudavam os pobres, ganhariam créditos com Deus e estariam mais perto de alcançar o Reino Celestial.

Segundo Grotti e Bezerra (ibidem), “em se tratando de abrigar crianças enjeitadas e expostas, tais conceitos cristãos estiveram presentes no Brasil desde o início da colonização, e perdurou até meados do século XIX”. Essa ajuda aos pobres e enjeitados consistia basicamente em dar esmolas para diminuir sua condição de miséria. As pessoas que recebiam essas ajudas deveriam se sentir gratas a Deus por seu estado de humildade.

Voltando a Roda dos Expostos, a primeira delas no Brasil, foi fundada na cidade de Salvador-BA, no ano de 1726, devido uma preocupação das autoridades dado o grande aumento no número de crianças abandonadas. As rodas estavam ligadas as Santas Casas de Misericórdias. A segunda roda foi fundada no Rio de Janeiro em 1738 e administrada pela Santa Casa local.

Ainda do período colonial no Brasil, foram criadas diversas casas de acolhimentos aos órfãos, tanto abandonados por seus familiares, quanto para filhos ilegítimos. De acordo com Rizzini e Rizzini (2004, p. 24), “as primeiras instituições para educação de órfãos e órfãs datam do século XVIII e foram instaladas em várias cidades brasileiras por religiosos (irmandades, ordens e iniciativas pessoais de membros do clero)”. Nesse entorno Rizzini; Rizzini (2004), dizem que:

O regime de funcionamento das instituições seguia o modelo do claustro e da vida religiosa. As práticas religiosas e o restrito contato com o mundo exterior eram características fundamentais dos colégios para meninos órfãos e dos recolhimentos femininos, sendo que, no segundo caso, a clausura era imposta com mais rigor (p. 24).

Como podemos observar estas autoras afirmaram que o sistema de acolhimento das crianças abandonadas, seguia o modelo de claustro próprio da vida religiosa. Nestas instituições, as crianças abandonadas, eram submetidas a práticas religiosas rigorosas, sendo privadas de todo o contato com o mundo exterior. Isso ocorria com meninos e meninas, porém as meninas sofriam uma repreensão e um enclausuramento muito maior. Com a chegada do Iluminismo no século XIX, “século das luzes”, o atendimento as crianças passou por uma mudança radical. Rizzini e Rizzini (2004) pontuam que,

[...] por influência do ideário da Revolução Francesa, progresso e civilização vão nortear os programas educacionais do mundo ocidental – os asilos para crianças pobres sofrem mudanças gradativas rumo à secularização da educação. Questiona-se o domínio do ensino religioso em detrimento do ensino “útil a si e à Pátria”, embora o primeiro nunca tenha deixado de fazer parte dos programas das instituições públicas. Percebido como garantia da transmissão dos preceitos morais, dos bons hábitos e das noções de ordem e hierarquia, nunca se cogitou seriamente em excluí-lo dos asilos e das escolas oficiais (p. 24).

Outros grupos de órfãos passaram por internatos embora de forma tímida. “Os filhos

de escravas, os ingênuos (aqueles nascidos livres com a Lei do Ventre Livre, de 1871) e as crianças indígenas não foram alvos privilegiados das intervenções das instituições religiosas, privadas ou governamentais, no Império brasileiro” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 27-28). Ainda de acordo com as autoras quanto aos escravos, até os dias atuais não foi descoberta nenhuma “existência de qualquer instituição que tenha atendido exclusivamente a filhos de escravas ou ingênuos”. (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 28).

Do período colonial até a república foram fundados diversos modelos de internatos que abrigavam crianças e jovens abandonados. Um desses internatos foi o educandário, uma instituição que além de oferecer um assistencialismo as crianças e jovens abandonados, oferecia também uma chance desses jovens serem alfabetizados. Os educandários funcionavam no modelo de internato e as crianças que frequentavam estas instituições tinham que seguir as normas estabelecidas, como por exemplo, uma rotina diária, com horário para acordar, almoçar, dormir, etc. Fundadas para um público específico ou para o público em geral, os educandários no Brasil cumpriram um importante papel assistencialista e educacional.

A seguir trazemos os resultados e discussão do nosso estudo, no intuito de apresentar os dados coletados e as considerações a que chegamos.

3 | A HISTÓRIA DE CRIAÇÃO DO EDUCANDÁRIO DE CRUZEIRO DO SUL EUNICE WEAVER

O Educandário de Cruzeiro do Sul Eunice Weaver está situado na Avenida 25 de Agosto, nº 2503, em Cruzeiro do Sul-AC é uma instituição filantrópica sem fins lucrativos, fundada no dia 02 de março de 1952. Quando foi criada tinha como objetivo abrigar, atender, educar e desenvolver integralmente os filhos dos hansenianos. Porém abria suas portas também a casos de órfãos e crianças vindas de ambientes desajustados, em que um dos pais abandonara a família. Além do acolhimento, a instituição oferecia assistência religiosa, moral, física e médica para as crianças menores que lá eram internadas.

O Educandário de Cruzeiro do Sul Eunice Weaver, teve apoio da Liga de Assistência a Família dos Lázarus, com o objetivo de oferecer assistência às famílias dos hansenianos. Posteriormente, mudou o nome para Sociedade de Defesa Contra a Lepra de Cruzeiro do Sul e hoje é denominada de Sociedade Eunice Weaver de Cruzeiro do Sul- Educandário.

Quando do período de sua inauguração, havia à época milhares de casos de lepra no Brasil, e quem mais sofria com isso eram as pessoas em vulnerabilidade socioeconômica, especialmente àquelas das regiões mais distantes do centro do Brasil. Cruzeiro do Sul é uma cidade no interior do Acre, com isso na década de 1950, as informações eram bastante escassas sobre a doença. Então o portador da lepra era excluído do convívio social e, conseqüentemente, seus familiares também. A sociedade local entendia que a lepra era transmissível pelo toque. Sendo assim, houve a necessidade de ter um lugar onde pudesse

abrigar os filhos dos hansenianos que sofriam os efeitos da doença, tanto quanto seus pais.

Eunice Weaver teve um olhar atencioso e misericordioso para as crianças e jovens e fundou diversas casas de acolhimento pelo Brasil. O Educandário de Cruzeiro do Sul faz parte da iniciativa da Senhora Eunice Weaver que, inquieta com os problemas que a hanseníase causava a população e tendo presenciado a vida crítica de muitos doentes naquela época, comprometeu-se em ajudar e amparar aqueles que vagavam pelas estradas e fazê-los menos infelizes, lutando para que houvesse a compreensão e solidariedade humana.

Dessa forma, em 19 de novembro de 1952 realizou-se a inauguração do Educandário de Cruzeiro do Sul, com a presença da Senhora Eunice Weaver.. De acordo com o Jornal da época “O Rebate” (1952),

No dia 19 do corrente, ao se ter notícia que o avião da S.A Cruzeiro do Sul, se aproximava, começou o povo desta cidade e **circunvisinhanças** a rumar ao Educandário, pois sabia se que Da. Eunice Weaver, acompanhada do Dr. Júlio Alves Portela, Diretor de Saúde no território e representante do Sr. Governador Dr. João Kubitscheck de Figueiredo, viriam fazer a inauguração oficial daquele estabelecimento. (...) Ali tivemos oportunidade de ver criancinhas, as quais estariam reservados o infortúnio e a miséria com os pais recolhidos ao **Leprozario**, brincando sorridentes como se um novo mundo se lhes abrisse as portas (grifos do autor).

É visível que a entidade tinha grande importância dado o tumulto social gerado pela comunidade, no dia da sua inauguração. Também se fizeram presente autoridades de todas as esferas do poder público como: O Prefeito Municipal, Chefe do Posto de Saúde, Procurador da República, Inspetor Escolar, Padres, Diretor do colégio São José, Gerente do Banco do Brasil, Inspetor Agrícola, Comissário de Polícia, altas figuras do comércio local, dentre outros e a comunidade de forma geral (Jornal, O Rebate, 1952).

Inicialmente, o Educandário foi dirigido por membros da comunidade e era mantido pela Liga de Assistência a Família dos Lázarus, pela Federação das Sociedades Eunice Weaver e pelas senhoras da diretoria feminina que arrecadavam donativos das famílias locais e os sócios benfeitores.

No Educandário de Cruzeiro do Sul Eunice Weaver, foram atendidas crianças, adolescentes e jovens de 0 a 18 anos, sem distinção de sexo, cor, raça, nacionalidade e crença religiosa (Estatuto da Sociedade Eunice Weaver de Cruzeiro Do Sul, 1961). De acordo com os dados obtidos, no ano de 1952 deu entrada no Educandário 20 crianças, entre meninas e meninos, advindas dos mais diversos lugares da região do Juruá e até mesmo de municípios do estado vizinho, o Amazonas. Estas tinham idades diferentes, entre 0 a 13 anos.

Grande parte dessas crianças vinham da Colônia Hernandes Agrícola, situada dentro da cidade de Cruzeiro do Sul, o lugar onde ficavam os hansenianos em tratamento. Segundo a entrevistada DH, ela nasceu na Colônia e foi levada no mesmo momento para

o Educandário. Ela relata que foi “só cortar o umbigo e fui para o Educandário”. E lá ela permaneceu até os 18 anos de idade. Era comum naquela época, no ato do nascimento, as crianças serem separados dos pais hansenianos que estivessem em tratamento. A maioria das crianças que nasciam na Colônia só ia ter contato com os pais ou algum familiar depois de certa idade.

O Departamento Nacional de Saúde Pública (1923), no seu Art. 148, parágrafo “f”, onde se refere aos estabelecimentos para filhos dos hansenianos, diz que eles serão levados logo após o seu nascimento para um estabelecimento que tenha pessoas sãs e que sua mãe não poderá alimentá-los se esta for leprosa. Seguindo esta orientação, milhares de crianças que logo após nascerem foram “arrancadas” dos braços de suas mães e de seus familiares. Na época estas eram consideradas medidas profiláticas para o controle da doença.

A entrevistada DM relatou que quando foi para o educandário, com apenas um ano de idade, disseram para ela que era órfã de pai e mãe. Este aspecto pode ser observado num trecho de sua fala:

[...], assim o que foi colocado pra gente é que nós não tínhamos pais, não tínhamos mãe, ninguém né. Então a gente estava lá porque nossos pais haviam falecidos. A gente cresceu com essa ideia de que não tinha pai e não tinha mãe (DM, 2021).

As crianças que vinham para o Educandário eram tidas como órfãs e ficavam à espera de adoção, de uma pessoa bondosa que pudessem “resgatá-los” dali. Porém nem todas as pessoas que tinham a intenção de adotar eram caridosas. Nessa direção, a entrevistada DM relatou um caso de um jovem que ao ser adotado sofreu abusos físicos.

[...] teve um até que fugiu, ele voltou, chegou lá com as costas tudo sangrando de peia que ele pegou. Eu o escondi lá naqueles matos perto que era mata fechada e a gente combinou que cada horário de refeição ia alguém escondido deixar comida pra ele numa casinha que a gente fez lá e a noite ele vinha. Os meninos abriam a janela e ele deitava lá e dormia só que uma noite ele dormiu demais, aí quando chegaram pra chamar a gente pra ir pra igreja, porque todos os dias tinha a missa das 6h, ele estava lá. Chamou o homem que tinha adotado ele e vieram buscar. Depois ele fugiu da casa desse homem e ficou por aí. Ele ficou maior, o meu irmão encontrou ele em Rio Branco e um pouco tempo ele faleceu, porque ele ficava na rua, o meu irmão ainda o levou pra casa dele algumas vezes, mas como ele não estava bem da cabeça né, ele fugia. Meu irmão procurava e não achava aí quando encontrava ele levava, ele fugia de novo (DM, 2021).

É perceptível que nem todos os internos tiveram uma vida tranquila, alguns sofreram mesmo após saírem do Educandário. Aqueles que tiveram mais sorte, os familiares voltaram para buscar e outros eram adotados por pessoas de boa índole. Mas a grande maioria permanecia no Educandário até completarem 18 anos e saírem para a vida adulta, casamento, trabalho, etc. Badin (1973, p. 33) diz que a mãe e o filho no primeiro ano de vida funcionam como se fossem uma única pessoa, por isso a importância da mãe nesse

momento de desenvolvimento da criança. Mesmo que o Educandário oferecesse atenção e carinho às crianças, nunca seria como se elas estivessem com seus pais.

Desde a fundação até o ano de 1971 o Educandário foi dirigido por membros da comunidade. A partir de 1971, chegaram ao Acre às irmãs da Divina Providência que se colocaram a disposição para ajudar no Educandário. Esse foi um momento muito importante para este estabelecimento, pois estava chegando mais pessoas para ajudar nos cuidados das crianças. Neste mesmo ano Dom Henrique Ruth, bispo da Diocese de Cruzeiro do Sul, assumiu a presidência do Educandário.

Segundo o documento “Relatório do Educandário”, de 1981, nos anos posteriores ocorreram melhorias significativas na estrutura física e reformas na instituição. Em 1980 a ala mais antiga do Educandário, que estava em reforma desde 1979 foi renovada. Neste pavilhão funcionaram a sala de televisão, biblioteca e estudo, uma sala para o jardim de infância, um apartamento completo, sala de estar para um grupo de 14 crianças, sanitários e uma vasta área coberta para abrigar as crianças em dias de chuva. E mais, uma área coberta que fica no próprio pátio foi restaurada, revestida de azulejos e de uma pintura que ofereceu um aspecto alegre e agradável. Ainda segundo o documento, a Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) doou grande parte dos móveis para as áreas reformadas. E todo o restante das despesas que uma construção exige ocorreu por conta da Prelazia (Relatório do Educandário, 1981).

Grandes avanços teve o Educandário para a melhoria de vida dos internos. Foi feito também um poço para sanar o grande problema com a falta de água. “Muito dinheiro e muito esforço foram empenhados na conservação da casa. A Prelazia coloca constantemente funcionários a disposição para casos de emergência” (Relatório do Educandário, 1981).

A mudança com a chegada de religiosos para a direção do Educandário foi sentida também pelos internos. A entrevistada DM diz que antes dos padres e irmãs tomarem de conta, tudo era mais difícil, questão de alimentação, roupa, etc.

[...] no período antes dos padres tomarem de conta, era uma vida mais difícil [...] Era a dona Dalva e o seu Zunilde e a dona Idelta, só que tinha uma, a dona Eunice que era a presidenta e a dona Carmencita, só que elas moravam fora, no Rio de Janeiro e eles vinham de tempo em tempo. Ai eles vinham faziam visitas e assim era um período que a gente sofreu muito, por conta que muitas coisas aconteceram lá. Às vezes eu nem gosto de falar isso, porque eram coisas até pesadas, porque o marido dessa pessoa que tomava conta da gente ele era alcoólatra e ele acabava desviando o que vinha pra lá. Ai a gente passava fome, andava sem roupa, dormia no chão, foi uma vida bem difícil, só que quando essas pessoas que eram a coordenadora e a diretora vinham tudo mudava de figura. Porque eles sempre guardavam uma roupa e um calçado e quando os coordenadores tudo era só maquiagem mesmo. Quando eles iam embora, já dizia: tira tudo e guarda que era pra outra viagem que eles viessem ter. Então a gente passava muita fome também, foi um período bem difícil [...] (DM, 2021).

Na continuidade da entrevistada, DM diz que depois que os religiosos foram para o

Educandário tudo melhorou. Os internos tinham cama para dormir, roupas e ajudavam nas tarefas, sempre acompanhado de um adulto, como é possível observar no trecho a seguir:

[...] na época que os padres tomaram de conta, aí não, mudou muito a gente tinha cama pra dormir, tinha roupa, a alimentação boa e também bem variada. A gente fazia as tarefas todas, eram acompanhadas com funcionários, a gente só ajudava, tinha o momento para estudar, o momento para brincar, foi determinada a hora pra tudo, tinha o momento pra tudo (DM, 2021).

Houve uma grande mudança pelo ponto de vista da entrevistada, sendo portanto, benéfica para todos os internos que viram a sua vida que era tão sofrida, melhorar um pouco. Começaram a ser respeitados e tratados como criança, dando espaço para a infância ser desenvolvida e aproveitada pelos internos. Durante esse tempo foi recebida ajuda de muitos colaboradores. As crianças recebiam assistência médica de voluntários, dentre eles estão Dr. Paulino do 7º BEC, Dr. Correia, Dr. Hamilton, além da assistência dentária oferecida pelo 7º BEC e exames laboratoriais oferecidos pelo Dr. Érico Roberto Freitas (Relatório do Educandário 1981).

Em 1993, depois de muito ajudarem e contribuírem para o desenvolvimento e crescimento do Educandário, as Irmãs da Divina Providencia foram chamadas de volta por sua congregação e tiveram que voltar para Santa Catarina, entregando a direção da instituição. Em 1994 as irmãs Franciscanas do Mártir São Jorge assumiram o trabalho no Educandário.

Do ano de 1952 a 1997 foram atendidas mais de mil crianças, de acordo com os dados obtidos pelo livro de registro do Educandário. Mas, esse número pode ser bem maior.

O Relatório do Educandário de Cruzeiro do Sul de 1981, apontou que os recursos para manter a instituição com todas as crianças vinham de vários lugares através de doações e convênios, como: um pequeno auxílio de verba federal, contribuição mínima dos sócios, contribuição voluntaria da Federação das Sociedades Eunice Weaver, pequena contribuição das Cáritas em alimentos, contribuição espontânea da prefeitura, contribuição voluntaria do 7º BEC (atua 61 Bis), contribuição da prelazia do Alto Juruá, contribuição das Irmãs a Divina Providência. E também do convênio com a Fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que firmou um convênio no ano de 1972 para cursos de Horticultura, Cortes e Costuras para os internos do Educandário e crianças da redondeza, foi doado (LBA) estadual, a quantia de CR\$ 20.000 (vinte mil cruzeiros).

O Educandário de Cruzeiro do Sul Eunice Weaver funcionou na modalidade de internato até o ano de 1998. A partir de fevereiro de 1998 começou o atendimento na modalidade de semi-internato, sendo que as crianças de 2 a 6 anos de idade entravam 8h da manhã, de acordo com o Livro de Registro do Educandário de Cruzeiro do Sul Eunice Weaver só consta o horário de entrada dos internos, não há horário de saída. Encontramos relatos de que no ano de 1999 foram atendidas 80 crianças semi-internas de 2 a 6 anos de idade. E assim continua funcionando como semi-internato até os dias atuais.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objeto de estudo o Educandário de Cruzeiro do Sul Eunice Weaver e estabeleceu como objetivo analisar o processo histórico de construção do educandário de Cruzeiro do Sul Eunice Weaver. Nesse caminho, a pesquisa nos possibilitou conhecer um pouco da história do Educandário de Cruzeiro do Sul Eunice Weaver de 1952 a 1997 e da sua importância para a comunidade cruzeirense e demais municípios da região através do acolhimento e desenvolvimento educacional de crianças e jovens, especialmente dos filhos de hansenianos.

A criação do Educandário de Cruzeiro do Sul aconteceu com a finalidade de atender, educar e desenvolver crianças e também oferecer assistência médica, religiosa, moral e física para os internos. Muitas crianças chegavam na instituição em seus primeiros dias de vida e seguiam durante toda a infância e adolescência, saindo quando se tornavam adultas. Outras podiam ser adotadas por pessoas da comunidade e aguardar os familiares requerem a sua guarda. Mas o certo, é que estas crianças, no geral, eram afastadas do convívio da família devido a doença acometida pelos pais.

Seguindo esse caminho, afirmamos que o atendimento assistencial oferecido pela Instituição, mesmo com as dificuldades e desafios enfrentados, mudou a vida de diversas crianças cruzeirenses e de regiões vizinhas, ao oferecer-lhes moradia, alimentação, assistência médica e educacional, garantindo um desenvolvimento físico, emocional e intelectual as crianças e adolescentes por ele atendidos. Assim, o Educandário de Cruzeiro do Sul Eunice Weaver foi a principal casa de assistência que funcionou no município de Cruzeiro do Sul, tendo seu âmbito de contribuição expandido para todos os demais municípios da região.

REFERÊNCIAS

BADIN, Miriam. **As relações pais e filhos**. A importância da família na saúde emocional dos jovens. Curriculum, Rio de Janeiro, p. 29-39, abr-jun. 1973.

BOSCHI, Caio César. O Assistencialismo na capitania do ouro. **Revista de História**. São Paulo. n. 116. p. 25-41. jun. 1984. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61358/64290>. Acesso em 14 de dez de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Guia prático sobre a hanseníase**. Brasília, 2017.

GROTTI, Giane Lucélia; BEZERRA, Maria Irinilda da Silva Bezerra. Assistência à infância: história de uma educação moralizante e higienista. **Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 3, p. 182-201, Set./Dez. 2019.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A Roda dos Expostos e a Criança Abandonada no Brasil Colonial: 1726-1950. In: FREITAS, M. (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006. p.53-79.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A Institucionalização de crianças no Brasil**: Percurso histórico e desafios presentes. Rio de Janeiro: PUC, 2004.

DOCUMENTOS ANALISADOS

Jornal O Rebate AC (1952)

Primeiro Livro de Registro do Educandário.

Relatório da I Conferência Nacional de Assistência Social aos leprosos, ocorrida no Rio de Janeiro de 12 a 19 de novembro de 1939. Disponível em: <http://www.hansen.bvs.isl.br>. Acesso em: 29 de maio de 2021.

Relatório Sobre Obra Alheia 1981

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em serviço social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013) e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018). Atualmente é professora colaboradora do curso de Serviço Social da UEPG, tutora da Especialização em Gestão Pública/RESTEC pela UEPG e presta assessoria e consultoria em relação a política de assistência social e garantia dos direitos. Atua principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, assistência social, políticas públicas, cidadania e família.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Assistência social 50, 59, 77, 85, 86

C

Campo jurídico 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Ciência 30

Cruzeiro do Sul 73, 74, 75, 79, 80, 82, 83, 84

D

Derechos fundamentales 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72

Desastres naturais 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28

Descripción 61

E

Educandário 73, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

G

Gênero 30

Gestão de riscos 14, 15, 16, 17, 18, 24, 25, 26, 27

I

Imagens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12

Imaginários 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10

Integração 24, 25, 42

Intervenções em espaços públicos 42

L

Litoral do Paraná 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

M

Minha Casa Minha Vida 42, 43, 46, 47, 53, 60

N

Nulidad 61, 70, 71

P

Pandemia 1, 2, 3, 6, 8, 10, 11, 12, 35

Perspectiva feminista 30

Políticas públicas 14, 15, 16, 22, 23, 25, 26, 27, 47, 49, 53, 58, 59, 86

Pós-ocupação 42

Proceso penal 61, 64, 65, 66, 69, 72

Prueba no reglada 61, 66

T

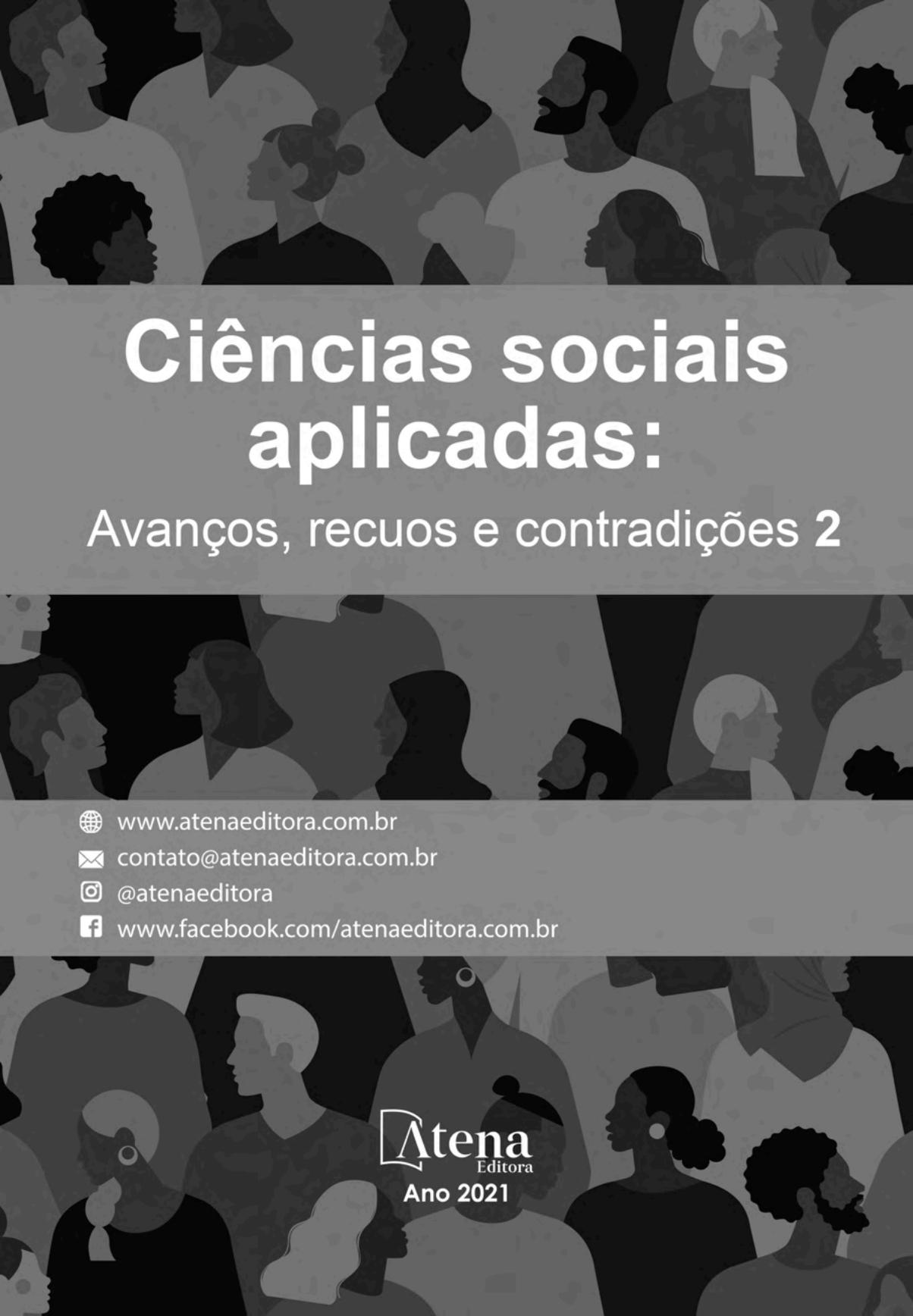
Tecnologia 30

Território 16, 17, 26, 42, 49, 53, 59, 76, 80

Turismo 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28

V

Valoración 61, 62



Ciências sociais aplicadas:

Avanços, recuos e contradições 2

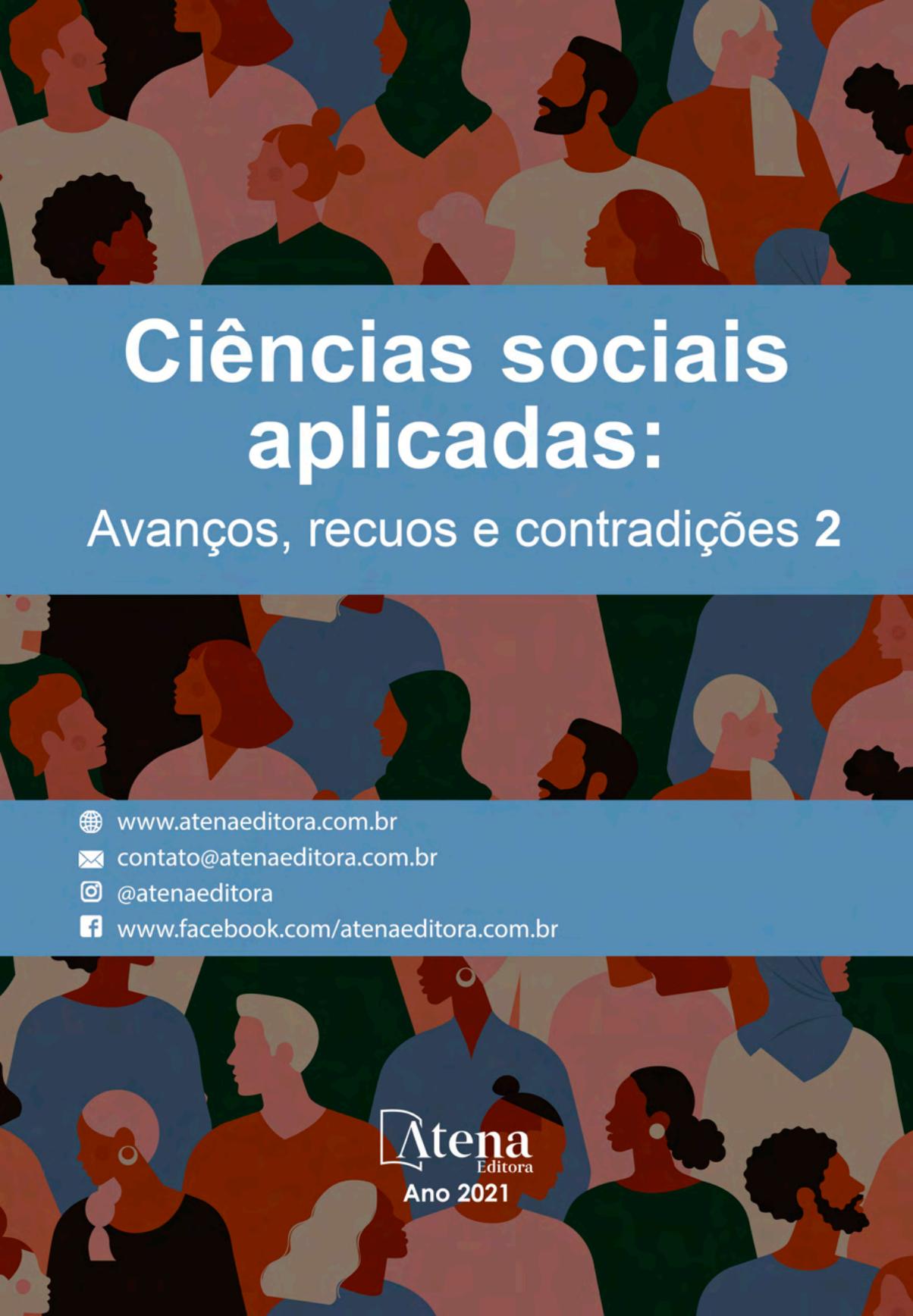
 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2021



Ciências sociais aplicadas:

Avanços, recuos e contradições 2

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2021